



NAYARA DIAS FERRAZ

**AS RELAÇÕES RACIAIS NO DISCURSO JORNALÍSTICO:
UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CATEGORIAS DE
SUBENTENDIDO E SILENCIAMENTO**

**LAVRAS - MG
2021**

NAYARA DIAS FERRAZ

**AS RELAÇÕES RACIAIS NO DISCURSO JORNALÍSTICO:
UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CATEGORIAS DE SUBENTENDIDO E
SILENCIAMENTO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Objetos Culturais e Produção de Sentidos, para a obtenção do título de Mestre.

Profa. Dra. Luciana Soares da Silva
Orientadora

**LAVRAS - MG
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Ferraz, Nayara Dias.

As Relações Raciais no Discurso Jornalístico: Uma Análise a Partir das Categorias de Subentendido e Silenciamento. / Nayara Dias Ferraz. - 2021.

92 p.

Orientador(a): Luciana Soares da Silva.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Lavras, 2021.

Bibliografia.

1. Análise do Discurso. 2. Relações Raciais. 3. Discurso da Branquitude. I. da Silva, Luciana Soares. II. Título.

NAYARA DIAS FERRAZ

**AS RELAÇÕES RACIAIS NO DISCURSO JORNALÍSTICO:
UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CATEGORIAS DE SUBENTENDIDO E
SILENCIAMENTO**

**RACE RELATIONS IN JOURNALISTIC DISCOURSE:
AN ANALYSIS BASED ON THE CATEGORIES OF IMPLICITNESS AND SILENCING**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras (UFLA), como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Objetos Culturais e Produção de Sentidos, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA EM: 14/05/2021

Prof. Dr. Márcio Rogério de Oliveira Cano - UFLA

Prof. Dr. Lourenço da Conceição Cardoso - UNILAB



Profª. Dra. Luciana Soares da Silva
Orientadora

**LAVRAS - MG
2021**

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente:

Ao meu querido Mestre Jesus, meu guia e minha fortaleza;

À professora Luciana Soares da Silva, por todo valioso trabalho de orientação e colaboração no desenvolvimento desse trabalho;

Aos professores Lourenço Cardoso e Márcio Rogério de Oliveira Cano por todas as contribuições de grande valor para o desenvolvimento do meu trabalho desde a qualificação.

Aos meus pais pelo apoio incondicional em mais essa etapa da minha vida. Foram fundamentais;

Aos meus familiares que estiveram comigo durante todo esse processo, que apoiaram, que torceram, que aguentaram a saudade por eu estar um pouco mais longe realizando um novo sonho;

Aos meus amigos que, mesmo espalhados Brasil a fora, se fizeram presentes em pensamento, orações e apoio em mais esse momento marcante em minha vida.

Aos meus novos amigos que fiz na UFLA, pessoas muito queridas que agora fazem parte da minha caminhada.

Aos meus colegas de trabalho e amigos da Pró-Reitoria de Ensino da UFV, por todo incentivo, apoio e paciência nesse meu período afastada;

Aos Pró-Reitores de Ensino, professores Frederico José Vieira Passos (Gestão 2015 - 2019) e João Carlos Pereira da Silva (Gestão 2019 - 2023), pela autorização do meu afastamento da UFV para cursar o Mestrado;

À Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFV por conceder o afastamento para cursar o Mestrado.

Aos professores e técnicos do Departamento de Estudos da Linguagem da UFLA pela acolhida e pelo compartilhamento dos saberes.

Um agradecimento especial à professora Wânia Maria Guimarães Lacerda. A realização desse sonho não seria possível sem todo incentivo e apoio desde o início desse processo.

Muitíssimo obrigada!

RESUMO

Essa dissertação se baseia nos estudos das relações raciais, buscando o entendimento de como elas são construídas dentro dos jornais. Para isso, elegemos a branquitude e a Análise do Discurso como bases para o desenvolvimento desse estudo. Para entender essa construção, utilizamo-nos do aporte do discurso da branquitude, o qual se constitui a partir do momento em que verificamos nos discursos dos sujeitos a ideologia pautada no poder da identidade branca. Para o desenvolvimento desse trabalho formulamos os seguintes questionamentos: como as relações raciais são construídas dentro do discurso jornalístico? Como o discurso da branquitude se apresenta no discurso jornalístico? Com o intuito de responder essas questões traçamos como objetivo geral verificar a construção das relações raciais dentro do discurso jornalístico e como específicos, identificar como as relações raciais se constroem dentro do discurso jornalístico, a partir das categorias de subentendido e silenciamento e verificar como o discurso da branquitude se estrutura e se caracteriza dentro do campo discursivo jornalístico. Nossa pesquisa é de cunho qualitativo, e nos utilizamos da Análise do Discurso, tanto para a construção da teoria, quanto como aporte para análise do *corpus* e elegemos o subentendido e o silenciamento como categorias de análise. Optamos por constituir o *corpus* utilizando o jornal Folha de S. Paulo, dentro do período entre janeiro e julho de 2020, com o racismo como filtro de pesquisa. Para constituição do referencial teórico, são abordadas conceituações acerca da Análise do Discurso, das características do discurso jornalístico, do racismo e da branquitude. Os resultados encontrados a partir da análise são: é possível identificar a presença do discurso da branquitude no campo jornalístico, no entanto de forma muito sutil. Dentro do discurso jornalístico, a discussão acerca do discurso da branquitude torna-se silenciado ou modalizado pelos enunciadores. Em relação ao lugar discursivo, o discurso da branquitude é latente na sociedade, ele circula por ela livremente, podendo estar presente tanto nos sujeitos brancos, quanto negros. O que circula de maneira atópica pela sociedade e pelas notícias é a discussão acerca do privilégio branco e suas implicações nas relações raciais dentro da sociedade.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Discurso jornalístico. Relações Raciais. Discurso da Branquitude. Racismo.

ABSTRACT

This dissertation is based on studies of race relations and seeks to understand how they are constructed within newspapers. For such, we chose Whiteness and Discourse Analysis as the bases for the development of this study. In order to understand this construction, we used the contribution of the discourse of whiteness, which is constituted from the moment when we verify the ideology based on the power of white identity in the discourse of subjects. For the development of this work, we formulated the following questions: how are racial relations built within the journalistic discourse? How does the discourse of whiteness present itself in the journalistic discourse? In order to answer these questions, our general objective was to verify the construction of race relations within the journalistic discourse and, as specific objective, to identify how race relations are built within the journalistic discourse, based on the categories of implicitness and silencing and verify how the discourse of whiteness is structured and characterized within the journalistic discursive field. We carried out a qualitative research and used Discourse Analysis, both for the construction of the theory and as a contribution to the analysis of the corpus. Besides, we chose the implied and the silencing as categories of analysis. We used the Folha de S. Paulo newspaper, published from January to July 2020, using racism as a research filter, to compose the corpus. Conceptualizations about Discourse Analysis, the characteristics of journalistic discourse, racism and whiteness are addressed to establish the theoretical framework. The following results were found in the analysis: it is possible to identify the presence of the discourse of whiteness in the journalistic field, but in a very subtle way. Within the journalistic discourse, the discussion about the discourse of whiteness is silenced or modalized by the enunciators. Regarding the discursive place, the discourse of whiteness is latent in society, circulates freely through it, and can be present in both white and black subjects. The discussion about white privilege and its implications for racial relations within society circulates atopically through society and the news.

Keywords: Discourse Analysis. Journalistic speech. Race Relations. Discourse of Whiteness. Racism.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Sarí Corte Real	71
Imagem 2 - Mirtes Renata de Souza	71
Imagem 3 - Michelson M. da Silva	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação das dissertações e teses na área de Letras	12
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Formas de tratamento dos sujeitos durante a notícia.....	70
---	----

SUMÁRIO

1	Introdução	11
2	Análise do Discurso	16
2.1	Alguns conceitos fundamentais	16
2.2	Heterogeneidade discursiva, interdiscurso e memória discursiva	21
2.3	Discursos paratópicos, tópicos e atópicos	24
2.4	Subentendido e silenciamento	26
2.5	Discurso jornalístico	29
3	Noções sobre racismo	37
3.1	Conceitos-chave: Racismo, preconceito e discriminação	37
3.2	Percurso histórico do racismo	39
3.3	Mito da democracia racial	42
3.4	Raça e Racismo: diferenciações	45
4	Branquitude	57
4.1	Os estudos pioneiros	57
4.2	Conceituando a branquitude	60
5	Análises	67
5.1	Metodologia de Pesquisa	67
5.2	Primeira análise: Menino de 5 anos que estava aos cuidados da patroa da mãe morre após cair de prédio	68
5.2.1	Subentendido	71
5.2.2	Silenciamento	75
5.3	Segunda análise: Estudante diz ter sofrido racismo por usar máscara de proteção contra coronavírus	77
5.3.1	Subentendido	81
5.3.2	Silenciamento	83
5.4	Terceira análise: Estudante ruivo afirma ser pardo e entra por cotas raciais em medicina em universidade da Bahia	84
5.4.1	Subentendido	87
5.4.2	Silenciamento	88
6	Conclusões	90
7	Referências bibliográficas	92

1 Introdução

Essa dissertação se baseia nos estudos das relações raciais e buscamos o entendimento de como elas são construídas dentro dos jornais. Para isso, elegemos a branquitude e a Análise do Discurso como bases para o desenvolvimento desse estudo.

Os estudos brasileiros a respeito da branquitude, tais como os de Bento (2002; 2014), de Cardoso (2008; 2010; 2014; 2017) e outros autores que são citados nessa dissertação, têm se pautado na questão do poder associado à identidade branca, lugar dado a ela a partir das hierarquizações cultural e racial impostas pelo colonialismo, o qual tinha o Outro como seu subordinado. A branquitude constitui-se, assim, como uma construção cultural e sócio-histórica, na qual o branco ocupa um lugar de *status*, poder e privilégios materiais e simbólicos. (SILVA, 2017)

Temos como foco desse trabalho identificar, por meio da Análise do Discurso, como ocorre a construção das relações raciais no discurso jornalístico. Utilizamos como base para analisar as notícias o discurso da branquitude, que se constitui a partir do momento em que verificamos nos discursos dos sujeitos a ideologia pautada no poder da identidade branca.

Estudarmos o discurso da branquitude se justifica primeiramente por ser um tema ainda pouco estudado na pós-graduação, especialmente na área de Letras. Nosso levantamento identificou 49 dissertações e 30 teses registradas entre os anos de 2006 e 2020 na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações¹, ao pesquisar pelas expressões branquitude, branquidade ou brancura. Dentre esses, apenas seis dissertações e duas teses se inserem na área de Letras, as quais apresentamos no quadro a seguir. Vemos, assim, a contribuição direta desse trabalho para a referida área, por se tratar de um assunto ainda pouco explorado nesse campo.

¹ Disponível em <https://bdtd.ibict.br/vufind/> Acesso em 15 de fev. 2021

Quadro 1 - Relação das dissertações e teses na área de Letras (Continua).

Ano	Área	Título do trabalho	Objetivo Central	Instituição
2014	Mestrado em Literatura e Cultura	Escritos <i>Villeras</i> de nação: perspectivas discursivas sobre a Argentina negra em <i>coisa de negros</i> , de Washington Cucurto	Este trabalho apresenta reflexões resultantes de estudos voltados para a investigação, o mapeamento e a discussão no âmbito das representações do negro no contexto das narrativas nacionais argentinas contemporâneas acionadas pela obra <i>Coisa de negros</i> , do escritor argentino Washington Cucurto, publicada no Brasil em 2007, com vistas a observar como a literatura contemporânea (re)dimensiona antigos estereótipos e imaginários forjados com o fim do período colonial, favorecedores, principalmente, das chamadas políticas de embranquecimento desenvolvidas no país	UFBA
2016	Mestrado em Letras: estudos da linguagem	Branquitude, gênero e performatividade no discurso de mulheres brancas acadêmicas	O objetivo desta dissertação é investigar os discursos das mulheres brancas acadêmicas refletindo como elas se posicionam em relação às suas identidades sociais articuladas às suas vidas profissionais acadêmicas	UFOP
2017	Mestrado em Estudos da Linguagem	“Quando me dei conta de que era negra(o)/branca (o)?”: um estudo a partir de relatos autobiográficos de estudantes adolescentes	Esta pesquisa se situa na área dos estudos da Linguagem e investigou como as(os) alunas(os) negras(os) e brancas(os) de um colégio da rede pública estadual do Paraná expressam suas identidades étnico-raciais por meio da produção de relatos autobiográficos.	UEPG (Estadual de Ponta Grossa)
2017	Mestrado em Estudos Literários	A representação do negro em <i>Leite Derramado</i> , de Chico Buarque	O presente trabalho tem como objetivo o estudo da representação do negro em <i>Leite Derramado (2009)</i> , romance de Chico Buarque	UFMG

Quadro 1 - Relação das dissertações e teses na área de Letras (Conclusão).

2017	Mestrado Profissional em Letras	Vozes Ignoradas: Cuti e Sérgio Vaz no ensino Fundamental	Teve por objetivo desenvolver e aplicar, no Ensino Fundamental II (EF II), uma sequência didática, de autoria própria, focada nas Literaturas Periférica e Afro-Brasileira, a partir das obras de dois autores selecionados: Sérgio Vaz, voz importante da Literatura periférica (1964-), e Cuti (pseudônimo de Luiz Silva, 1951-), expoente da Literatura Afro-Brasileira.	USP
2018	Mestrado em Letras: Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa	A formação inicial do professor de Língua Portuguesa e a Lei 10.693/03 em quatro IES privadas do Estado de São Paulo: Literatura no Quarto de Despejo?	A presente dissertação tem por objetivo central investigar, na grade curricular dos cursos de Licenciatura em Letras de quatro universidades privadas do estado de São Paulo, se a formação de professores de Língua Portuguesa, que atuarão com ensino de literatura na educação básica, foi impactada pela lei 10.639/03, após mais de uma década de sua promulgação.	USP
2011	Doutorado em Letras	O discurso do branco e para o branco: uma análise discursiva de rótulos e propagandas	Esta tese objetiva analisar os discursos de rótulos e propagandas como dispositivos de identidade, cerceada e assujeitada pela ideologia racista de cor de por técnicas de subjetivação e objetivação que se materializam nos jogos de força do cotidiano.	UFPB
2014	Doutorado Interinstitucional em Letras	Signos, códigos e estratégias literárias da negrura e da brancura na literatura brasileira	Desse modo, o objetivo principal que guia esta tese é traçar noções gerais dos principais “signos, códigos e estratégias literárias” da negrura e da brancura que surgiram em alguns momentos da literatura brasileira, desde a época romântica.	PUC-RS - UNEB (Universidade do Estado da Bahia)

Fonte: Da autora (2021)

Ao adentrarmos nesses trabalhos, observamos que a maior parte deles estão concentrados na área da Literatura, com cinco trabalhos. Dentro da área do discurso temos apenas dois trabalhos, dos quais a Tese se localiza de fato dentro da Análise do Discurso de orientação francesa, e a dissertação, embora analise o discurso de sujeitos, utiliza das técnicas de entrevista. Dessa forma, vemos nossa contribuição para os trabalhos dentro da Análise do Discurso e para a inserção do tema discurso da branquitude no Mestrado em Letras.

Além disso, apoiamo-nos em Cardoso (2010) que expõe que pesquisar sobre a branquitude, focando o branco em suas pesquisas, não se supõe negligenciar os estudos sobre a negritude, e sim, fazer o preenchimento de algumas lacunas nas teorias das relações raciais. Voltar o olhar para a branquitude nos permitiu uma mudança dos costumes de somente olhar o negro como sujeito de pesquisa, voltando o foco para a problemática da não racialização do branco e o não envolvimento da maioria desses sujeitos nas questões raciais.

Se antes o negro era inteiramente “culpabilizado” por sua situação enquanto vítima de racismo e da pobreza, ao colocar os holofotes sobre o branco, dentro de uma sociedade marcada pelas relações raciais conturbadas desde sua fundação, entendemos que o branco também possui seu quinhão de responsabilidade na formação social brasileira e na construção do racismo tal como ele se encontra hoje.

E, por fim, temos a importância de pesquisar como o enunciador constrói seu discurso para se referir (ou não se referir) ao outro, o diferente de si, seja em relação à etnia ou à classe social. Quando o enunciador faz essa construção publicamente, por meio das notícias em jornais e/ou revistas, nem sempre de forma consciente – uma vez que é interpelado pela ideologia e não tem pleno poder sobre o seu dizer –, traz à tona formas de racismo ainda arraigadas na sociedade e acaba determinando na forma dos cidadãos-leitores de pensar e agir.

Sendo assim, levantamos os seguintes questionamentos:

- Como as relações raciais são construídas dentro do discurso jornalístico?
- Como o discurso da branquitude se apresenta no discurso jornalístico?

Levando em conta as perguntas suscitadas, temos os seguintes objetivos:

Geral:

- Verificar a construção das relações raciais dentro do discurso jornalístico;

Específicos:

- Identificar como as relações raciais se constroem dentro do discurso jornalístico, a partir das categorias de subentendido e silenciamento;
- Verificar como o discurso da branquitude se estrutura e se caracteriza dentro do campo discursivo jornalístico.

Nossa pesquisa é de cunho qualitativo, e nos utilizamos da Análise do Discurso, tanto enquanto teoria, quanto aporte para análise do *corpus*. Elegemos, enquanto categorias de análises, o subentendido e o silenciamento para verificarmos a construção das relações raciais no discurso jornalístico. Assim sendo, como recorte de análise, escolhemos recompilar e analisar as notícias publicadas no jornal Folha de S. Paulo, levando em consideração apenas aquelas veiculadas dentro do período entre janeiro e julho de 2020, tendo como filtro o termo

“Racismo”, ou seja, levamos em consideração apenas as notícias que relatam algum tipo de evento que envolva o racismo.

Estruturamos esta dissertação em quatro capítulos. No primeiro deles, abordamos a Análise do Discurso, trabalhando algumas noções básicas, tais como a origem da Análise do Discurso, conceituando discurso, sujeito, ideologia e condições de produção. Além disso, trazemos as noções de heterogeneidade discursiva, interdiscurso e memória discursiva. Logo após, apresentamos a caracterização dos lugares do discurso, caracterizados como discursos tópicos, atópicos e paratópicos. Apresentamos também as categorias de análise, que são o subentendido e o silenciamento, para em seguida tratar da mídia e do jornalismo e como seu discurso é construído.

Os lugares do discurso são categorias criadas por Maingueneau e levam em conta a localização de um determinado discurso dentro da sociedade, se ele circula de maneira aberta e é amplamente aceito pela sociedade, como são os discursos tópicos e paratópicos, que englobam, entre outros, o discurso literário e o jornalístico; ou se, apesar de existirem, não circulam abertamente e não são aceitos pela sociedade, que neste caso é o discurso atópico, onde se encaixa o discurso racista.

A seguir, no segundo capítulo, apresentamos a diferenciação entre racismo, preconceito e discriminação, conceitos bases para o estudo do racismo e que são confundidos entre eles na maior parte do tempo, mas que não são sinônimos. Além disso, apresentamos um percurso histórico do racismo e noções acerca do mito da Democracia Racial e um estudo sobre raça e racismo.

No terceiro capítulo, adentramos nas noções a respeito da branquitude, uma vez que ela é um conceito básico para as análises, de modo a apresentar o histórico dos estudos dessa teoria e os conceitos traçados por pesquisadores conceituados dessa área, a fim de construirmos nosso próprio conceito, inclusive relacionando-o ao discurso.

No quarto capítulo, apresentamos a metodologia e a análise do *corpus* para, a seguir, apresentar as conclusões deste estudo.

2 Análise do Discurso

Neste capítulo, apresentamos alguns conceitos fundamentais sobre a Análise do Discurso. Trazemos, logo em seguida, o conceito de heterogeneidade discursiva, interdiscurso e memória discursiva. Além disso, discutimos sobre os lugares do discurso, e, por fim, trazemos discussões acerca dos subentendidos e o silenciamento, conceitos que são utilizados como categoria de análise. Também trazemos o discurso jornalístico, apresentando as suas principais características e procurando relacioná-los à Análise do Discurso.

2.1 Alguns conceitos fundamentais

A França foi um dos berços do desenvolvimento da Análise do Discurso, onde foi definida tanto como uma teoria, quanto como um arcabouço metodológico. Para Maingueneau (2015), o auge se deu em 1969 com a publicação de um número especial da revista *Langages*, dedicada a esse tema, e com a publicação dos livros *Análise Automática do Discurso*, de Michel Pêcheux, e *Arqueologia do Saber*, de Michel Foucault.

Em sua origem, de acordo com Jean Dubois, organizador desta edição especial da revista *Langages*, a *Análise do Discurso* foi uma maneira de trazer os trabalhos da linguística para dentro das relações entre língua e sociedade. Nessa revista, os autores trouxeram diversas versões do novo campo (Análise do Discurso), antecipando o que ocorreria a partir da década de 1980, em escala mundial: um campo em comum, com diversas tipologias de pesquisa. (MAINGUENEAU, 2015).

Já em Pêcheux, a Análise do Discurso tomou forma de uma ciência interdisciplinar, se ancorando ao mesmo tempo no marxismo de Althusser, na psicanálise de Lacan e na linguística estrutural. Para ele, analisar um discurso é “procurar-se revelar a ideologia que eles estão destinados a dissimular; significativamente, a palavra analista designa igualmente os psicanalistas e análise, a psicanálise”. (MAINGUENEAU, 2015, p. 13).

A Análise do Discurso não leva em conta, segundo Orlandi (2012), enunciados abstratos, fora de contexto, mas sim a linguagem funcionando no mundo, levando em conta a produção de sentidos, seja por um único sujeito, seja enquanto membros de uma determinada sociedade. A língua significando é o discurso e esse “torna possível tanto a permanência e a continuidade, quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive” (ORLANDI, 2012, p. 15).

O conceito de *sujeito* na Análise do Discurso não leva em conta os indivíduos enquanto seres particulares, enquanto pessoas ou enquanto seres empíricos que possuem uma existência particular. Para Fernandes (2008), o sujeito discursivo é considerado dentro da sociedade, que existe em um espaço social, imerso em uma determinada ideologia e em um determinado tempo histórico. O discurso desse sujeito revela o lugar social e de várias outras vozes que integram essa mesma realidade histórica, social e ideológica. Assim, para compreender o sujeito discursivo é condição necessária observar quais são as vozes sociais que interagem com ele.

A proposta da Análise do Discurso é ultrapassar a noção de leitura. Para Orlandi (2012), a base da Análise do Discurso é o sentido, e dentro da perspectiva discursiva, a linguagem é tida como tal, pois faz sentido enquanto se insere na história. Pelo fato de se inserir na história, os sentidos de determinado discurso são baseados em discursos outros, anteriores a eles.

No uso comum do dia a dia, *discurso* pode significar uma fala solene, como o discurso de um presidente, as falas vazias, um uso restrito da língua, a exemplo do discurso judaico ou do discurso empresarial. Nas ciências da linguagem, a noção de discurso é utilizada para indicar a modificação na maneira de se conceber a linguagem, influenciada pela pragmática e possui algumas características essenciais, de acordo com Maingueneau (2011).

O discurso se encontra em uma *instância para além da frase*, em outras palavras, ele mobiliza uma série de estruturas que são superiores às das frases e estão submetidos a regras de organização que estão presentes em um determinado grupo social, tais como as regras para se escrever uma narrativa, sobre a extensão, sobre obedecer ao plano de texto, entre outras. (MAINGUENEAU, 2011)

Além disso, o *discurso é orientado*, no sentido de que ele é produzido em função de uma perspectiva do enunciador e se desenvolve de maneira linear, levando em consideração a sua finalidade, e não a sua organização temporal, de acordo com Maingueneau (2011). Em outras palavras, discurso pode ser produzido com digressões e varia segundo a sua natureza monologal, como em um livro ou uma conferência, ou dialogal, como em uma situação de conversação entre dois sujeitos.

Uma terceira característica se encontra no fato do discurso ser uma *forma de ação*. Além de representar o mundo, ele tem como objetivo agir sobre o outro, modificar a forma de agir do enunciador, como por exemplo, se um enunciador professor dá uma ordem, ele espera obediência de seus coenunciadores, os alunos. Estudos realizados por J.L Austin (1962) e por J.R. Searle (1969) *apud* Maingueneau (2011) mostram que os enunciados produzidos visam

provocar mudanças, logo, esses enunciados se aglutinam em discursos, que se aglutinam em um determinado gênero de discurso e este modifica o comportamento de seu destinatário.

Ainda o discurso é *interativo*, mesmo quando não há a interação clássica de uma conversação face a face.

Toda enunciação, mesmo produzida sem a presença de um destinatário, é, de fato, marcada por uma *interatividade* constitutiva (fala-se também de *dialogismo*), é uma troca, explícita ou implícita, com outros enunciados, virtuais ou reais, e supõe sempre a presença de uma outra instância de enunciação, à qual se dirige o enunciador e com relação à qual constrói seu próprio discurso. (MAINGUENEAU, 2011, p. 54, grifos do autor)

Sendo o discurso interativo, não faz sentido nomear o interlocutor como destinatário, uma vez que a enunciação não caminha em sentido único e não se trata de um destinatário passivo, que apenas recebe o discurso de seu locutor. Assim, seguindo os estudos de Antoine Culioli, Maingueneau (2011) nomeia o destinatário como *coenunciador* e, os parceiros do discurso como *coenunciadores*.

Além disso, Maingueneau (2011) afirma que o discurso é *contextualizado*, ou seja, não existe discurso fora de qualquer contexto, e um mesmo enunciado em dois contextos distintos correspondem a dois discursos distintos. Para mais, o discurso é constitutivo do contexto, em outras palavras, é o contexto que vai determinar o discurso.

Ainda, o discurso deve ser *assumido pelo sujeito*. O enunciador, assumindo-o, responsabiliza-se pela veracidade do enunciado e assume-se responsável pelo que está sendo dito, indicando também que atitude o enunciador está tomando em relação ao que se diz e em relação ao seu coenunciador (MAINGUENEAU, 2011).

O discurso deve ser sempre considerado dentro do *bojo do interdiscurso*, conceito que elucidaremos mais adiante. Em outras palavras, para analisar um discurso, deve-se levar em conta o universo discursivo no qual ele se insere, relacionando-o a outros enunciados já produzidos (MAINGUENEAU, 2011).

E por fim, o discurso é *regido por normas*, assim como o indivíduo ou a sociedade que o produziu. Para Maingueneau (2011), a primeira delas é a *lei da pertinência*, que rege a necessidade do discurso ter de ser maximamente adequado ao contexto da enunciação: deve ser de interesse do destinatário e fornecer informações que sejam capazes de modificar a situação. Todo ato enunciativo implica uma pertinência e cabe ao coenunciador confirmar essa pertinência.

A próxima é a *lei da sinceridade*, e, para Maingueneau (2011) diz respeito à necessidade de se garantir a verdade do que é afirmado. A existência de advérbios como

francamente ou sinceramente e a necessidade de uso destes se liga mais às regras de polidez do que à garantia da veracidade do que se diz.

Ainda há a *lei da informatividade*, a qual diz que o enunciador deve fornecer novas informações ao seu coenunciador. Assim, quando se depara com uma tautologia (mãe é sempre mãe), o sujeito é obrigado a inferir o sentido ali presente, normalmente havendo um outro sentido a ser compreendido (MAINGUENEAU, 2011).

Ainda, de acordo com Maingueneau (2011), a *lei da exaustividade* dita que o enunciador tem o dever de fornecer a informação máxima, não podendo ocultar dados relevantes ou dar informações em excesso, a depender das circunstâncias em que se encontra.

E por fim as *leis da modalidade* determinam que o enunciado deve ser claro e direto. Maingueneau (2011) aduz que esta lei depende do gênero de discurso escolhido, pois a clareza que prevalece, por exemplo, em uma bula de remédio é diferente da clareza apresentada em um livro de física quântica, a linguagem utilizada em cada um desses gêneros é diferente.

O discurso é a articulação entre ideologia e a linguagem, de acordo com Brandão (2004). Dentro do discurso a linguagem não é tida apenas como um conjunto de signos que tem a função de expressar pensamentos ou serem utilizados na comunicação, ela é um modo de produção social, e não é neutra, inocente ou natural, e sim o local em que se manifesta a ideologia defendida pelo sujeito que o profere.

Brandão (2004) trabalha com duas acepções de *ideologia*. Uma que se liga à tradição marxista, mais restrita e nessa corrente a ideologia escamoteia a realidade social, apagando as contradições que lhe são inerentes e trabalha com um discurso que legitima o poder dentro de um grupo ou classe social. A outra corrente se liga a uma visão de mundo dentro de determinada circunstância histórica. Essa característica faz perceber que os fenômenos “linguageiros” e a ideologia são profundamente vinculados e dependentes, uma vez que é na linguagem que a ideologia se materializa. Assim, não é possível dizer que um ou outro discurso seja ideológico, mas, sim, que todos os discursos o são.

Ainda de acordo com Brandão (2004), pelo fato de o discurso manifestar posições ideológicas, que são perpassadas por conflitos, o estudo da linguagem enquanto discurso não pode ser desvinculado da sociedade, nem das condições históricas e sociais, ou seja, deve-se levar em conta as condições de produção, que constituem, segundo Brandão (2004, p. 105), “a instância verbal de produção do discurso, o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam e a imagem que fazem de si, do outro e do referente”.

As *condições de produção* do discurso, de acordo com Fernandes (2008), significam entender os aspectos históricos e socioideológicos de produção de um determinado discurso. Segundo esse mesmo autor, “o lugar histórico-social em que os sujeitos enunciadore de determinado discurso se encontram envolve o contexto e a situação e intervém a título de condições de produção do discurso” (FERNANDES, 2008, n.p.²).

As condições de produção de um discurso, segundo Orlandi, (2012) envolvem os sujeitos, a situação e a memória discursiva, conceito que será abordado mais à frente, ainda neste capítulo. As condições de produção podem ser consideradas dentro do contexto imediato, ou seja, dentro das circunstâncias de enunciação, e em sentido amplo, que envolve o contexto histórico e social e a ideologia.

Orlandi (2012) dá um exemplo de uma faixa referente às eleições para representantes pendurada em um *campus* universitário qualquer. A autora aduz que o contexto imediato pode ser, por exemplo, o local do *campus* onde a faixa foi colocada ou os sujeitos por trás da produção do escrito na faixa. Já o contexto amplo se refere ao funcionamento das Instituições, tais como a forma da Universidade organizar suas eleições ou distribuir cargos de comando, e como isso afeta os efeitos de sentido do discurso presente na faixa. E, por fim, entra a história, resgatando os sentidos presentes no imaginário social que afetam as posições políticas dos sujeitos, tais como, cores como o negro está relacionado ao fascismo e o vermelho ao comunismo. Assim, dependendo da cor predominante nessa faixa é possível inferir a posição política daqueles que a produziu.

Maingueneau (2011) expõe que a Análise do Discurso não leva em conta a organização textual ou a situação de comunicação de forma independente. Para ele, o analista do discurso deve analisar o seu *corpus* sempre o associando a um *gênero de discurso*: “o lugar social do qual ele emerge, o canal por onde passa (oral, escrito, televisivo...), o tipo de difusão que implica etc. (...)” (MAINGUENEAU, 2011, p. 12).

Maingueneau (2015) assevera que os gêneros de discurso só fazem sentido quando atrelados a um tipo discursivo, que diz respeito aos discursos que se inserem dentro de um mesmo setor de atividade, ou seja, que possuem uma mesma finalidade social, tais como tipos de discurso administrativo ou tipos de discurso publicitário. Maingueneau (2015) traz como exemplo, um panfleto político. Esse gênero de discurso pode ser integrado a uma rede de outros gêneros que decorrem de um mesmo tipo de discurso, que no caso é o político.

² Não paginado por se tratar de livros em formato kindle ou Adobe Reader.

Ao mesmo tempo em que um gênero discursivo faz parte de um tipo de discurso, ele determina o posicionamento do grupo dentro do qual circula, por exemplo, o panfleto político pode ser anarquista, de esquerda ou de direita. Esse posicionamento leva a um campo discursivo, local de diversos confrontos ideológicos (MAINGUENEAU, 2015). O campo discursivo é parte integrante do interdiscurso e essas noções são apresentadas a seguir.

2.2 Heterogeneidade discursiva, interdiscurso e memória discursiva

Para chegar ao conceito de Interdiscurso, é necessário passar pelos de heterogeneidade discursiva. Jacqueline Authier-Revuz desenvolveu os conceitos de heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva entre os anos de 1980 e 1982. De acordo Authier-Revuz (2004), a primeira diz respeito às pistas detectáveis do outro no discurso, tais como ocorre no discurso relatado, em que o locutor traduz com suas palavras o dito por um outro sujeito (discurso indireto) ou se comporta como porta-voz do outro (discurso direto), nas formas marcadas da conotação autonímica (comentários, aspas, itálicos, marcações incluídas pelo autor durante o texto).

Já a heterogeneidade constitutiva, se encontra na parte exterior do linguístico. Para desenvolver essa perspectiva, a autora se ancora nas abordagens do dialogismo no Círculo de Bakhtin e na psicanálise freudiana, interpretada por Lacan.

Para o círculo de Bakhtin, é tida como lei constitutiva do discurso a presença do outro. Em outras palavras, a língua só é tida como tal quando atravessada por discursos diversos. E para a teoria freudiana, outras palavras perpassam as nossas, o nosso discurso é sempre constituído pelo outro (AUTHIER-REVUZ, 2014).

Ainda para esta linguista,

todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos “outros discursos” e pelo “discurso do Outro”. O *outro* não é um *objeto* (exterior, do *qual* se fala), mas uma *condição* (constitutiva, *para* que se fale) do discurso de um sujeito falante que não é fonte primeira desse discurso (AUTHIER-REVUZ, 2014, p. 69).

Assim, o Outro dentro do espaço discursivo não é um elemento localizável, como uma marca no texto. Para Maingueneau (2008, p. 39) “é o que faz falta sistematicamente a um discurso e lhe permite fechar-se em um todo. É aquela parte de sentido que foi necessário, que o discurso sacrificasse para constituir sua identidade”.

É tendo como base a heterogeneidade constitutiva que Maingueneau constrói a teoria do Primado do Interdiscurso. Esta expressão diz respeito, levando em conta um discurso

particular, “ao conjunto das unidades discursivas com as quais ele entra em relação. Segundo o tipo de relação interdiscursiva que privilegiamos poder-se-á tratar dos discursos citados, dos discursos anteriores do mesmo gênero, dos discursos contemporâneos de outros gêneros, etc.” (MAINGUENEAU, 2000, p. 86).

Segundo este linguista, o interdiscurso é composto por uma tríade: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. O *universo discursivo* refere-se a inúmeras formações discursivas que interagem dentro de uma determinada circunstância, sendo que estas formações formam um conjunto finito. Esse universo delimita um horizonte para determinar um campo discursivo, que determina um grupo de discursos susceptíveis de serem estudados.

Para Fernandes (2008), uma formação discursiva é consequência de uma série de configurações que “coloca em emergência os dizeres e os sujeitos socialmente organizados em um momento histórico específico” (FERNANDES, 2008, n.p). No entanto, ela nunca é homogênea e não se delimita a uma época específica. Dentro dela coexistem elementos que estiveram presentes em outros momentos históricos e em outras sociedades, que sob novas condições de produção, dentro do novo contexto sócio-histórico são reinterpretados e ganham novos efeitos de sentido.

Por *campo discursivo*, entende-se um conjunto de formações discursivas que se delimitam dentro de uma região específica no universo discursivo. O campo discursivo não é evidente e de fácil apreensão para o analista, ele deve fazer escolhas e construir hipóteses. Ele é, ainda, heterogêneo, uma vez que é composto por posicionamentos dominantes e dominados, centrais e periféricos, não significando que um posicionamento dominado seja necessariamente periférico, mas todo posicionamento periférico é dominado (MAINGUENEAU, 2008).

É dentro do campo discursivo, de acordo com Maingueneau (2008), que é constituído o discurso e nesta pesquisa, podemos identificar como campo discursivo o discurso jornalístico. Mas, ainda assim, é necessário extrair subconjuntos para que se consiga de fato desenvolver um estudo dentro da Análise do Discurso.

Esses subconjuntos são os *espaços discursivos*. Eles referem-se aos grupos de discursos considerados relevantes para o analista do discurso e são oriundos de hipóteses fundadas em um saber histórico (MAINGUENEAU, 2008). No caso dessa pesquisa, os espaços discursivos são compostos pelas notícias onde se constituem o discurso da branquitude no interior do campo discursivo jornalístico.

Levando em conta a historicidade do discurso é possível recuperar o conceito de memória discursiva, expressão cunhada por Courtine em 1981. De acordo com Fernandes (2008), essa expressão não faz referência às recordações da vida de um sujeito, ela diz respeito ao fato de que “discursos exprimem uma memória coletiva na qual os sujeitos estão inscritos” (FERNANDES, 2008, n.p.). O coletivo diz respeito aos diferentes discursos provenientes de diferentes grupos sociais, que compartilham entre si aspectos socioculturais e ideológicos, dentro de uma sociedade específica, com sua cultura, formas de trabalho e lazer, entre outras características também específicas.

De acordo com Courtine (2014), a memória discursiva advém do fato de que todo discurso formulado em uma determinada conjuntura faz movimentar discursos anteriores, já formulados. Assim, aduz Courtine (2014, p. 104) “essa noção nos parece subjacente à análise das FD³ que a Arqueologia do saber efetua: toda formulação apresenta em seu ‘domínio associado’, outras formulações que ela repete, refuta, transforma...”.

Para que um acontecimento seja considerado memória social não basta que seja apenas lembrado. Para Davallon (1999), o acontecimento deve sair da indiferença, ou seja, ele deve causar uma forte impressão, a partir do momento que é lembrado. Além disso, o acontecimento deve ser reconstruído a partir de noções e dados em comum entre os membros de determinada comunidade. Por exemplo, um grupo que se lembre indiferentemente de um acontecimento histórico marcante, não será considerado memória no sentido social ou coletiva.

De acordo com o exposto anteriormente, Authier-Revuz (2004) a heterogeneidade marcada pode ser encontrada nos discursos direto, indireto e relatado. No caso dessa dissertação optamos pelo foco no discurso direto.

De acordo com Maingueneau (2011), o uso de discurso direto tem como objetivo eximir o enunciador da responsabilidade de produção de determinado enunciado, além de simular a retomada das falas e separar as situações de enunciação do discurso citado e do citante.

Para o autor nem sempre o discurso direto reproduz fielmente as falas do enunciador citado, e mesmo quando as reproduz de forma fidedigna, o objetivo principal é criar uma encenação, na tentativa de criar um efeito de autenticidade, como se o enunciador reproduzisse as palavras tal como foram ditas.

³ Formação discursiva.

A opção por utilizar o discurso direto, ainda segundo Maingueneau (2011), liga-se a questão de tentar

criar autenticidade, indicando que as palavras relatadas são aquelas realmente proferidas; distanciar-se: seja porque o enunciador citante não adere ao que é dito e não quer se misturar esse dito com aquilo que ele efetivamente assume; seja porque o enunciador quer explicitar, por intermédio do discurso direto, sua adesão respeitosa ao dito, fazendo ver o desnível entre palavras prestigiosas, irretocáveis e as suas próprias palavras (citação de autoridade); mostrar-se objetivo, sério. (MAINGUENEAU, 2011, p. 142)

Ao criar essa ilusão de objetividade, o jornal tentará evitar, como veremos mais adiante, conflitos de ideologia e sem contradições. Passamos agora a discussão acerca dos lugares do discurso.

2.3 Discursos paratópicos, tópicos e atópicos

Analisar um discurso pelo viés do seu *lugar*, para Maingueneau (2010a), é fazer prevalecer as propriedades discursivas que não se fundam nem em critérios linguísticos nem em critérios psicossociológicos. O *lugar do discurso* refere-se à localização de um determinado discurso dentro da sociedade, em outras palavras, se este discurso circula livremente por ela e é discutido por todos de forma aberta dentro de uma sociedade ou se ele é um discurso que, embora exista, ele circula apenas em espaços muito determinados.

Os discursos dentro do seu lugar são caracterizados por Maingueneau (2010a; 2010b) como paratópicos, tópicos e atópicos, esse último sendo o foco desse trabalho. Cada um deles circula de maneira particular pela sociedade.

Os discursos paratópicos, para Maingueneau (2010a; 2010b) são os discursos científico, teológico, filosófico e literário. Eles garantem a legitimidade dos outros discursos e se localizam ao mesmo tempo dentro e fora da sociedade: dentro, eles circulam nas instituições de ensino, igrejas, laboratórios, entre outros locais, e fora, na medida em que fazem fronteira com o Absoluto. Os discursos constituintes, por sua natureza, se encaixam nessa categoria de discurso. Eles se localizam na esfera máxima dos discursos e somente são autorizados por eles próprios, não tendo outros discursos acima deles.

De acordo com Cano (2012), os discursos tópicos são como os paratópicos, validados socialmente, mas não explicam o funcionamento da sociedade. Eles buscam nos discursos paratópicos a legitimidade necessária para topicalizar as questões humanas, assim um jornalista pode recorrer aos discursos paratópicos para montar a argumentação, mas o

caminho contrário não poderá ser feito. Logo, levando em consideração que as notícias circulam e são consumidas pela sociedade, já que os sujeitos buscam as notícias para se manterem informados e as validam abertamente, debatendo e criticando entre si os assuntos noticiados, podemos classificar o discurso jornalístico como tópico.

Já o discurso atópico diz respeito a um discurso que existe, que foi criado pela sociedade, mas caminha nas sombras, que é apenas tolerado por partes da sociedade e é até censurado por outras. Esta categoria de discurso diz respeito aos textos que são reservados a determinados espaços sociais muito restritos e somente a momentos particulares. Enquanto os discursos tópicos e paratópicos possuem o direito à cidadania e a sociedade os reconhece como pertencentes a ela, os atópicos não possuem esse reconhecimento, sequer é preciso lembrar de sua existência (MAINGUENEAU, 2010b).

Os discursos atópicos possuem impossibilidade dupla. “É impossível que ele não exista; é impossível que ele exista” (MAINGUENEAU, 2010a, p.167). A primeira impossibilidade diz respeito à característica da sociedade de produzir discursos, sejam aqueles que circulam livremente, sejam aqueles que circulam na obscuridade. Já a segunda impossibilidade diz respeito à norma: “se um discurso desse tipo tivesse pleno direito de cidadania, então não haveria sociedade possível” (MAINGUENEAU, 2010a, p. 167).

Podemos considerar o discurso racista como atópico, uma vez que, além de negar a existência do racismo no Brasil, um sujeito não se assume racista ou que é a favor de privilégios de determinados grupos em detrimento de outros, de forma aberta⁴. Ele se torna um discurso que caminha no oculto, em grupos restritos, dentro de casa, sob o risco de serem rejeitados por grupos ativistas, caso venham a público, como observamos em diversas ocasiões nos meios de comunicação.

No caso do discurso racista, especificamente, a atopia discursiva pode se caracterizar, segundo Oliveira (2018), pelo fato dos sujeitos atribuírem a outros o racismo. Shwarcz (2001 *apud* OLIVEIRA, 2018), apresenta os seguintes resultados de uma pesquisa: 97% dos entrevistados, no Brasil, não se diziam preconceituosos; enquanto 98% disseram que conheciam pessoas ou situações que revelavam a existência do preconceito racial no país. Em outras palavras, o racismo quase nunca é reconhecido por quem o pratica, permanece nas sombras, conforme se configura o discurso atópico.

Além disso, ainda dentro do racismo, Oliveira (2018) identifica a eufemização como uma característica do discurso atópico. Ele utiliza como exemplo, a análise de declarações

⁴ Via de regra não ocorre dessa forma, no entanto, observamos diariamente na mídia, tanto escrita, quanto televisiva, uma abertura e validação desses discursos em determinados setores da sociedade.

polêmicas envolvendo negras e negros, que para alguns foram consideradas racismo e para outros apenas um mal-entendido. Para esse autor, essa amenização de determinados discursos dentro da sociedade leva ao entendimento de que esses enunciados são aceitáveis somente se forem utilizados dessa forma. “Tratar-se-ia de discursos clandestinos, apenas ‘tolerados’, que penetram nos interstícios do espaço social” (OLIVEIRA, 2018, p. 174).

Levando em consideração os discursos que circulam de forma oculta pela sociedade, torna-se importante discutir a respeito do subentendido e do silenciamento, enquanto categorias de análise.

2.4 Subentendido e silenciamento

Trabalharemos nessa parte os conceitos de subentendido em Maingueneau (2011; 2000) e Ducrot (1987), e silenciamento em Orlandi (2007), enquanto categorias de análise, objetivando categorizar o discurso da branquitude em seu lugar de dizer.

Maingueneau (2011) trabalha com a noção de subentendido no sentido de, por meio de outro olhar para um enunciado, buscar sentidos que não estejam na superfície textual e que seja compatível com o interesse do destinatário, no entanto respeitando as leis do discurso. Ao utilizar esse outro olhar, o leitor está sendo levado a “*inferir* uma proposição implícita, denominada *implicatura*” (MAINGUENEAU, 2011, p. 33, grifos do autor). Postulando que as leis discursivas foram respeitadas, o *subentendido* surge do confronto entre o contexto em que determinada enunciação foi feita com o enunciado em si.

Para Ducrot (1987, p. 13),

quando um linguista declara que determinado enunciado da língua que ele estuda possui tal significação (descrita com o auxílio de um enunciado sinônimo desta mesma língua ou de uma outra), ele frequentemente tem a impressão de registrar um dado, de constatar um fato. Na realidade, os únicos dados que a experiência lhe fornece concernem, não ao próprio enunciado, mas às múltiplas ocorrências possíveis deste enunciado, nas diversas situações em que é utilizado (...).

Ducrot (1987) aduz que procurar e atribuir uma significação fora das ocorrências possíveis dentro de um enunciado, ou seja, buscar os subentendidos significa formular hipóteses para além da experiência e da constatação. Esse pesquisador caracteriza o subentendido a partir dos seguintes pontos:

- É algo acrescentado ao sentido literal do texto. Isso dá a possibilidade do enunciador de se proteger por trás do sentido literal de um enunciado, uma vez que a responsabilidade de interpretar é do coenunciador.

- O subentendido diz algo a mais no enunciado, sem dizê-lo explicitamente, mas, ao mesmo tempo, esse “a mais” se encontra ali.
- Ele diz respeito ao que se deixa o coenunciador concluir de determinado enunciado.

Para esse pesquisador, “o subentendido reivindica a possibilidade de estar ausente no próprio enunciado e de somente aparecer quando um ouvinte, num momento posterior, refletir sobre o referido enunciado” (DUCROT, 1987, p. 20). Para descobri-lo, o coenunciador se utiliza do procedimento discursivo de retirar de um enunciado as conclusões possíveis, feitas, de acordo com Maingueneau (2000), com auxílio de um raciocínio mais ou menos espontâneo.

De acordo com Ducrot (1987), o subentendido é algo que se localiza além do sentido literal do texto, que é identificado a partir da leitura que se faz de um determinado texto. Sabemos que cada coenunciador carrega consigo memórias discursivas que permite a ele depreender de um texto outros sentidos que não aquele que o autor quis exprimir, e que esses sentidos não são estáveis, mudando conforme as condições de produção do discurso.

Para Maingueneau (2000), os subentendidos seguem as leis do discurso, mesmo quando as infringe. Para explicar, o autor exemplifica da seguinte maneira: “A: Você vem à casa de Paulo? B: Minha irmã está doente” (MAINGUENEAU, 2000, p. 131). A resposta dada fere o princípio de que se deve dar uma resposta apropriada a uma pergunta. No entanto, nessa transgressão há um conteúdo implícito na sentença: se a irmã se encontra doente, B não irá à casa de Paulo para cuidar da irmã. Logo A infere, subentende, a partir do sentido literal. Isso só é possível, pois os parceiros acreditam que o outro tem conhecimento das leis do discurso.

Já o silenciamento, trabalhado por Orlandi (2007)⁵, no sentido de colocar algo em silêncio, mostra a diferenciação entre o processo de produção do não dito e dos subentendidos.

Para essa autora o silêncio não está visível nos discursos, ele significa e perpassa o dito. Orlandi (2007) expõe que há dois tipos de silêncio na Análise do Discurso: o *silêncio fundador ou fundante*, que diz respeito ao não dito, aquele que produz as condições para significar; e a *política do silêncio*, que se subdivide em *silêncio constitutivo*, que se refere ao fato de que uma palavra apaga outras, o dizer implica também um não dizer; ao dizer algo, o

⁵ A visão dessa pesquisadora se baseia nos estudos de Michel Pêcheux, outro pesquisador da Análise do Discurso francesa. Uma vez que Maingueneau não possui estudos no silenciamento, levamos em consideração a questão da interdisciplinaridade e do enriquecimento que os estudos dessa autora trazem a essa pesquisa.

sujeito estará necessariamente “não dizendo outros sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 53). E em *silêncio local*, que é a própria censura, proibição de um dizer em uma circunstância particular.

Orlandi (2007) argumenta que o silenciamento possui também uma face política e “pode ser considerado tanto da parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)” (ORLANDI, 2007, p. 29). Ela expõe que isso pode ser observado em diversos setores da sociedade: na relação entre brancos e índios (podemos estender essa problemática para as relações raciais no geral), no discurso a respeito das mulheres, entre outros explorados por essa autora.

O silêncio possui em sua constituição aspectos culturais, políticos e históricos que devem ser levados sempre em consideração ao analisá-lo e está presente em vários fatos da sociedade: no discurso religioso, com seu silêncio contemplativo, no discurso jurídico, onde dentro do discurso liberal ao afirmar que todos são iguais perante a lei, apaga as diferenças constitutivas dos lugares distintos que cada um ocupa na sociedade e até mesmo no discurso científico, ao optar-se por não deixar determinadas teorias ganharem significação (ORLANDI, 2007).

Orlandi (2007) apresenta um estudo que ela realizou em 1990, em que ela verificou que o índio não possui voz na história nacional representada nos textos, tomados enquanto documentos. São os missionários, cientistas e políticos que falam por eles, implicando em ocultar determinados sentidos e exaltar outros que são “necessários para a construção de uma identidade brasileira determinada, em que o índio não conta” (ORLANDI, 2007, p. 58), sentidos os quais atendem aos interesses colonialistas dos países europeus no Novo Mundo.

Por outro lado, esse silêncio pode representar resistência ao verificar que o índio, ao não falar do lugar que esperam dele, revela a intenção de resistir às tentativas de integração com a sociedade branca. Assim Orlandi (2007) conclui que é pela historicidade que se observa a produção de sentidos do silenciamento do papel dos índios no processo de formação da identidade nacional.

Para Orlandi (2007), baseando-se em Ducrot (1972), o implícito relaciona-se com o não dito e o dito, o não dito do implícito implica um dito. Já o silêncio permanece, como sua própria natureza determina, em outras palavras, ele não tem dependência com o dito para significar, ele não necessita do sentido do enunciado.

Essa linguista trabalha com a noção de silêncio fundador, que é a base de toda a significação, é a “própria condição de produção de sentido” (ORLANDI, 2007, p.68). É a partir dele que a linguagem ganha significado, portanto o silêncio, enquanto sentido histórico, não é um vazio ou algo sem sentido.

Já a política do silêncio ou o silenciamento, o colocar em silêncio, se desdobra entre o silêncio constitutivo e o silêncio local e se caracteriza pelo apagamento de algum sentido possível em uma fala, porém indesejado. Na política do silêncio, é produzido um recorte entre o que se deseja dizer e o que se quer que permaneça oculto na fala, enquanto o silêncio fundador significa por ele mesmo (ORLANDI, 2007).

O silêncio constitutivo, de acordo com essa autora, diz respeito à própria característica da política do silêncio: dizer uma coisa e deixar de dizer outra, os sentidos que se deseja evitar, “sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma ‘outra’ formação discursiva, uma ‘outra’ região de sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 73-74). Assim, o silêncio se localiza no limite entre formações discursivas, implicando assim, uma limitação no dizer. Já o silêncio local diz respeito à censura, interdição do dizer. Esse tipo de silêncio é “uma estratégia política circunstanciada em relação à política dos sentidos: é a produção do interdito, do proibido” (ORLANDI, 2007, p. 74-75).

2.5 Discurso jornalístico

Uma vez que essa dissertação traz como espaço discursivo o discurso da branquitude dentro de matérias jornalísticas, achamos relevante trazer também a respeito das características do discurso jornalístico.

Os gêneros de informação derivam-se da conjunção entre “as características de um dispositivo, do grau de engajamento do sujeito que informa e do modo de organização discursivo que é escolhido” (CHARAUDEAU, 2013, p. 212). Dessa maneira a combinação desses três fatores darão origem a diferentes gêneros: jornal televisionado, jornal escrito, uma entrevista pelo rádio, etc.; e três desafios se encontram presentes na construção de qualquer gênero de informação, de acordo com Charaudeau (2013): o desafio de *visibilidade*, que diz respeito à rapidez com que a notícia é notada pelo público; o desafio da *inteligibilidade*, onde a maneira como a notícia é tratada, enquanto acontecimentos relatados ou comentados e a junção da encenação verbal (o escrito), visual (disposição das imagens) e o auditivo (fala e sons, quando se trata de TV e rádio) levam o conteúdo a ficar mais ou menos acessível ao sujeito leitor e por fim o desafio de *espetacularização*, onde o dispositivo midiático deve trabalhar o conjunto de encenações de modo a suscitar interesse e emoção na instância de recepção.

No caso dessa dissertação, o gênero discursivo utilizado são as notícias jornalísticas, retiradas da Folha de S. Paulo, jornal que circula impresso e online, lido principalmente por

homens, pertencentes à classe B⁶. O gênero imprensa se caracteriza por ser do domínio da escrita, se inscrever em uma situação de troca monologal⁷ e tem seus próprios meios de trabalhar com a visibilidade, legibilidade, inteligibilidade e espetacularização. (CHARAUDEAU, 2013).

Para esse autor, a visibilidade manda na disposição das notícias no jornal, na qual é feita uma paginação e uma titulação para que elas sejam facilmente encontradas e lidas; além disso, a legibilidade impõe a necessidade de expor os fatos mais claramente possível, de modo que a redação dos artigos seja acessível ao maior número de leitores possíveis. Já a inteligibilidade diz respeito a esclarecer o porquê e o como das notícias, e liga-se tanto a elementos de paginação, como molduras e gráficos, quanto à presença de formas textuais que se apresentam como comentários, como são os editoriais e, por fim, a exigência de *dramatização*, que nos jornais é menos admitida por questões de credibilidade, mas que implicitamente é reconhecida, de modo a ser encontrada na forma de escrita das notícias, especialmente nos títulos.

Classificar e definir os gêneros jornalísticos dentro da imprensa escrita é uma tarefa que vem sendo desenvolvida ao longo dos anos e, para Charaudeau (2013), algumas dessas definições vêm dos próprios jornalistas e outras de analistas das mídias. Os gêneros mais comuns são a notícia, a reportagem, a entrevista, o editorial, a crônica, os artigos de análise, entre outros.

A imprensa, jornais e revistas que possuem como fim a informação, se caracteriza, de acordo com Charaudeau (2013, p. 113), “por uma área escritural, feita de palavras, de gráficos, de desenhos e por vezes, de imagens fixas sobre um suporte de papel”. Falamos tradicionalmente, pois, atualmente, com a internet, a imprensa passou a circular também online, seguindo a mesma estrutura escrita e de imagens, no entanto, mudando o suporte para a tela do computador, do celular ou do tablet. Trata-se, assim, de uma tradição escrita, caracterizada por distanciamento físico entre o que escreve (instância de produção) e o que lê (instância de recepção). Ademais, o que foi escrito é um ponto para o qual há sempre a possibilidade de retorno, seja para a instância de produção, para retificar ou apagar, seja para a instância de recepção, para rememorar ou recompor a leitura. Além disso, há a possibilidade de retomarmos as notícias, enquanto pesquisadores de diversas áreas, para desenvolvimento de trabalhos que utilizam o discurso jornalístico.

⁶ Disponível em http://www.publicidade.folha.com.br/folha/perfil_do_leitor_nacional.shtml Acesso em 05 jul. 2020.

⁷ Charaudeau utiliza originalmente o termo monolucutivo.

Essa relação distanciada entre instância de produção e de recepção faz com que a imprensa não seja capaz de coincidir tempo e acontecimento. Ou seja, há um espaço entre o tempo de produção, incluindo-se o tempo de fabricação (montagem e impressão) e o tempo de distribuição, e o tempo de leitura da informação, produzindo uma defasagem entre o fato reportado e a tomada de conhecimento por parte do leitor. Hoje em dia, com a difusão das notícias pelos sites dos jornais na internet, percebemos que esse tempo entre o fato noticiado e a leitura diminuiu consideravelmente, embora ele ainda exista, pelo fato de que a instância de produção precisa escrever, formatar e lançar a notícia no site e a maioria dos leitores, dentro da rotina, não acompanham a atualização das notícias de forma constante. Além de diminuir o tempo entre o ocorrido e o noticiado, a internet também propiciou uma possibilidade de escolha de sair das grandes mídias e ter acesso mais facilmente às de outros países.

Marcondes Filho (1989) afirma que um jornal não constrói sua argumentação de forma solitária. Por trás dele existe um conglomerado econômico ou político que deseja adicionar objetividade em suas opiniões, grupos que são os detentores do poder dentro da sociedade e que não desejam que outras informações lhes retirem o monopólio, sejam essas notícias vindas da base da sociedade ou de adversários.

Quatorze anos depois, Arbex Jr. (2003) aduz que a grande mídia continua sendo uma coluna de sustentação de poder. Segundo esse autor, ela atua enquanto fonte que legitima as medidas políticas tomadas pelos governantes, bem como as estratégias mercadológicas elaboradas pelas grandes corporações e pelo capital financeiro. A mídia então

constrói consensos, educa percepções, produz “realidades” parciais apresentadas como a totalidade do mundo, mente, distorce os fatos, falsifica, mistifica – atua, enfim, como um “partido” que, proclamando-se porta-voz e espelho dos “interesses gerais” da sociedade civil, defende os interesses específicos de seus proprietários privados. (ARBEX JR., 2003, p. 20)

Para Marcondes Filho (1989), o grupo dominante das grandes corporações procura por meio da detenção dos jornais, além da venda de uma mercadoria em si (composta por informações e opiniões), amenizar o desequilíbrio existente na distribuição de poder, e dos embates políticos e ideológicos presentes no campo jornalístico, transformando a voz, que se manifesta por meio de movimentos organizados ou não, da maioria dominada e despossuída da população em vozes genéricas e em uma quantidade, diríamos controláveis pela imprensa, dando ao mesmo tempo uma excepcional “ampliação” a elas.

A notícia, seja ela escrita ou televisionada, é linguagem, logo, para Charaudeau (2013), ela não é transparente na sociedade e carrega as ideologias da instância produtora do discurso. Assim sendo, a mídia não retrata a realidade social, mas o que elas constroem do

espaço público, um fato adequado aos objetivos e perfil da mídia que o expõe, longe de ser um retrato fiel do ocorrido.

Além de carregar o viés ideológico de quem produz a notícia, transformando a realidade em uma construção, para se tornar uma notícia, segundo Marcondes Filho (1989), uma informação passa por tratamentos de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo para adaptação às normas mercadológicas. Se tornando notícia, ela passa a ser um meio utilizado pelos grupos de poder para manipulação ideológica e manutenção desses poderes.

Assim, as notícias são produzidas na tentativa de se manter a passividade dos demais grupos. Para isso, os fatos são apresentados de forma unívoca, fechada, sem contradições ou ambivalências. Elas se tornam confirmação do esperado, uma visão de mundo não contraditória, esvaziada do real e do que pode se tornar contraditório e “o conflito, o polêmico, o questionador que existe em cada fato desaparece” (MARCONDES FILHO, 1989, p. 16). A notícia se transforma em prestação de serviço, acrítica, de forma que todos lutem de forma harmoniosa e solidária para a transformação de sua realidade.

Nos dias atuais, com a internet tornou-se ainda mais fácil esse esvaziamento do real tratado no parágrafo anterior, criando o que Arbex Jr. (2016) denomina como “fabricar socialmente a amnésia, mediante a imposição da velocidade informativa” (ARBEX JR, 2016, p. 22). A aceleração tecnológica permite que notícias do mundo inteiro sejam despejadas com muita rapidez e em grandes quantidades. E tão logo que se toma conhecimento de um assunto, outro já está ocupando os jornais televisivos e por consequência, as manchetes dos jornais impressos ou online, trazendo como consequência o esquecimento daquele assunto que há algumas horas era considerado como importante.

De acordo com Marcondes Filho (1989), para haver um envolvimento, as notícias devem estar alinhadas à realidade e ao contexto de vida daqueles que as leem. Para então obter a atenção de uma maioria de leitores de determinado jornal, o grupo que se encontra no poder transforma as notícias em espetáculos, tratando os fatos como ocorrências alheias, diferentes do cotidiano real das pessoas. Percebemos essa espetacularização dentro das notícias especialmente quando se trata de representar a realidade de sujeitos comuns, no sentido de não serem famosos, políticos ou pessoas que se encontram constantemente sob os holofotes. Essa é, inclusive, uma forma de incluí-los nas páginas dos jornais, permitindo que o real interesse do grupo dominante permaneça oculto.

De acordo com Cornils (2016), atualmente, a mídia tradicional, englobando jornais, TVs e revistas, não detém mais o poder exclusivo de formação de opiniões quanto

antigamente e já não são tão inquestionáveis quanto eram há algum tempo, embora ainda sejam as principais fontes das notícias compartilhadas na internet. No entanto, ainda pode-se observar que quando se trata de assuntos que o leitor não possui conhecimentos sólidos, os jornais ainda são fortes fontes de formação de opinião. (GLOTZ; LANGENBUCHER, 1969, *apud*. MARCONDES FILHO, 1989).

A função primordial de um jornal dentro da sociedade de classes não é apenas noticiar fatos aos setores dominantes, ele procura moldar os fatos da vida pública e privada de acordo com os parâmetros ideológicos daqueles que os produzem. “Trata-se, portanto, de montar uma segunda natureza dos fatos sociais, diferente, e em muitos casos, oposta à verdadeira natureza das coisas” (MARCONDES FILHO, 1989, p.51).

Abramo (2016)⁸ afirma que ao apresentar uma realidade distorcida, o jornal coloca a instância de recepção perante uma realidade que foi artificialmente criada pela imprensa e essa sobrepõe e domina o real vivido e conhecido pelo público. Como esse público se fragmenta em um indivíduo que assiste e/ou lê, o sujeito somente percebe que a realidade foi, na verdade, recriada quando se trata de uma realidade na qual ele está inserido diretamente, dentro da qual ele efetivamente tem protagonismo e realmente a conhece. As demais partes da qual esse leitor/espectador não é parte direta ele capta somente pela realidade que é oferecida pela mídia.

Esse autor destaca que embora haja essa manipulação constante da realidade, ela não ocorre em todo o material todo o tempo, em toda a imprensa e não se trata de um fenômeno que ocorre em uma situação ou outra em alguns determinados jornais. Esse fenômeno torna-se grave, pois se trata de um procedimento geral na produção das notícias, deixando de fora desse procedimento algumas matérias isoladas para contestar essa característica.

Em relação à questão da manipulação midiática, referindo-se a instância de recepção, de acordo com Charaudeau (2013), uma manipulação só ocorre quando um sujeito, ou uma instância, tem como intenção fazer um segundo sujeito ou instância crer em um fato, não necessariamente verdadeiro e o faz agir em benefício próprio, sem que o segundo perceba.

Na mídia, isso não ocorre exatamente dessa forma, pois a intenção primária da mídia não é a de engodo, na realidade ela possui o papel importante dentro da democracia de informar, relatar fatos nacionais e internacionais, fazer circular explicações acerca do ocorrido e promover o debate. Além disso, os próprios leitores, geralmente não absorvem o que está no jornal de maneira acrítica e passiva, mas são corresponsáveis pela espetacularização que a

⁸ Esse texto foi originalmente escrito em 1988. O livro ao qual esse texto pertence teve a sua segunda edição em 2016, sendo essa a utilizada nessa dissertação.

mídia propõe, uma vez que ao ler um jornal ou assistir à TV, o sujeito se põe em condição de espectador do que a mídia se propõe a exibir (CHARAUDEAU, 2013).

Além disso, esse autor nos faz refletir acerca do uso de imagens e o potencial de manipulação da mídia. Ela, especialmente em transmissões ao vivo na TV, fornece uma *impressão* de transparência, diferente da linguagem escrita. A imagem apresentaria a realidade tal como ela é, sem modificações, apresentando fielmente cenas de sofrimento e dor.

No entanto, a segunda característica das imagens vem derrubar a suposta transparência. A imagem, de acordo com Charaudeau (2013), tem o poder de fazer evocar a memória pessoal e coletiva acerca de outros acontecimentos passados em forma de outras imagens, uma imagem atual de pessoas raquíticas por trás de arames farpados, pode evocar na memória imagens de campos de concentração, mesmo que não tenha presenciado pessoalmente o fato. E isso destrói o efeito de transparência, pois ao sentir, interpretar e rememorar fatos fazemos isso levando em conta nossas experiências e histórias próprias, tanto no âmbito individual, quanto coletivo.

Assim, tirando o que Charaudeau (2013, p. 256) chama de “montagens conscientes”, ou seja, estratégias que a mídia utiliza para tentar amenizar ou tentar mudar a opinião do público sobre determinado assunto, por exemplo, manipular uma imagem para causar medo na população ou na tentativa de passar uma imagem diferente do que a instância de recepção tem de um sujeito, os jornalistas (ou as instâncias produtoras), não possuem *a priori* uma intenção manipuladora. A manipulação midiática ocorre, na verdade, de maneira indireta, dentro dela própria, uma vez que para divulgar um fato, ela não o faz dele bruto, antes ele passa por diversos tratamentos para serem assim veiculados com aspecto neutro e sem contradições, de forma a apelar para o sentimento (espetacularização) de seu público-alvo.

Além disso, *os jornais são veículos de informações que reproduzem apenas uma parte da realidade*, uma vez que o jornalista e sua equipe conscientemente definem previamente o que publicar e não publicar e com que destaque a notícia sairá. É noticiada a anormalidade que seja de interesse dos jornais enquanto porta-vozes das correntes políticas, como por exemplo, um acidente envolvendo embriaguez só será notícia caso envolva pessoas que são representantes de uma corrente que o jornal deseja combater (MARCONDES FILHO, 1989).

Ainda de acordo Marcondes Filho (1989), ao mesmo tempo em que as notícias agitam e provocam confrontos entre diferentes posições políticas, o que seria democraticamente falando, louvável, por outro lado as opiniões que elas manifestam são as grandes correntes de opinião das classes em conflito pelo poder. Em outras palavras

os jornais são como pontas de *icebergs*, que no nível externo representam a democracia formal, na qual todos seriam iguais, e, no fundo, escondem o poder político ou econômico que os sustenta, que é incomparavelmente diferenciado de um jornal para outro em relação ao seu tamanho e importância. (MARCONDES FILHO, 1989, p.13)

Pensamos, ao contrário de Charaudeau (2013), que embora a mídia não possua como finalidade principal a manipulação dos sujeitos, ela pode ser usada para esse fim. Por exemplo, em uma situação de ditadura, a mídia pode criar comportamentos em todo um grupo, por meio do controle governamental, instruindo os assuntos que podem ganhar destaque ou não, o que pode ser comentado pela sociedade ou não.

Em épocas democráticas também vemos essa manipulação. Um episódio que podemos citar é o uso da máquina midiática para divulgação de notícias falsas (*fakenews*). A mídia ainda é um sustentáculo de poder na sociedade e é a partir do divulgado na mídia que grande parte das pessoas ainda molda seu comportamento e toma como base para formar as próprias opiniões. Considerando primeiro, que o esvaziamento do real, já discutido anteriormente, leva a produção e divulgação intensa de diferentes notícias a todo o tempo, e segundo, com a chegada das redes sociais, tais como o Facebook, WhatsApp e Twitter, veio a facilidade para espalhar e trocar as informações recebidas por essas redes, as quais normalmente não são checadas, e daí também ocorre a manipulação dos sujeitos, ao tomar a informação como verdadeira e balizar a opinião a partir dessa informação falsa veiculada.

Vimos que o jornal não constrói o seu dizer sozinho, na figura dos jornalistas. Na verdade, a construção desse dizer está muito mais relacionada ao poder do que apresentar a realidade de fato do que ocorre com os que se encontram fora dessa linha de influência. Sabemos que no Brasil o poder anda de mãos dadas com a cor e com a classe social, assim, é possível inferir que as pessoas que se encontram na posição de comandar o dizer de um jornal pertencem, geralmente, aos grupos compostos pela branquitude.

Ao mesmo tempo em que essa minoria branca que se coloca como dominante, procura manter os grupos dominados sob seu controle, apresentando matérias aqui e ali sobre eles, procurando dar uma suposta visibilidade, se utilizando da mídia jornalística para manter-se no poder, divulgando reportagens que são de interesses dos demais grupos que a apoiam, principalmente os relacionados à economia e à política.

É relevante a importância da memória coletiva para conservar os acontecimentos marcantes do passado. No entanto, segundo Davallon (1999), ela é frágil, pois após o desaparecimento do grupo que carrega essa memória, ela desaparecerá junto. Assim, a chegada da imprensa e o registro dos acontecimentos colaboraram substancialmente na

preservação de alguns fatos. Dizemos que são alguns fatos, uma vez que a mídia não expõe todos os fatos, a todo o momento. Na realidade, ela realiza uma seleção dos mais relevantes, especialmente aqueles que são de interesse do conglomerado que a controla ou de fatos que o grupo que noticia deseja combater.

Expomos até aqui a respeito da Análise do Discurso, teoria base utilizada nessa dissertação, além do discurso jornalístico, campo discursivo selecionado para desenvolver esse estudo. Passamos a seguir para noções acerca do racismo.

3 Noções sobre racismo

Neste capítulo, abordamos conceituações acerca de raça e de racismo, noções importantes de se trazer antes de apresentar os estudos a respeito da branquitude. Trazemos as diferenciações entre os conceitos de racismo, preconceito e discriminação, que são importantes para o estudo das relações raciais. Logo a seguir traçamos um breve percurso histórico do racismo e depois discutimos acerca do Mito da Democracia Racial. Por fim, trazemos olhares diversos acerca da construção das raças e do racismo.

3.1 Conceitos-chave: Racismo, preconceito e discriminação

Iniciamos esse capítulo apresentando a diferenciação entre racismo, preconceito e discriminação, que embora sejam relacionados, não têm o mesmo significado.

Lopes (2014) conceitua racismo como

doutrina formalizada na França, em meados do século 19, para afirmar a superioridade de determinados grupos étnicos, nacionais, linguísticos, religiosos, etc. sobre outros. Por extensão, o termo passou a designar as ideias e práticas discriminatórias advindas dessa pretensa superioridade. O conceito de “superioridade racial” carece de base científica, já que o ser humano, em termos biológicos, é mais produto do ambiente cultural em que vive do que resultado de herança genética. (LOPES, 2014, p. 235)

Para Almeida (2018), o *racismo* traz em sua base uma forma de discriminação sistemática. São atos sustentados, que se mantêm ao longo do tempo dentro da política, da economia e das relações cotidianas, e que por meio de práticas conscientes ou não, culminam em vantagens ou desvantagens, de acordo com o grupo racial que o indivíduo pertence. No caso brasileiro, observamos que as vantagens se distribuem entre os brancos, ao mesmo tempo, que, os negros, em sua maioria, ficam em desvantagem, tanto no acesso a bens materiais, quanto simbólicos, realidade constante desde a época colonial.

Ainda de acordo com Almeida (2018), o *preconceito racial* diz respeito à atribuição de estereótipos a pessoas pertencentes a determinados grupos raciais e que podem ou não culminar em práticas discriminatórias. Almeida (2018) traz como exemplos de preconceito achar que pessoas negras são violentas, judeus são avarentos e orientais são os melhores nas ciências exatas.

Para Lopes (2014, p. 226), “*preconceito* é uma atitude desfavorável para com um grupo ou indivíduos que nele se inserem, baseadas não em atributos reais, mas em ideias preconcebidas. O preconceito racial é uma das molas propulsoras do racismo”.

Esse autor traz ainda o verbete preconceito de marca, que de acordo com ele é

uma expressão criada pelo sociólogo Oracy Nogueira para caracterizar o preconceito antinegro existente no Brasil, em comparação ao dos Estados Unidos, que se caracterizaria como um preconceito “de origem”. Segundo Nogueira, no Brasil o preconceito racial é tão mais intenso quanto mais escura for a pele do indivíduo objeto, atingindo mesmo pessoas negras de condição social mais elevada. Isso se dá em oposição ao que ocorre nos Estados Unidos, onde uma pessoa sem nenhuma característica negróide poderá ser discriminada desde que se saiba que ela teve um ascendente negro, mesmo longínquo. (LOPES, 2014, p. 226, grifos do autor)

Moore (2007), dentro da visão antropológica de seus estudos, também expõe que preconceito e racismo não são a mesma coisa, e não necessariamente todo preconceito é manifestação de racismo. Para ele, os preconceitos são gerados a partir do racismo, de forma mais violenta, sendo que o mais profundo dos preconceitos é a noção de superioridade racial, enquanto põe o diferente em relação inferior.

Ainda segundo este autor, os preconceitos embora existam historicamente, em algumas sociedades eles não podem ser compartilhados. O racismo, no entanto, é tido como um sistema universal e atemporal, em outras palavras, o racismo não foi criado de forma consciente por intelectuais, e sim a partir de “conflitos longínquos, cujas origens se perdem no fundo do tempo, persistindo na consciência contemporânea sob forma fantasmática, simbólica e atemporal.” (MOORE, 2007, p. 280-281). São nas atitudes, valores, temores e ódios que o racismo se desenvolve e por ser produto historicamente construído, ele perpassa por todas as instituições da sociedade: os modos de produção, as religiões, as filosofias e as ideologias.

O racismo se constitui de uma forma específica de ódio direcionado a uma parte específica da sociedade, parte que é identificada a partir do fenótipo de povo negro. O ódio racista não é uma mera questão de sentimento, uma vez que ele é específico, ele se direciona para essa parte da sociedade, se convertendo em um sistema normativo, passando a reger o destino da sociedade racializada (MOORE, 2007).

Já a discriminação diz respeito à ação e tem como base tratar de forma diferenciada grupos identificados como racializados, tendo como requisito fundamental o *poder*, em outras palavras, é somente pelo uso da força que é possível atribuir vantagens para alguns grupos e desvantagens para outros, levando em consideração a raça (ALMEIDA, 2018).

A discriminação se divide em direta e indireta. A primeira, de acordo com Almeida (2018, p. 25) “é o repúdio ostensivo a indivíduos ou grupos, motivado pela condição racial”, como, por exemplo, um estabelecimento comercial que se recusa a atender uma pessoa de determinada raça. Já o segundo tipo ocorre quando a presença de grupos minoritários não é

levada em conta ou esses grupos são obrigados a ficarem racialmente neutros (diferente da neutralidade da raça branca, que será explorada mais adiante), não levando em conta as diferenças sociais. Essas práticas culminam em estratificação social, em que fica afetada a trajetória de vida de todo um grupo social, inclusive as chances de ascensão social, reconhecimento e sustento material (ALMEIDA, 2018).

Existe também a discriminação positiva. Almeida (2018) aduz que esse tipo de discriminação diz respeito à atribuição de tratamento diferenciado a grupos que são historicamente discriminados na tentativa de correção das desvantagens causadas pela discriminação negativa. Um exemplo dela são as políticas de ação afirmativa.

3.2 Percurso histórico do racismo

O racismo presente na sociedade brasileira não é um fenômeno recente, e está presente nas relações sociais desde o período colonial. Segundo Moore (2007), pesquisas desenvolvidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) demonstram que existem denúncias por racismo desde 1930. O autor observa que essas denúncias foram feitas majoritariamente pela elite intelectual negra. Apesar da existência dessas pesquisas, indicando a presença e a denúncia de atos racistas já na década de 30, Moore (2007) expõe que os grupos ativistas do movimento negro têm problematizado o racismo e vem conscientizando o país de forma mais intensa sobre a sua existência a partir da década de 1960.

Embora a década de 1960 tenha sido marcante, não podemos esquecer das movimentações anteriores que foram extremamente relevantes para o movimento negro, tais como os quilombos, locais de resistência à escravidão, sendo o maior e mais importante deles o Quilombo dos Palmares, localizado no atual território de Alagoas. O dia 20 de novembro de 1695, dia da morte de seu líder mais destacado, Zumbi dos Palmares, ficou consagrado como Dia da Consciência Negra. Também foram marcantes as diversas revoltas ocorridas nos séculos XVIII e XIX, tais como a Conjuração Baiana, Sabinada, Revolta dos Malês e Revolta de Manoel Congo. Já no século XX, ocorreram a criação da Frente Negra Brasileira, em 1931, com objetivo de conquistas de posições para o negro em todos os âmbitos da sociedade e a fundação do Teatro Experimental do Negro em 1944, por Abdias do Nascimento, para valorizar a imagem dos negros, a partir dos trabalhos pela cidadania dos próprios atores,

conscientizando e alfabetizando o elenco, podem ser considerados marcos nos movimentos ativistas negros.

Sabemos que o racismo possui características diferentes em diversas partes do mundo. Nos Estados Unidos, o racismo teve como consequência à segregação dos negros, proibindo-os de circular nos mesmos ambientes onde os brancos frequentavam; na África do Sul, houve a implantação do *Apartheid* na tentativa de purificação da raça e imposição da cultura branca vista como superior; e na Europa, o racismo adquiriu traços de xenofobia, com o ocorreu na Alemanha Nazista, onde a raça branca era vista como suprema. Aqui no Brasil, o racismo advém das relações colonialistas pós-abolição, principalmente, quando os negros foram libertos apenas juridicamente, mas não foi dado nenhum meio material ou simbólico para essa população promover sua subsistência, aliado às políticas de branqueamento da população.

Assim, observamos em comum, que o racismo advém da ideologia da raça branca superior, e Van Dijk (2008), que trabalha com o racismo dentro da perspectiva da Análise Crítica do Discurso, expõe que vários estudos demonstraram que o racismo na América Latina é um grande problema social e que ainda segue a ideologia europeia e norte-americana, advinda da colonização realizada pelos segundos. Dentro dessa ideologia, o branco se vê e age como a etnia dominante, valores presentes desde a época do colonialismo europeu, onde os Outros eram tratados com inferioridade e eram vítimas de segregação, ações que legitimaram a escravidão, exploração e marginalização.

Ainda para Van Dijk (2008), a abolição da escravatura no século XIX não trouxe consigo o fim da colonização. As mais severas formas de exploração perduraram até o período pós Segunda Guerra. Nessa época, a política, a economia, a literatura e a ciência propagavam ideais racistas, com a publicação diversos trabalhos científicos nos quais se tentava provar a superioridade do homem branco, colaborando para o aumento das práticas de eugenia, culminando no Holocausto, e os terríveis extermínios que foram praticados essa época na Europa não colaboraram para a redução do racismo. Muitos ainda celebravam a superioridade branca e é desta Europa que vieram muitos dos imigrantes da América Latina, trazendo consigo vestígios dessas práticas.

Ainda para este pesquisador, o interesse em se estudar o racismo e a luta contra ele na América Latina surgiu relativamente tarde dentro das instituições de ensino. Primeiramente, o mito da Democracia Racial colaborou para esse adiamento, uma vez que

as desigualdades na interação diária com os indígenas e com as pessoas negras em sociedades tradicionais, em que todos os grupos tinham seu lugar e papel próprios, pareceram tão “naturais” que a ideia de dominação racista

foi geralmente vista – e, muitas vezes, ainda o é – como uma acusação absurda. (VAN DIJK, 2008, p. 13)

Para van Dijk (2008), outras razões para o estudo tardio sobre o racismo na América Latina são: comparativamente ao racismo nos Estados Unidos, que foi explícito e legalizado, as formas de racismo na América Latina são consideradas brandas, até benevolentes. Além disso, como as raízes da pobreza e da desigualdade de classes somente foram investigadas superficialmente, a desigualdade social foi somente atribuída à classe social e não à raça. Ainda, a maior parte dos pesquisadores que se debruçou nos estudos sobre o racismo foi proveniente das elites sociais que estiveram no poder, não tendo, a maioria deles, convivido com experiências racistas.

Consideramos relevante questionar a expressão “estudo tardio na área acadêmica” que van Dijk (2008) utiliza, levando em consideração os eventos ocorridos em território nacional, tais como as lutas quilombolas, as revoltas ocorridas entre os séculos XVIII e XIX, já apresentadas anteriormente. Pelo registro histórico, seja escrito ou oral, que se tem deles, percebemos que se trata já de estudos que podemos considerar de cunho racial, já que representam a revolta do oprimido, negro, contra seu opressor, branco.

Há também registros na história de movimentações para a criação de instituições de ensino exclusivas para crianças pretas e pardas. Cunha Jr. (2001) apresenta uma dessas propostas que foi bem-sucedida feita no século XIX, em 1853, pelo educador negro Pretextado dos Passos Silva, que já naquela época considerava as instituições de ensino discriminatórias e que prejudicavam o desempenho dos alunos pardos e negros.

Portanto, parece-nos um equívoco dizer que os estudos foram tardios em território nacional. O que pode ocorrer é um silenciamento, uma ocultação, dos trabalhos dos pesquisadores que tratavam de temas raciais e uma exaltação aos trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores brancos com o objetivo de fazer prevalecer os ideais da democracia racial e evitar a perda de privilégios que as denúncias dos estudos raciais apresentariam.

De acordo com Moore (2007), o século XXI iniciou com a ampla aceitação e difusão das teses racistas em todos os âmbitos da sociedade, alimentando os estereótipos veiculados pela indústria audiovisual, o qual serve de base para sustentar o imaginário da população em geral e se inserindo no Estado Democrático de Direito, perpassando os partidos políticos, de formas diferentes entre esquerda e direita, no primeiro com a presença da luta antirracista e ações ao combate das desigualdades raciais e no segundo com a alimentação de ações racistas e defesa do privilégio branco, por meio do conservadorismo.

3.3 Mito da democracia racial

O termo democracia racial apareceu na literatura apenas em meados dos anos de 1950, de acordo com Guimarães (2002) e, apesar dessa expressão ser atribuída a Gilberto Freyre, não é encontrada em suas obras mais relevantes. Por meio de buscas nas produções jornalísticas e acadêmicas de alguns estudiosos das relações raciais, Guimarães (2002) buscou traçar um breve panorama do aparecimento desse termo no Brasil:

- 31 de março de 1944: Roger Bastide utiliza o termo pela primeira vez em um artigo publicado no Diário de São Paulo. Nesse texto, ele trata de uma visita a Gilberto Freyre e aparentemente Bastide traduziu livremente as ideias de Freyre sobre a democracia racial.

- Entre setembro e dezembro de 1944: Gilberto Freyre utiliza a expressão *democracia étnica* durante conferências na Universidade do Estado de Indiana (EUA), referindo-se à catequese dos jesuítas. Na realidade é possível que essa expressão utilizada por Freyre seja datada de 1943 referindo-se à tradição democrática baiana e baseia-se na crença de que para Gilberto Freyre a civilização brasileira possuía um caráter ibérico.

- Agosto de 1950: a expressão *democracia racial* era utilizada correntemente pelo movimento negro e foi utilizada por Abdias do Nascimento na fala inaugural do I Congresso do Negro Brasileiro.

- 1952: Charles Wagley utiliza pela primeira vez o termo *democracia racial* na literatura acadêmica especializada. Tratava-se da introdução ao primeiro volume de uma série, patrocinada pela UNESCO, de estudos sobre as relações raciais no Brasil.

- 13 de maio de 1955: o Teatro Experimental do Negro reitera a fala de 1950 de Abdias do Nascimento na Declaração de Princípios.

Consideramos que esse mito foi criado como uma forma de diminuir as acusações contra o opressor enquanto responsável pela situação do negro no país pós abolição da escravatura. Na época, o negro foi liberto apenas no papel, não sendo oferecido a eles nenhum outro meio de subsistência e possibilidades de pertencimento à sociedade branca, a qual possuía acesso a bens materiais e culturais além de acesso à política.

Exatamente por não ter provido esses insumos e acessos ao negro, que podemos afirmar que o branco não ficou temeroso em competir com os negros libertos e nem com as consequências de políticas de igualdade racial. Como assevera Fernandes (2008⁹, p. 304, grifos do autor) “em nenhum ponto ou momento o ‘homem de cor’ chegou a ameaçar seja a

⁹ Primeira edição datada de 1964.

posição do ‘homem branco’ na estrutura de poder da sociedade inclusiva, seja a respeitabilidade e a exclusividade de seu estilo de vida”. Assim não houve a formação de barreiras concretas para que negro tivesse acesso justo à sociedade, e nem um movimento organizado onde se observava concretamente brancos, negros e mestiços em situação de antagonismo (FERNANDES, 2008).

Dessa forma, observamos que essa ausência de oposição concreta passava a impressão de que os brancos nada tinham a ver com a situação social e econômica dos negros e que não deveriam se envolver em questões raciais, e que os negros eram os únicos responsáveis por sua exclusão e pobreza, mantendo assim o privilégio racial branco.

Nascimento (2016)¹⁰ aduz que o mito da democracia racial veio como uma forma de diminuir o sentimento de culpa do opressor e tentar reduzir as acusações contra ele. Este mito assevera que a escravidão na América Latina possui um grau diferenciado de bondade e humanidade, oposto ao regime existente nas colônias inglesas.

De acordo com este pesquisador, o mito foi influenciado por diversas instituições, as quais colaboraram com sua manutenção e perpetuação. A primeira delas foram as igrejas católica e protestantes, por meio do discurso religioso. As pregações dos missionários argumentavam em favor da obediência para com os senhores, inculcando nos escravos que a vinda para o novo mundo os salvou da vida pagã que levavam em seu lugar de origem. Para Nascimento (2016, n.p.) “o cristianismo, em qualquer das suas formas, não constituiu outra coisa que aceitação, justificação e elogio da instituição escravocrata, com toda sua inerente brutalidade e desumanização dos africanos”.

Os dirigentes da colônia também foram responsáveis pela manutenção do mito da democracia racial ao permitir e encorajar as manifestações culturais africanas, tais quais como o batuque. Se aos olhos da sociedade e estudiosos da época representava um ato de benevolência, aos olhos dos senhores e dirigentes era uma forma de evitar a união e uma possível revolução dos escravos africanos, ameaçando assim o *status quo* da escravidão (NASCIMENTO, 2016).

Ainda para este autor, outro fator que colaborou com essa visão distorcida da escravidão nas colônias da América Latina foi a manutenção das fraternidades religiosas criadas pelos negros, com a finalidade de manter a ordem entre os escravos, por meio da dominação religiosa, conforme já exposto anteriormente, evitando rebeliões.

¹⁰ Primeira edição datada de 1978, foi relançada novamente em 2016.

Por fim, Nascimento (2016) aponta que o mito da democracia racial foi sustentado pelo argumento de que os traços da cultura africana somente puderam sobreviver devido à relação amigável que havia entre os escravos e seus senhores. Essa relação era alimentada, por exemplo, pela presença das amas negras dentro das casas grandes, que amamentavam e cuidavam dos filhos brancos dos senhores ou das escravas responsáveis pela cozinha.

Observamos assim que ao tentar pregar a passividade perante seus opressores, inculcando nos oprimidos que se rebelar contra seus senhores era se rebelar contra as divindades, supostamente fazia emergir um sentimento de submissão e aceitação “passiva” da situação, decorrente do medo da punição. Sabemos, por meio da história, que na realidade não houve essa submissão ou aceitação por parte dos oprimidos, e que a todo o tempo havia movimentações para combater essa opressão, tais como os quilombos, já citados anteriormente. Além disso, ao não destruir completamente a cultura dos africanos, os senhores mostravam tanto à sociedade, quanto aos cientistas sociais da época a ilusão de que o negro escravo tinha sua liberdade e sua cultura “respeitadas” no novo continente.

O mito da democracia racial trouxe, de acordo com Fernandes (2008), uma falsa consciência acerca da realidade racial brasileira e com ela uma série de “convicções etnocêntricas” (FERNANDES, 2008, p. 312): o negro brasileiro não possuiria problemas de ordem social ou econômica; não haveria distinções raciais entre os brasileiros, o acesso à acumulação de bens materiais e simbólicos seria obtido por todos indistintamente, na época da expansão urbana e industrial; os negros se encontrariam “satisfeitos” com sua condição e, por fim a negação da existência de problemas relacionados à justiça social em relação aos negócios, sendo transitórios os problemas enfrentados pela raça e que seriam superados por mudanças espontâneas.

Vemos na realidade, que o mito da democracia racial serviu apenas para esconder os interesses do grupo racial branco, que além de não se ver dentro da relação opressora, do racismo, se mantendo silenciada, conseguiu a manter-se no poder sem enfrentar grandes dificuldades e oposição por parte dos grupos negros e mestiços. Ao inculcar no negro a própria responsabilidade por sua condição e a inexistência de diferenças raciais colaborava para uma criação de passividade em parte desse grupo, minando ao mesmo tempo a autoestima e a possibilidade de agrupamentos contra a ordem em voga.

De acordo com Guimarães (2002), antes do surgimento da sociologia, já era difundido, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, que o Brasil não possuía uma *linha de cor*, em outras palavras, as pessoas de cor em tese poderiam ocupar cargos e posições de prestígio sem que houvesse barreiras legais, inclusive a própria escravidão era vista como mais

benevolente no Brasil exatamente por conta dessa ausência da linha de cor. No Brasil atual, esse conceito, para Guimarães (2002, p.139) “cedeu lugar à construção mítica de uma sociedade sem preconceitos e discriminações raciais”.

Hoje, democracia se liga à ideia de direitos civis e individuais, de caráter universal, então falar nos dias de hoje o termo *democracia racial ou étnica* levaria “a associar tais expressões aos direitos de representação e autenticidades de minorias étnicas ou raciais”. (GUIMARÃES, 2002, p. 151). Em outras palavras, equivale a dizer que todos, independentemente da cor ou da raça, possuem os mesmos privilégios materiais e simbólicos.

Ainda para esse autor, o mito da democracia racial é utilizado nos dias de hoje como peça-chave para entender a formação racial brasileira e as contradições entre o que é falado e praticado a respeito do preconceito racial. Essas contradições agora são estudadas sob o rótulo de *racismo*, sendo que, de acordo com Guimarães (2002), o pesquisador Roberto Da Matta cunhou em 1981 a expressão *racismo à brasileira* depois substituída por *racismo cordial* dentro do senso comum e da mídia jornalística.

3.4 Raça e Racismo: diferenciações

Os conceitos de raça e racismo são construtos históricos, que variam durante o tempo e dentro das diversas sociedades. O conceito de raça, para se referir a diferentes agrupamentos humanos com características físicas em comum, foi baseado na biologia e o racismo decorreu dessa divisão, transformando em conceito político e segregador. Para Guimarães (2008) essas divisões estariam associadas às diferentes características intelectuais, psíquicas e morais dos seres humanos.

A aceitação das diferentes características dos seres humanos passou também pela religião. De acordo com Munanga (2003), até o final do século XVII, a aceitação do “outro”, diferente de si, era feita com o apoio da Teologia e das Escrituras, que naquela época davam todas as explicações acerca da Humanidade. Para ser validado enquanto ser humano deveria comprovar a descendência de Adão, e aqueles que não comprovavam, eram rebaixados.

De acordo com Almeida (2018), no século XIX, dentro das ideias positivistas, a biologia e a física tentavam explicar a diversidade humana, por meio dos determinismos biológicos (características biológicas dos seres humanos) e geográficos (condições climáticas e/ou ambientais). Esses pontos explicariam os motivos das diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as raças. Assim, um indivíduo de pele não branca, inserido em um clima

tropical, teria comportamentos imorais, lascivos e violentos e seria um sujeito com pouca inteligência.

A classificação da diversidade humana em raças, antes de servir como propósito de hierarquização e criação do racismo, teve como objetivo a operacionalização do pensamento, para facilitar os trabalhos da ciência. Conforme Munanga (2003) exemplifica, a classificação em raças segue o mesmo propósito da classificação dos livros em uma grande biblioteca, entre tantos livros, se não houvesse essa divisão por seções, por exemplo, os leitores ficariam perdidos. Vale ressaltar a crítica presente nessa exemplificação de Munanga (2003) visto que a ideia de raça classifica humanos tais quais se classificariam objetos, leva objetificação dos seres humanos, principalmente dos não brancos.

O significado do termo *raça* é ainda controverso e para Almeida (2018), concordando com Munanga (2003), liga-se à necessidade do ser humano em classificar o mundo no qual vive. A classificação dos seres humanos em distintas categorias remonta ao século XVI, época da expansão econômica mercantilista e da descoberta do novo mundo e que serviu de base para a cultura renascentista discutir a respeito da multiplicidade da existência humana, sendo, portanto, um fenômeno da modernidade. Para esse pesquisador, o sentido do termo *raça*

está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da *raça* sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito *relacional e histórico*. Assim, a história da *raça* ou das *raças* é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas. (ALMEIDA, 2018, p. 19, grifos do autor).

Almeida (2018) aduz que, ainda no século XIX, mais precisamente em 1873, houve a primeira grande crise do capitalismo, o que resultou no imperialismo e no neocolonialismo, levando à invasão e divisão do território africano, conforme determinações da Conferência de Berlim em 1884. Obviamente, o neocolonialismo teve a mesma base argumentativa do colonialismo: a inferioridade racial dos colonizados, e que estes estariam fadados ao subdesenvolvimento e à desorganização política.

Já no século XX, a antropologia constituiu-se para derrubar a tese das determinações biológicas e defender a autonomia das culturas. Os eventos da Segunda Guerra Mundial e as ações genocidas da Alemanha nazista somente trouxeram reforço ao fato de que a divisão racial é essencialmente política, um instrumento importante para a manutenção das desigualdades e para justificar a segregação de grupos minoritários do ponto de vista sociológico (ALMEIDA, 2018).

Além da Antropologia, a Genética Humana teve importante papel nos estudos raciais ainda no século XX. De acordo com Munanga (2003), os estudos indicaram que certos grupos

sanguíneos, doenças hereditárias e outros fatores no sangue são mais comuns em algumas raças do que em outras e o cruzamento entre essas diversas características genéticas deu origem a outras diversas sub-raças. Além disso, essas pesquisas indicaram que os patrimônios genéticos de dois indivíduos pertencentes à mesma raça podem ser totalmente diversos entre si e mais próximos de indivíduos de outro grupo racial. Assim,

os estudiosos desse campo de conhecimento chegaram à conclusão de que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito aliás cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem (MUNANGA, 2003, n.p.).

No Brasil além do conceito de raça se inserir na categoria política, que serve para organizar as ações de resistência ao racismo, é também uma categoria de análise, indispensável por ser a única categoria que revela que discriminações e desigualdades em função da cor advêm das raças e não somente das classes sociais (GUIMARÃES, 2002).

Como a categoria raça não é possível do ponto de vista da biologia, no Brasil houve tentativa de se retirar esse termo dos estudos. De acordo com Guimarães (2002), entre os anos de 1930 e 1970, baniram a palavra raça dos discursos erudito e popular. No entanto, ao tomar essa medida, as desigualdades e denúncias por discriminação racial por conta da cor cresceram, e apesar desse aumento, eram sempre abafadas.

Assim, na tentativa de obter reconhecimento, os discursos identitários negros ganharam força para se reconstruir étnica e culturalmente e “atribuir a ideia de raça presente na população brasileira que se autodefine como branca a responsabilidade pelas discriminações e pelas desigualdades que eles efetivamente sofrem, ou seja, correspondeu a uma acusação de racismo” (GUIMARÃES, 2002, p. 51). Isso ocorreu pelo não reconhecimento por parte dos autodenominados brancos, tanto da elite quanto da classe trabalhadora, de que as desigualdades e discriminações tinham origem racial. Assim esse retorno à categoria *raça* indicou o retorno ao combate ao racismo e empoderamento dos negros na sociedade.

Logo, na sociedade brasileira, tanto dentro do espaço de militância quanto dentro dos estudos da Sociologia, é preciso dar uma nova roupagem ao termo raça. Guimarães (2002) afirma que é preciso três ações ao mesmo tempo: a primeira é dar reconhecimento ao peso que a palavra raça possui em relação à legitimação das desigualdades de tratamento e de oportunidades, fato muito evidente quando se analisa, por exemplo, o acesso a cargos de poder, que ainda é ocupado por uma maioria branca. Outra ação é reforçar o caráter fictício da

construção biológica das raças e por fim fazer a identificação racial dentro das classes sociais nacionais.

Até aqui, temos o percurso em diferentes épocas da modernidade para se construir o conceito de raça, que é histórico e cuja origem tinha como objetivo apenas facilitar o trabalho da ciência em identificar determinado grupo dentro de vários outros. Além disso, temos que o racismo surgiu quando se iniciou a hierarquização dessas raças levando em conta características físicas e psicológicas em comum dentro dos grupos raciais.

Uma visão da origem do conceito de raça mais aprofundado é dada por Moore (2007), apresentando pesquisas que comprovam sua tese de que é inconsistente com a realidade histórica afirmar que o racismo teve um único ponto de origem ou um único marco histórico. Para Moore (2007, p.22), “desde o seu início, na Antiguidade, o racismo sempre foi uma realidade social e cultural pautada exclusivamente no fenótipo, antes de ser um fenômeno político e econômico, pautado na biologia”, e complementa afirmando que é o fenótipo que marca as diferenças entre os grupos raciais e é o responsável por nutrir os imaginários sociais, sendo tomado como ponto de referência quando se trata das discriminações raciais.

Os avanços que a ciência tem feito trazem à tona o equívoco originado no século XIX, de que a raça tem origem biológica, quando na realidade, ela se fundamenta em uma construção sociopolítica, o que não se aplica ao racismo. O racismo, para o pesquisador, é um fenômeno histórico, que se liga a conflitos ocorridos no decorrer da história dos povos. Moore (2007) aduz que

a noção de que os povos da raça negra desempenharam um papel irrisório na longa e complexa trama da humanidade foi forjada durante o recente período sombrio da História humana, constituída pela conquista das Américas e a escravização dos africanos nestas terras. Nesse sentido, os negros teriam sido, no máximo, meros coadjuvantes na História, até mesmo no seu próprio continente de origem. (MOORE, 2007, p. 38)

Logo, a partir dessa afirmação não é possível ter uma visão completa de como, quando e onde surgiu o racismo na história. É preciso retornar na origem e no posicionamento dos povos melanodérmicos durante a história mundial para descortinar a gênese e o desenvolvimento do racismo e observar os papéis assumidos pelos diferentes povos no desenrolar dos processos históricos (MOORE, 2007).

Para fazer esse histórico, o pesquisador cubano recorre à tese do antropólogo espanhol Gervásio Fournier-González, desenvolvida no livro *La Raza Negra es la Más Antigua de las Razas Humanas* (A Raça Negra é a Mais Antiga das Raças Humanas), obra produzida no final do século XIX e publicada em 1901, que teve como objetivo, baseando-se em estudos da

Paleontologia, Arqueologia, História e Geografia da época, demonstrar a ancestralidade dos povos melanodérmicos na Europa, na Ásia e no Oriente Médio.

Em resumo, a tese central desse livro seria que a raça negra predominou antes de todas as raças na Ásia, África e Europa e que a raça “morena” surgiu depois, a partir da mestiçagem desses negros com os “povos geográficos”, que se diferenciaram por meio da necessidade adaptativa em tempos recentes.

Moore (2007) traz ainda que Fournier-González (1901) afirma em seus estudos que os povos mediterrâneos, que os historiadores sinalizam como distintos, na verdade não o são: inicialmente havia uma parcela de uma raça negra, que era mais ou menos civilizada e eram escravos, a outra parcela era composta por uma raça morena e civilizada que eram responsáveis pelo desenvolvimento do comércio, da indústria, da religião e das artes. O surgimento da raça branca, para Fournier-González (1901), de acordo com Moore (2007) é misterioso e o mais recente de todos na Europa.

Essas pesquisas publicadas precocemente pelo antropólogo espanhol Fournier-González coincidem com os achados paleontológicos que demonstraram a partir da década de 1980, com apoio da biologia molecular, que a população humana teve a sua origem na África e se espalharam pelo globo a partir desse continente. Considerando condições geográficas, genéticas e climatológicas, os cientistas, embora não tenham certeza da pigmentação desses primeiros *Homo sapiens*, consideram fortemente a hipótese de terem sido melanodérmicos e a população branca e amarela surgiram a partir de variações adaptativas das populações negra e morena (MOORE 2007).

Para Moore (2007), esses fatos demonstrados nas pesquisas não são apenas meras informações.

Essas descobertas convergentes impactam favoravelmente no imaginário social – *onde precisamente se enraíza o racismo* –, na medida em que sublinham com força o fato de que todos os humanos partilhamos do mesmo patrimônio genético, procedemos de um berço geográfico comum e usufruímos de uma longa história genética comum. As diferenças hoje observáveis entre os humanos – e que foram erigidas em altos muros de animadversão racial e política –, são consequência de mudanças genéticas aleatórias, ou ainda o resultado de pressões seletivas que nada tem a ver com a nossa vontade ou consciência individual ou grupal. (MOORE, 2007, p. 48-49, grifos do autor)

Moore (2007), diz ser “uma construção das consciências” (MOORE, 2007, p. 49) a superioridade que determinadas raças dizem ter sobre outras e que ainda não possui uma razão determinada. Para ele, essa construção ocorreu em uma época posterior ao período que ocorreu a diferenciação de cores entre as raças, ocorrido no período entre 4.000 a 10.000 a.C.,

segundo pesquisadores. Assim, de acordo com Moore (2007), as evidências apontam que o racismo não surgiu em um único local ou época, e sim em várias partes do planeta, em diversas épocas e em culturas diferentes entre si.

Moore (2007) expõe que as diversas situações de racismo ao longo da história parecem ter em comum as seguintes características: a) quando essas populações diferentes entre si entram em confronto pela posse ou conquista de territórios e suprimentos, o que difere essas populações são elementos que são reconhecidos imediatamente, como a cor da pele, feições e características dos cabelos; b) após a vitória de um dos grupos há a exaltação da vitória, por meio de hinos e histórias escritas sobre o feito do dominador e tende a aumentar essas exaltações, caso o grupo vencido seja todo exterminado, por meio do genocídio, e quando o grupo não é aniquilado, para que o grupo vencido permaneça em situação de dominados, surgem os mecanismos para mantê-los nessa posição, tais como campanhas de pacificação, torturas públicas ou destruição dos vilarejos, criação de contenções, a exemplo da segregação racial, criação de tabus ou por meio da dissuasão, a partir da atomização racial pela mestiçagem violenta ou tratamento diferenciado.

Ao contrário da noção de que o racismo é uma construção ideológica, “uma elaboração intelectual com fins políticos e econômicos e, conseqüentemente, permeável à lógica” (MOORE, 2007, p. 279) e que pode ser resolvido por meio da educação, o pesquisador cubano afirma que o racismo é construído durante a história, embasando-se nos estudos apresentados por ele.

De acordo com Moore (2007), levando em conta o que se sabe sobre o início do racismo, ele “surgiu e se desenvolveu em torno da luta pela posse e pela preservação monopolista dos recursos vitais da sociedade” (MOORE, 2007, p. 283). Antigamente, esses recursos diziam respeito a territórios, bens, escravos e riquezas do meio ambiente, tais como pedras preciosas. Hoje em dia, diz respeito à posse de bens simbólicos e materiais tais como o acesso a melhor educação, serviços públicos e sociais, poder político, às oportunidades de lazer e “até o direito de ser tratado equitativamente pelos tribunais de Justiça e as forças incumbidas da manutenção da paz” (MOORE, 2007, p. 284).

Para esse pesquisador, a função do racismo se encontra então na blindagem dos privilégios do segmento dominante na sociedade, marcado por sua característica fenotípica uniforme, ao mesmo tempo fragilizando e estigmatizando o segmento subalterno. Por outro lado, esse pesquisador afirma que ao lutar contra o racismo, tem-se a ideia de que se coloca em risco os benefícios adquiridos pelos que possuem o “fenótipo ‘apropriado’” (MOORE, 2007, p.285).

O racismo, em sua base, relaciona-se diretamente com a noção de raça. Para Munanga (2003), o racismo, na época de construção desse conceito, seria essencialmente uma divisão nos grupos humanos, baseando-se em características físicas que carregariam em si atributos psicológicos, morais, intelectuais e estéticos, que serviriam para atribuir valores desiguais. Ou seja, “é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural” (MUNANGA, 2003, n.p.). Desse modo, o indivíduo racista se utiliza dessas relações anteriormente discutidas para inferiorizar aqueles que não pertencem ao grupo racial do qual ele pertence.

Munanga (2003) afirma que a partir dos anos 70 o avanço científico, especialmente na área das ciências biológicas, provocou o deslocamento do conceito central do racismo, que era baseado na raça, tornando-se racismo por analogia, ao verificar o surgimento de novas vertentes, tais como o racismo contra a mulher, contra os jovens, contra os homossexuais. Esses novos tipos de racismo, levam em consideração a categoria social do indivíduo, no entanto, essa generalização leva a uma banalização da gravidade, fazendo com que o racismo passe a ser entendido como uma mera questão do Estado ou um fenômeno relacionado à classe.

Ao nosso ver não é viável considerar como racismo essas subdivisões feitas por Munanga (2003), uma vez que essa expressão se refere a retirar ou dar vantagens a indivíduos ou a grupos segundo características raciais, conforme já visto anteriormente. Cremos que o autor poderia estar se referindo ao preconceito, que diz respeito a agir de maneira desfavorável a um grupo ou indivíduos pertencentes a determinados grupos, baseando-se em ideias preconcebidas, não levando necessariamente em conta a raça do indivíduo, como já foi apresentado. Embora não sejam sinônimos, consideramos patente que o racismo e o preconceito podem estar juntos em uma mesma situação. Por exemplo, um homossexual negro poderá ser vítima tanto de preconceito, por ser homossexual, quanto de racismo por ser negro.

O racismo é um tipo de violência, que de acordo com Gomes e Laborne (2018), tem como vítimas determinados indivíduos que possuem sinais, especificamente aqueles que indicam ancestralidade negra e africana e que os diferenciam dos demais. O sujeito portador desses sinais traz, dentro do imaginário sócio-racial, todas as características negativas construídas pela violência racista dentro das relações de poder e da luta de classes.

Almeida (2018) apresenta três concepções de racismo, o individualista, o institucional e o estrutural, sendo que esse último tipo é defendido, por esse autor, como sendo o principal tipo de racismo.

Para o autor, o racismo segundo a concepção individualista seria apresentado como uma patologia ou uma “irracionalidade” e seria um fenômeno ético ou psicológico, praticado por um indivíduo ou grupos isolados, e não por instituições ou sociedade. Por se tratar de um comportamento, esse tipo de racismo poderia ser combatido por meio de ações educativas, conscientização da sociedade, mudanças culturais ou acionando os meios jurídicos.

Já o racismo visto pela ótica institucional diz respeito ao fato de que o racismo é decorrente do funcionamento das instituições¹¹, que atuam privilegiando alguns e retirando esses privilégios de outros, segundo critérios raciais. Nesse sentido, Almeida (2018) afirma que o grupo que adota a perspectiva institucional do racismo defende que os conflitos raciais também estão presentes nas instituições, uma vez que estas são controladas por determinados grupos homogêneos que “utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos” (ALMEIDA, 2018, p. 30).

Esse tipo de racismo evidencia o *poder* como sendo o centro das relações raciais, em outras palavras, o grupo que controla a organização política e econômica da sociedade é aquele que detém o poder. No entanto, só é possível se manter no poder se esse grupo dominante conseguir institucionalizar seus interesses, impor seus padrões de condutas, de modo a naturalizar o domínio (ALMEIDA, 2018).

Nessa configuração de racismo, é o estabelecimento das raças como parâmetro de discriminação que mantém a hegemonia do grupo racial que se encontra no poder. “Isso faz com que a cultura, a aparência e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade” (ALMEIDA, 2018, p. 31).

Ainda de acordo com Almeida (2018), dentro do racismo institucional, para lidar com a resistência dos grupos dominados, os poderes institucionais (Estado, escola, igreja) podem alterar a lógica do racismo, ressignificando a atuação dos mecanismos discriminatórios, podendo até atribuir algumas vantagens sociais aos grupos raciais marcados pelas ações racistas.

Só é possível falar da existência do racismo institucional, segundo Almeida (2018), levando em consideração que as instituições são reprodutoras das condições para se estabelecer a ordem social. Assim os padrões racistas impostos por elas estão ligados de algum modo à sociedade que a instituição visa resguardar.

¹¹ Instituição aqui entendida como “modos de orientação, rotinização e coordenação de comportamentos que tanto orientam a ação social, como a torna normalmente possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais” (HIRSCH, 2007, p.18). São exemplos de instituições as políticas, religiosas etc.

Assim como a instituição tem a sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhes são próprios – o racismo que esta instituição venha a expressar é também parte desta mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: *as instituições são racistas porque a sociedade é racista*. (ALMEIDA, 2018, p. 36, grifos do autor).

Dessa fala o autor conclui que, se há instituições que funcionam privilegiando determinados grupos raciais, isso indica que o racismo é da ordem social e não algo criado pela instituição, já que ela reproduz a ordem social. Assim, se a instituição não trabalhar ativamente para o combate da desigualdade racial, ela certamente continuará reproduzindo as práticas racistas.

Além disso, representatividade, ou seja, a presença de pessoas negras, pardas ou indígenas em espaços de poder, apesar de considerarmos ser extremamente importante para que possa abrir caminho para que as outras também o possam fazer, não significa que o racismo deixou de ser praticado pela instituição, pois as ações desses indivíduos na posição de poder são quase sempre orientadas por outros princípios estruturais da sociedade, como os de ordem político-econômicos e jurídicos (ALMEIDA, 2018).

Falamos em ações antirracistas envolvendo o âmbito institucional, seria fazer uma total inversão no modo de como as instituições lidam com as questões raciais, não somente em questão de representatividade, mas em um âmbito mais profundo, relacionado à violência autorizada contra os negros. Gomes e Laborne (2018) afirmam que o alto escalão das instituições são historicamente ocupados por uma classe média e elite, que possuem o medo enquanto efeito psicológico do qual o racismo se aproveita, e que por conta dele, autorizam a violência utilizando-se principalmente da polícia. Ainda, parte do sistema judiciário, órgãos investigadores e julgadores, enxergam o negro como vilão, não se posicionando favoravelmente a eles enquanto vítima, além de serem representados majoritariamente por capitalistas, militares e outros setores conservadores da sociedade, utilizando-se da necessidade de proteção dos cidadãos de bem, para se utilizarem de ações racistas e da violência contra o negro.

Assim leva à terceira categoria de racismo apresentada por Almeida (2018), o racismo *estrutural*, onde a própria estrutura social normaliza o racismo nas relações econômicas, jurídicas e familiares. O racismo individual e o institucional decorrem do fato do racismo ser uma regra e não uma exceção na estrutura da sociedade.

Sob a perspectiva estrutural, o racismo pode ser visto como processo político e como processo histórico. O racismo, segundo Almeida (2018), pode ser considerado como processo político, pois o poder político influencia a organização da sociedade, logo influencia também no processo de discriminação por raça. Não havendo essa influência, não haveria a discriminação sistemática de coletividades. Dentro dessa perspectiva, a tese do racismo reverso, ou seja, racismo por parte dos oprimidos contra os opressores é totalmente descabida, pois apesar de um grupo racial minoritário agir de modo preconceituoso ou discriminatório, não é possível que eles imponham desvantagens sociais ao grupo majoritário.

O racismo enquanto processo político pode ocorrer em duas dimensões: na *dimensão institucional* no qual o Estado, por meio de regulação jurídica e extrajurídica cria meios (repressivos, persuasivos ou dissuasivos) para que o racismo gerado por ele seja incorporado ao cotidiano e na *dimensão ideológica*, onde a política e o exercício do poder atuam para criar a ilusão de unificação ideológica e essa ser reproduzida e mantida pelo Estado, escolas, universidades e meios de comunicação em massa (ALMEIDA, 2018).

Ainda, segundo esse autor, o racismo é um processo histórico, pois “a especificidade da dinâmica estrutural do racismo está ligada às peculiaridades de cada formação social” (ALMEIDA, 2018, p. 42). O racismo se manifesta em situações específicas, se conecta as transformações sociais e é singular em cada sociedade, já que cada uma tem as suas maneiras de tratar o econômico, político e jurídico.

Por fim, enquanto processo político e histórico, Almeida (2018) afirma que o racismo é um processo de constituição de subjetividades, já que a consciência e os afetos do indivíduo se ligam às práticas sociais. Assim, o racismo só consegue se proliferar caso crie uma explicação racional para a desigualdade racial e haja a constituição de sujeitos que não se abalem perante a discriminação e violência racial e que ache normal a divisão desigual dos privilégios entre os brancos e não brancos, ou seja, que o racismo permaneça escondido dentro das relações.

No Brasil essa realidade é concreta. Para Gomes e Laborne (2018), o racismo no Brasil tem como característica se esconder atrás de outras questões, tais como classe, Estado, vulnerabilidade, pobreza, ficando na suposta invisibilidade e se afirmando por meio da negação da existência dessas ações em território nacional. Assim, as causas de trato desigual, criminalidade e violência e interdição à população negra de usufruir de direitos e justiça sociais tenha origem em outros fenômenos que não o racismo.

Observamos que o racismo em nossa sociedade é construído dentro das diversas instituições, tais como universidades, governo, mídia e dentro do próprio grupo familiar,

sendo mantido e reproduzido, dentro da estrutura da sociedade. Assim, Van Dijk (2008) argumenta que o racismo é algo aprendido, portanto, não é inato do ser humano. Esse aprendizado, na concepção do autor, se constrói discursivamente, ou seja, baseado nas conversas diárias, nos livros, na literatura, nos artigos de revistas e jornais, nos discursos políticos, entre outros.

E mesmo que as práticas de racismo sejam aprendidas por observação e imitação, estas precisam ser legitimadas e sustentadas discursivamente pela origem dessas ações, o que é feito por meio da manutenção dos privilégios raciais. Isso ocorre, por exemplo, ao privilegiar um candidato branco em detrimento de um negro em uma entrevista de emprego, considerando que os dois sejam igualmente capacitados, ou, ao ainda notar a presença massiva de atores brancos na mídia ou de professores nas instituições de ensino, que apesar de ter crescido desde a implementação da lei das cotas ainda é muito baixo a presença deles na sala de aula. Segundo o Censo do Ensino Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por exemplo, em 2019 o quantitativo de professores negros e pardos no ensino superior era de 15,8%¹².

Assim como o racismo, a raça também pode ser um construto discursivo. Para Guimarães (2008), que utiliza o conceito de discurso dentro do campo da Sociologia, os grupos humanos constroem sua origem e a transmissão de suas essências entre as gerações por meio da criação de discursos. Assim, é possível afirmar que “certos discursos falam de essências que são basicamente traços fisionômicos e qualidades morais e intelectuais, só nesse campo a ideia de raça faz sentido” (GUIMARÃES, 2008, p.65). Com base no descrito anteriormente, presumimos que a ideia da superioridade racial, logo a diminuição dos que não se encaixavam no padrão disseminado pelo grupo branco, foi criada discursivamente, baseando-se em critérios de semelhança e supostas qualidades morais do grupo branco, se intitulavam superiores, incitando esse ideal nos demais, com objetivo de manter os demais submissos aos ideais do grupo.

Apresentamos aqui algumas concepções distintas do conceito de raça e de racismo, seja as que localizam o ponto de origem da diferenciação racial nos eventos da modernidade, ou as que aprofundam esse estudo e por meio da discussão de vários estudos, nos apresenta a divisão racial já na origem do ser humano na Terra.

Constatamos que o racismo consolida as estruturas de poder nas sociedades e esse poder está relacionado com a identidade branca, na maioria do tempo. Verificamos que em

¹² Disponível em <https://www.metropoles.com/brasil/professores-negros-sao-158-dos-docentes-de-universidades-federais>. Acesso em 06 de abr. 2021.

diversas esferas da nossa sociedade, embora haja a representatividade (e diríamos, na maioria do tempo, por imposição de leis) de negros, pardos e esteja havendo uma movimentação para a inclusão desses grupos, a exemplo das ações afirmativas, há ainda a massiva presença dos brancos atuando nas esferas de poder, dentro das diversas instituições que regulam nossa sociedade: nas reitorias das instituições de ensino, presidentes da República, diretores de grandes corporações, atores de novelas, inclusive havendo poucos deles negros que representem papéis de poder e nas publicidades.

Identificamos também essa estrutura racista nas sutilezas de uma notícia jornalística. Um caso que ocorre de forma recorrente, mas que boa parte da população ainda ignora é a forma de tratar o sujeito alvo da notícia. Vemos diariamente nas manchetes a marcação dos sujeitos envolvidos de forma a valorizar determinado segmento e manter o outro desvalorizado, como, por exemplo, quando o jornalista marca os sujeitos como sendo *estudante de direito*, *estudante de medicina*, *empresários* quando são brancos envolvidos em algo ilícito e quando é um sujeito negro ele se torna um suspeito anônimo, traficante ou bandido. Após essas considerações acerca do racismo, seguimos com a discussão acerca da branquitude.

4 Branquitude

Este capítulo tem como objetivo apresentar um histórico sobre os estudos da branquitude, termo que pode variar entre os pesquisadores, a depender da tradução, entre branquitude e branquidade, além de apresentar e discutir as conceituações sobre esse termo. Por fim, com base na Análise do Discurso e nos conceitos da branquitude, tentamos traçar um perfil discursivo para esse conceito advindo da Sociologia e da Psicologia Social.

4.1 Os estudos pioneiros

Nessa parte, fazemos uma breve contextualização histórica dos estudos da branquitude e aqui serão apresentados os primeiros estudos, internacionais e nacionais, apresentados já em Cardoso (2008).

Os primeiros estudos da branquitude possuíram como característica fundamental o fato de lançar o olhar também sobre opressor e não somente sobre o oprimido, na tentativa de entender como a lógica do opressor funciona dentro das relações raciais e das sociedades estruturalmente desiguais. Cardoso (2008) apresenta como pioneiros dos estudos internacionais da branquitude os autores W.E.B. Du Bois, Frantz Fanon e Albert Memmi.

W.E.B. Du Bois foi o primeiro estudioso da branquitude nos Estados Unidos, sociólogo, historiador, filósofo e ativista político e o primeiro negro americano a se graduar em Harvard e se doutorar em Berlim. A obra desse estudioso que iniciou os estudos da branquitude nos EUA foi o ensaio “*The Souls of white folk*” (As Almas do Povo Branco), publicado por Du Bois em seu livro *Darkwater*, em 1920. Para Cardoso (2008), esse texto pode ser considerado o embrião dos estudos, uma vez que se trata de um dos primeiros textos no qual um teórico negro, inserido em uma sociedade na qual o racismo era institucionalizado, realiza seus estudos focando o sujeito branco.

Já no livro *Black Reconstruction in United States*, publicado em 1935, Du Bois trouxe uma análise da classe trabalhadora branca norte-americana do século XIX, comparando-os com a classe trabalhadora negra e concluiu que a aceitação do racismo pela classe trabalhadora branca era uma forma de apropriação dos privilégios materiais e simbólicos que os outros brancos, das classes superiores, possuíam. Assim, ao concordar com a divisão racial, os brancos que pertenciam à classe trabalhadora adquiriam o mesmo *status* da branquitude e tinham, portanto, acesso a lugares públicos, direito ao voto e vários outros privilégios (CARDOSO, 2008).

O segundo autor que Cardoso (2008) expõe é Frantz Fanon. Nascido na Martinica e formado na França, foi filósofo e psiquiatra. Publicou em 1952 o livro *Pele Negra, Máscaras Brancas* onde abordou questões relacionadas à raça e à relação colonizador *versus* colonizado e como essa relação permitiu entender a constituição de subjetividades de sujeitos brancos e negros, como sujeitos relacionais. Fanon concluiu naquela obra que colonizados e colonizadores eram subjetivamente dominados pela opressão colonial e pelo racismo que a própria estrutura da colonização construía. Essa dominação ocorria tanto para o negro, quanto para o branco, no entanto de forma assimétrica.

Enquanto os brancos viam sua identidade racial como forma de poder e superioridade em relação aos não brancos, os negros ligavam-se à ideologia de branqueamento, ou seja, havia uma não aceitação de sua cor, havendo assim a construção das máscaras brancas, que consistia em uma tentativa de fuga dos estereótipos negativos relacionados à identidade da negritude e a rejeição de todos seus aspectos (CARDOSO, 2008).

Cardoso (2008) apresenta também Albert Memmi escritor e pensador tunisiano, que publicou em 1957, a obra *Retrato do Colonizado Precedido de Retrato do Colonizador*, no qual também apresenta o olhar sobre o colonizado e também sobre o colonizador, oprimido e opressor, se aproximando dos estudos da branquitude que tentavam colocar em xeque a lógica opressora.

Cardoso (2008) afirma que esse pesquisador, embora tenha teorizado a respeito da relação opressor/oprimido na África, não discutiu necessariamente a relação branco *versus* negro. Na realidade, a importância desse estudo como precursor dos estudos da branquitude se encontra no fato de um autor apontar a necessidade de se problematizar também o opressor.

Cardoso (2014) apresenta também o ativista Steve Biko como um dos precursores dos estudos da branquitude. Biko tratou de analisar o branco sul-africano dos anos de 1960 e 1970, época de lutas contra o racismo estrutural na sociedade da África do Sul e acabou por falecer defendendo esta causa. Cardoso (2014) apresenta o seguinte diálogo presente na obra de Biko:

[...] Juiz Boshoff: Mas então por que vocês se referem a si mesmos como “negros”? Por que não pessoas “marrons”? Quero dizer que vocês são mais marrons do que negros.

Biko: Do mesmo modo como eu acho que as pessoas brancas são mais cor-de-rosa, e amarelas ou pálidas do que brancas. [...] (BIKO, 1990,[1978], p. 129 *apud* CARDOSO, 2014, p.123).

Assim, é possível observar neste excerto a dificuldade para definir e definir-se negro, deixando evidente o embate entre raça e cor. Aquela fala deixa também visível o fato de que

nem mesmo o branco possui uma identidade única em relação a sua cor, variando entre o local que se encontra e as circunstâncias que o levam a se considerar branco ou se considerar um não branco.

Cardoso (2008) afirma que os trabalhos a respeito da branquitude se consolidaram nos Estados Unidos, durante os anos 90. Esse movimento de desfocar o olhar sobre o outro e trazer para o centro das discussões o branco teve início dentro das Universidades, nos cursos de Ciências Sociais e Humanas e ficou conhecido como *Critical Whiteness Studies* (Estudos Críticos sobre a Branquitude).

Já no Brasil, segundo Cardoso (2008), o autor pioneiro nos estudos da branquitude é Alberto Guerreiro Ramos, que publicou em 1957, o artigo intitulado “A patologia social do ‘branco’ brasileiro”. Nesse texto, o autor utiliza o termo brancura, hoje sinônimo de branquitude, e apresenta a tese de que a população brasileira daquela época aceitou como padrão da beleza o branco, enquanto cor de pele, associando assim valor positivo à branquitude, em oposição, valor negativo à negritude, tanto relacionado à estética, quanto a sua cultura. Assim para Guerreiro Ramos (1957), com este enaltecimento da identidade branca, a classificação racial tenderia a se branquear, em outras palavras, o pardo se classificaria como branco, o negro como pardo/moreno e o branco, como branco puro, negando qualquer ancestralidade negra.

Cardoso (2014) afirma que no Brasil, o primeiro autor a trazer o termo branquitude, no sentido de identidade branca, é Gilberto Freyre em 1962, ao utilizar este termo em analogia à negritude. Esse autor utilizou esta terminologia ao criticar o uso dos termos branquitude e negritude de forma separada, como se fossem duas raças muito distintas, indo ao encontro do mito da democracia racial advinda da mestiçagem.

Cardoso (2008) aduz que os estudos da branquitude se concretizaram no Brasil a partir dos anos 2000, nas áreas da Sociologia, Psicologia Social e Comunicação Social, a partir dos trabalhos de Edith Piza, César Rossato e Verônica Geser, Maria Aparecida Bento e Liv Sovik como representativos e fundadores desse campo de estudos.

A partir da exposição das condições históricas de produção do termo branquitude, notamos a diferença do início do estudo acerca desse tema no exterior e no Brasil. Esse fato nos faz retomar o Mito da Democracia Racial e sua influência nos estudos das relações raciais no Brasil. A suposta convivência pacífica entre brancos e negros e a negação do racismo colabora para que o branco permanecesse por muito tempo fora dos estudos raciais.

4.2 Conceituando a branquitude

Para Silva (2017), os estudos da branquitude promoveram importantes viradas nos estudos das relações raciais: inseriu o Brasil nos debates a respeito da branquitude pelo viés teoria-pesquisa social; problematizou o viés interpretativo dos estudos das relações sociais ao deslocar o olhar sobre o sujeito negro e focar no branco; revisou os conceitos de mestiçagem e democracia racial; questionou a identidade racial branca como elemento para se analisar e fugiu do viés estritamente antropológico e sociológico de análise das relações raciais.

Ainda que essas viradas nos estudos das relações raciais no Brasil tenham sido de suma importância, Silva (2017) chama atenção para o cuidado a ser tomado ao se estudar a branquitude nacional. Ela não deve ser vista apenas dentro da dualidade branco/negro. É preciso levar em conta “os efeitos produzidos pelo processo de miscigenação e pela ideologia do branqueamento” (SILVA, 2017, n.p).

Para Bento (2014, n.p.),

no Brasil, o branqueamento é frequentemente considerado como um problema do negro, que descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais.

Para Bento (2014), o processo de branqueamento foi criado e mantido pela elite branca brasileira, a partir do fim do século XIX e meados do século XX, sendo apontado por ela como sendo problema do negro brasileiro, tendo como objetivo a extinção desse segmento, a partir de práticas eugênicas, para formação de uma identidade nacional. Assim, para essa autora, o branco se transforma em modelo de beleza e humanidade, sendo alvo do desejo de grupos raciais não-brancos e tidos como não tão humanos quanto o branco.

Esse processo se deu a partir do momento que essa elite branca se autoproclamou como sendo referência de todo um grupo, fortalecendo a autoestima do grupo branco, excluindo os demais, contribuindo para a legitimação econômica, política e social desse grupo. Ao mesmo tempo houve a construção de uma identidade negativa para o negro, alienando sua identidade racial e danificando sua autoestima, culpabilizando esse grupo pela discriminação sofrida justificando assim as desigualdades raciais e o racismo (BENTO, 2014).

Outra questão que se apresenta complementa a discussão anterior e refere-se à caracterização fenotípica da branquitude nacional, discussão feita por Cardoso (2014). A problemática se inicia no próprio colonizador e o fato deles já serem miscigenados em sua origem, uma vez que os portugueses são frutos da mistura “biológica e cultural com mouros,

judeus, ciganos e africanos” (CARDOSO, 2014, p. 25). Assim os portugueses eram considerados os não-brancos da Europa e justamente o grupo que colonizou o Brasil.

O branco brasileiro se origina então da “mistura”¹³ entre os portugueses, tidos como belos, inteligentes, civilizadores e desenvolvidos, quando em contato com outros que eram ainda menos brancos do que eles, com o indígena e depois com os africanos (CARDOSO, 2014).

Esses fatos apresentados anteriormente mostram, segundo Cardoso (2014), que o branco brasileiro só é considerado branco se comparado com seus pares da mesma nacionalidade. Ao comparar um branco local com um branco europeu ou estadunidense, aquele se torna um menos branco, fruto de todo esse processo de miscigenação, mas ainda assim branco, desfrutando dos privilégios da raça.

Já vimos anteriormente que precisamos levar em conta o processo de mestiçagem ao se estudar a branquitude nacional. Para Cardoso (2014), enquanto o negro e o mestiço tentam se embranquecer, rejeitando a identidade negra, o branco brasileiro tem procurado reconhecer a contribuição racial e cultural negra em sua formação, no entanto, com o intuito de valorizar a sua branquitude. Esse autor se utiliza do exemplo da mulher que se denomina branca, porém afirma que possui o quadril de uma negra. Nota-se, segundo o Cardoso (2014), que os genes negros são reivindicados pelo sujeito branco para tornar seu padrão estético superior em relação às demais brancas.

Ainda, segundo Cardoso (2014), o sujeito branco que compartilha com negros espaços de cultura, origem ou tradição negras, tende a aproximação com a coletividade negrocêntrica nesses espaços. No entanto, mesmo considerando-se negro, um branco não deixará de receber as vantagens inerentes a sua raça ou sofrerá o racismo destinado ao outro grupo. Cardoso (2014) aduz que, mesmo dentro de espaços de maioria negra, o branco que se define enquanto tal, não deixará de ser visto como branco, nem pelo negro, nem por seus pares brancos e nem por outros não brancos que ocupam esse espaço, por conta de sua inerente característica fenotípica.

De acordo com Bento (2014), o que chama a atenção em debates, nas pesquisas e na implementação de programas de combate às desigualdades é a distorção, a omissão e o *silenciamento* em relação ao lugar que o branco ocupa dentro das relações raciais no Brasil. Para a autora, não refletir sobre o papel do branco nas relações raciais é reiterar a

¹³ Preferimos apresentar essa expressão entre aspas, uma vez que o processo não se deu de forma natural e pacífica. Na realidade, os portugueses que vieram para o Brasil eram, segundo Cardoso (2014), degredados da pior estirpe, expulsos de seu país por crimes sexuais, chegando à terra de destino carregados com essas energias para povoar a nova colônia.

culpabilidade do negro pelas desigualdades decorrentes da raça, uma vez que somente ele é estudado e problematizado.

Para essa pesquisadora o que ocorre é “uma espécie de pacto, um acordo tácito entre os brancos de não se reconhecer como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil” (BENTO, 2014, p.26). Há, por parte da maioria dos brancos, o reconhecimento de que a desigualdade racial existe, no entanto não se reconhece como parte do problema.

Ainda se baseando em Bento (2014) esse silêncio, omissão ou distorção do lugar do branco “tem um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento da colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana” (BENTO, 2014, p. 30). A autora traz como exemplo o fato da mídia quase sempre trazer como modelo de família (ou de um jovem ou de uma criança) sujeitos brancos, considerando assim esse grupo como sendo o padrão universal de comportamento.

Assim, por um lado, o branco ao se tornar oculto, não tomando responsabilidade pela conjuntura racista que se formou e ainda se forma dentro da sociedade e destacar o negro, problematizando-o de forma constante nos estudos das relações raciais, acaba por torná-lo o único responsável pela situação, e que é esse grupo apenas que deve se engajar na luta antirracista e por acesso aos bens materiais e simbólicos que a branquitude possui. Por outro lado, ao silenciar o negro e ao excluí-lo de determinadas esferas, como ocorre, por exemplo, na ocupação de cargos de poder em diversos setores da sociedade, nas publicidades, no acesso a determinados bens simbólicos, como por exemplo, espaços de cultura e educação de qualidade, notamos a tentativa da manutenção do poder autoproclamado da branquitude e de seus privilégios.

Para Piza (2014), esse silêncio em relação ao branco, faz intensificar a racialidade do negro, demarca-se a condição racial do outro e essa neutralidade do branco faz com que a raça negra seja um dado dispensável.

Torna-se, na verdade, uma porta de vidro. Gera a transparência de um universo que é observado como único, geral, imutável. São os “outros” que devem mudar. São os “outros” que devem se aproximar. São os “outros” que são vistos, avaliados, nomeados, classificados, esquecidos [...] (PIZA, 2014, p. 85)

Essa autora argumenta que a invisibilidade não é somente da cor. Trata-se mais da grande visibilidade da cor aliada a outros traços fenotípicos, juntos a estereótipos sociais e morais para um grupo e da neutralidade racial para outros. Essa condição do negro já é bem conhecida e estudada, no entanto a condição neutra dos que possuem traços fenotípicos

brancos, é tido como natural, como modelo de aparência e de condição social e moral, além de circularem por diversas esferas da sociedade com uma certa liberdade.

Verificamos, a partir dessas constatações de Piza (2014), que essa suposta neutralidade, dizemos suposta, pois o branco faz a sua racialidade aparecer quando há uma teórica perda de privilégios, demarca o lugar de poder, material e simbólico, que o branco ocupa na sociedade. Observamos que essa “invisibilidade” permite que o branco alcance e permaneça nos lugares mais altos da sociedade sem ser questionado como chegou até ali, ao passo que o negro será sempre questionado por querer alcançar determinado posto na sociedade, exatamente por conta dos estereótipos que circulam na sociedade.

Devemos ser cuidadosos com as expressões invisibilidade e neutralidade do branco. Em nossa concepção o branco não é invisível ou neutro. Quando são perguntados, por exemplo, no Censo, qual é a cor, o branco se reconhece como tal. Na realidade, o branco permanece silencioso e utiliza sua cor como um escudo de proteção para não ter participação nas relações raciais, deixando o negro como único responsável pelas movimentações antirracistas. O branco apenas quebra esse silêncio em relação a sua racialidade quando há uma suposta perda de privilégios, tal como ocorreu no início da implantação das cotas raciais para ingresso no ensino superior.

Na época da implantação das cotas, vimos argumentos contrários a elas espalhados pelas mídias, de estudiosos, sobretudo, brancos, se posicionando contra elas. O argumento básico é que seriam criados os tribunais raciais, a discriminação e o racismo aumentariam, e entre o senso comum, que haveria “perdas excessivas” de vagas. No entanto, na divisão das cotas o quinhão destinado aos pretos, pardos e indígenas já são provenientes de duas divisões anteriores, entre escolas particulares e públicas, e depois em relação à renda, derrubando por terra o argumento que haveria diminuição drástica de vagas. O que ocorreria na realidade, segundo a visão da branquitude, seria uma redução de seu poderio de manutenção de seus privilégios dentro da instituição de ensino, a partir da inclusão, no espaço deles, de grupos que questionam e lutam para derrubar esse poder.

Ruth Frankenberg (2005)¹⁴ apresenta o conceito chamado de “geografia social de raça” que complementa, em partes, a visão de Piza (2014) e refere-se aos espaços ocupados pelas pessoas em função de sua raça e não em função somente de sua classe social. Podem ser locais de moradia, vizinhança, estudo, passeio, trabalho, lazer, viagens de férias, espaços

¹⁴ Originalmente esta obra foi publicada em 1993 e republicada em 2005, edição que estamos utilizando nesta dissertação.

culturais. Essa noção refere-se ao mapeamento racial e étnico levando em conta as características físicas e sociais das áreas.

Em um local como Inhotim, museu a céu aberto, localizado na cidade de Brumadinho, Minas Gerais, podemos observar a ocupação em relação à raça. Dentro do museu observamos pouca quantidade de pessoas negras. Já ao redor do museu, nas comunidades circunvizinhas, observamos maior presença dos negros e de pessoas de baixa renda, e mesmo havendo dias de acesso gratuito, essas pessoas não entram no espaço “reservado” aos brancos.

De acordo com Cardoso (2017, n.p.), “o branco possui, praticamente, todo o poder, além do fato de que ser branco também é poder”. Para ele, o branco não renuncia ao seu privilégio nem do que é considerado seu espaço, o de maior poder, prestígio, valor simbólico e econômico. Esse pesquisador utiliza o exemplo da função de médico. Essa profissão exerce tanto fascínio, não tanto pelo que se ganha, mas pelos conhecimentos acumulados para exercer essa profissão. Se uma pessoa negra exerce essa função, ainda causa estranhamento na sociedade devido à mentalidade branca que ainda predomina.

Silva (2017) afirma que a branquitude é um construto ideológico, em que os brancos qualificam os diferentes de si a partir de seu próprio ponto de vista. Ser branco implica obter vantagens materiais e simbólicas e essas são frutos da desigual distribuição de poder político, econômico e social e de bens materiais e simbólicos. Ela se apresenta como norma, com certa neutralidade, podendo seu portador reclamar sua branquitude quando o que está em jogo é a perda de privilégio.

Laborne (2017) concorda com Silva (2017) em relação à “neutralidade” da raça branca. Para ela branquitude

é entendida aqui como um modo de comportamento social, a partir de uma situação estruturada de poder, baseada numa racialidade tida como neutra, não nomeada, mas sustentada pelos privilégios sociais continuamente experimentados. Observo que a branquitude enquanto esse lugar de poder articula-se nas instituições (universidades, empresas, organismos governamentais etc.) que são por excelência, conservadoras, reprodutoras e resistentes, e cria um contexto propício à manutenção do quadro das desigualdades (LABORNE, 2017, n.p.).

Para Laborne (2017), a branquitude em sua suposta invisibilidade, ao ignorar os privilégios e moldar a sua vida em torno de sua raça, age como uma barreira dupla: por um lado, ela age como um obstáculo para que o negro de fato alcance uma igualdade de oportunidades dentro da sociedade e por outro colabora para que não haja a construção de uma identidade branca que se oponha às práticas racistas.

Por fim, Bento (2002) também volta o seu olhar às organizações em sua conceituação da branquitude. Para ela é

(...) um lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade, não nomeada como tal, carregada de valores, de experiências, de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade. Branquitude como preservação de hierarquias raciais, como pactos entre iguais, encontra um território particularmente fecundo nas Organizações, as quais são essencialmente reprodutoras e conservadoras (BENTO, 2002, p. 7).

A partir dos conceitos apresentados, verificamos que a branquitude se constrói a partir do momento em que são criados e perpetuados na sociedade, lugares de privilégios, prestígio e poder, baseando-se na divisão racial. Em outras palavras, aqueles que são brancos ou que mais se aproximam da raça branca são os que possuem lugares de maior prestígio na sociedade, fatos articulados e reproduzidos pelas instituições desde a época colonial brasileira, conforme consta em Freyre (2006)¹⁵. Segundo esse autor, os filhos brancos e mestiços mais claros, que eram considerados homens das melhores famílias (mais ricas) e de alta capacidade intelectual, herdavam essas vantagens, que os permitiam obter fácil ascensão social em carreiras mais nobres e casamentos com as melhores famílias.

Hoje em dia, constatamos que as vantagens adquiridas pela branquitude desde aquela época são ainda presentes na sociedade brasileira, refletindo a respeito de quantos são os negros que ocupam lugares de poder no Brasil, sem serem todo o tempo vítimas de questionamentos e práticas racistas. Nas instituições de ensino, apesar das cotas, há ainda a predominância branca em cursos tradicionais como a Medicina e Engenharias e em cargos de poder dentro dessas instituições.

Levando em consideração que o objetivo dessa dissertação é a Análise do Discurso da branquitude, cabe aqui diferenciarmos a branquitude enquanto grupo psicossocial, explorado pelos pesquisadores consultados para desenvolver essa pesquisa, e o discurso da branquitude.

Do ponto de vista psicossocial, entendemos que a branquitude localiza-se dentro da configuração de dominação racial, em que o grupo dominante (branco) utiliza o ponto de vista de sua raça, permeado por seus privilégios e poderes simbólicos, para qualificar todos os outros diferentes de si. Cardoso (2010), inspirado pelos Estudos Críticos da Branquitude desenvolvidos por Ware, divide a branquitude entre branquitude crítica e acrítica. A primeira refere-se a um grupo que critica e se opõe ao racismo de forma pública, não indicando, entretanto, que se porte da mesma forma nas esferas da vida privada. Esse grupo, apesar de ser contra o racismo, ainda não se preocupa em refletir a respeito de sua identidade racial. E a

¹⁵ A primeira edição dessa obra é de 1933.

segunda categoria refere-se aos grupos que não desaprovam o racismo, inclusive não se consideram como indivíduos racistas, além de não se questionarem a sua identidade branca. Eles se colocam em um nível superior exatamente por conta de sua cor e suscitam atos de injúria racial contra os diferentes, como é o caso de grupos neonazistas.

Levando em consideração as características psicossociais da branquitude, torna-se possível construirmos um conceito sobre o discurso dela. Ele caracteriza-se por um enunciado, seja oral ou escrito, que carrega em si os valores da branquitude e que validam os argumentos de superioridade defendidos por ela. A branquitude, enquanto grupo social, é representada por sujeitos brancos (assim como a negritude é representada por sujeitos negros). No entanto, discursivamente falando, um sujeito negro pode carregar discursos característicos da branquitude, que exaltam os privilégios e práticas desse grupo social, negando inclusive que o racismo exista e reduzindo a importância as ações de grupos ativistas, que lutam por equidade racial. Observamos esse fato com maior intensidade, especialmente após a tomada do poder pela direita e extrema direita, pregando a manutenção de valores tradicionais da sociedade, inclusive o racismo, preconceitos e desigualdades. Logo um negro que defenda esses discursos pregados pelos grupos de direita e extrema direita, defenderá discursos que se alinhem aos valores da branquitude.

Até o momento construímos a parte teórica desse trabalho, iniciando pela Análise do Discurso, para logo depois trazer noções acerca do racismo e da branquitude. Passamos agora às análises.

5 Análises

Nesse capítulo, apresentaremos o percurso metodológico para o desenvolvimento dessa dissertação, além das análises das três notícias selecionadas.

5.1 Metodologia de Pesquisa

Nossa pesquisa é de cunho qualitativo, uma vez que se utiliza da Análise do Discurso para constituir e analisar o *corpus*. Essa teoria leva em conta a língua, oral ou escrita, produzindo sentido dentro da sociedade e dentro da história, a partir da interação com outras áreas para uma completa e efetiva reflexão acerca dos diversos discursos. Nessa dissertação interagimos com a Psicologia Social, a Sociologia e a Antropologia.

Tendo em conta os objetivos desse trabalho, de analisarmos a constituição das relações raciais dentro do discurso jornalístico, tendo a branquitude como conceito base para as análises, focando em trabalhar o seu discurso, precisamos delimitar uma teoria que dá conta de averiguar os sentidos presentes no *corpus* recolhido. Assim, optamos por utilizar o próprio discurso como objeto de pesquisa.

Elegemos duas categorias de análise para o cumprimento dos objetivos. Procuramos por meio do subentendido e do silenciamento entender como as relações raciais são construídas dentro do discurso jornalístico.

Em relação à constituição do *corpus*, optamos por utilizar o jornal Folha de S. Paulo como campo discursivo. Para delimitar o espaço discursivo dentro desse campo, ou seja, para selecionar as notícias a serem utilizadas, definimos primeiramente como critério de busca o assunto das notícias. Como nosso foco é analisar as relações raciais com foco na branquitude, procuramos para compor o *corpus* apenas notícias que relatam algum evento envolvendo racismo.

Selecionamos também o intervalo para recolher o *corpus*, que foi o período compreendido entre janeiro e julho de 2020. O ano foi escolhido em função das condições sócio-históricas de descortinamento intenso das desigualdades raciais e do racismo em diversas partes do globo. Para efeitos dessa pesquisa, escolhemos utilizar apenas notícias do âmbito nacional, dada as características de nossa branquitude, conforme já exposto no capítulo 3.

Do *corpus* recolhido, selecionamos três notícias, uma contendo um fato ocorrido que ganhou grande visibilidade na mídia jornalística, o caso do menino Miguel e outras duas com

fatos que não ganharam grande repercussão, mas que engloba tanto o racismo quanto a branquitude, uma envolvendo um possível caso de racismo em uma loja de departamento e a outra um sujeito ruivo que se declarou pardo para entrar por cotas em uma Instituição de Ensino Superior. Dessa maneira acreditamos que com essas três notícias, englobamos o que nos propomos nos objetivos.

Apresentamos os percursos que utilizamos para a construção das análises, passemos agora a elas.

5.2 Primeira análise: Menino de 5 anos que estava aos cuidados da patroa da mãe morre após cair de prédio

Menino de 5 anos que estava aos cuidados da patroa da mãe morre após cair de prédio¹⁶

Mulher, que tomava conta da criança enquanto mãe realizava tarefa externa, é indiciada por homicídio culposo

4.jun.2020 às 15h41 Atualizado: 4.jun.2020 às 16h40

João Valadares – RECIFE

O menino Miguel Otávio Santana da Silva, 5, morreu após cair do 9º andar de um prédio residencial no bairro de São José, centro do Recife, enquanto estava sob responsabilidade da mulher para quem sua mãe trabalhava como empregada doméstica.

A Polícia Civil de Pernambuco indiciou por homicídio culposo a moradora do apartamento, Sari Côrte Real, que cuidava da criança no momento da queda, ocorrida na terça-feira (2). Após pagar fiança no valor de R\$ 20 mil, Côrte Real foi liberada.

A mãe de Miguel, Mirtes Renata Souza, trabalhava na casa da suspeita e levou o filho ao local de trabalho por não ter com quem deixá-lo -- escolas e creches estão fechadas devido à pandemia do novo coronavírus.

De acordo com as investigações da polícia, Mirtes havia descido para levar a cadela da família para passear e deixado o filho sob os cuidados da patroa. Depois disso, a criança saiu do apartamento e tomou o elevador desacompanhada.

Os policiais analisaram imagens do circuito interno do condomínio e verificaram que a proprietária do apartamento permitiu que a criança de cinco anos entrasse sozinha no elevador, o que pode caracterizar negligência.

O delegado Ramon Teixeira, que preside o inquérito, afirmou que o menino primeiro tentou sair do apartamento, e a mulher o repreendeu. Em nova tentativa, relatou o delegado, a criança retornou ao elevador e nada foi feito para impedir.

Os investigadores afirmam que as imagens de circuito interno mostram a mulher observando o menino entrar no elevador no 5º andar e registram o momento em que ela apertou o botão para a cobertura.

¹⁶ Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/menino-de-5-anos-que-estava-aos-cuidados-da-patroa-da-mae-morre-apos-cair-de-predio.shtml>> Acesso em 10 ago. 2020

Ainda segundo o vídeo, na presença de Côrte Real, Miguel acionou os botões do 7º e do 9º andar. A porta do elevador então se fecha e ele sobe desacompanhado, primeiro até o 7º andar, sem desembarcar, e depois até o 9º andar.

Após deixar o elevador, Miguel subiu em uma caixa em que havia condensadores de aparelhos de ar-condicionado. Em seguida, de maneira acidental, segundo as investigações, ocorreu a queda, porque o local não estava devidamente protegido.

O garoto caiu de uma altura de 35 metros. Para chegar até a caixa que dava para o lado de fora do edifício, ele escalou 1,20 m.

Os investigadores afirmam que, nesse momento, o menino gritava pela mãe, que passeava com a cadela na avenida em frente ao edifício Píer Duarte Coelho, mais conhecido no Recife como Torres Gêmeas.

“A responsabilidade legal naquela circunstância era da moradora. A criança permaneceu e estava sob a sua responsabilidade. Ela tinha o poder e o dever de cuidar da criança e impedir, em última análise, o trágico resultado que adveio de uma tragédia”, disse o delegado.

Mais tarde, em entrevista à Rede Globo, a mãe do garoto disse que confiou o filho à patroa e que esta não teria tido a paciência para retirá-lo do elevador.

Mirtes contou que desceu para passear com o cão por um intervalo curto.

“Se fosse ao contrário, eu não teria direito à fiança. É uma vida que se foi por falta de paciência. Não se deixa uma criança sozinha dentro de um elevador”, disse.

Quando voltava do passeio, Mirtes foi alertada pelo porteiro que alguém havia caído do prédio. Ao chegar ao local, viu o filho gravemente ferido no chão.

Miguel foi encaminhado a um hospital público do Recife, mas não resistiu aos ferimentos. O sepultamento do corpo da criança ocorreu na tarde desta quinta-feira (4).

Apesar da recomendação de isolamento social imposta pela pandemia — Recife soma mais de 15.900 casos registrados da doença e 1.120 mortes, sendo que Pernambuco tem um dos quadros mais graves do país —, Mirtes continuava trabalhando na casa de SariCôrte Real, primeira-dama do município de Tamandaré, no litoral sul de Pernambuco.

O marido de Côrte Real, o prefeito Sérgio Hacker (PSB), anunciou em abril que estava infectado pelo novo coronavírus.

Durante entrevista coletiva realizada na quarta-feira (3), a Polícia Civil não havia divulgado o nome da moradora, alegando que devido à lei de abuso de autoridade, as identidades de suspeitos de crime são omitidas.

Até a tarde desta quinta, Sari e Sérgio Hacker não tinham se pronunciado sobre o assunto. (FOLHA DE S. PAULO ONLINE, 2020).

A notícia trata da morte do menino Miguel Otávio Santana, de apenas cinco anos, após cair do nono andar de um prédio residencial. O menino se encontrava sob a responsabilidade de Sari Côrte Real, primeira-dama, para quem a mãe do menino, Mirtes Renata de Souza, trabalhava. O cenário que se passa a notícia é um conjunto residencial de luxo na cidade de Tamandaré, Recife, onde moram o prefeito da cidade, a primeira-dama e seus filhos e onde a senhora Mirtes trabalhava como empregada doméstica, mesmo durante a pandemia de Covid-

19. No momento do acidente, a mãe do menino se encontrava passeando com o cão da família e havia deixado a criança aos cuidados da dona da casa.

O enunciador caracteriza a responsável pelo homicídio como *patroa*, já no título da notícia, e a mãe, *como empregada doméstica*, no lide, ou seja, no primeiro parágrafo da notícia:

“Menino de 5 anos que estava aos cuidados da *patroa* da *mãe* morre após cair de prédio” (FOLHA DE S. PAULO, 2020, grifos nossos)

“O menino Miguel Otávio Santana da Silva, 5, morreu após cair do 9º andar de um prédio residencial no bairro de São José, centro do Recife, enquanto estava sob responsabilidade da mulher para quem sua mãe trabalhava como *empregada doméstica*”. (FOLHA DE S. PAULO, 2020, grifos nossos)

Destacamos as formas de tratamento que o enunciador utilizou para identificar os sujeitos envolvidos no que tange à ocupação, utilizando expressões já cristalizadas no vocabulário nacional e verificamos que o *Grande Dicionário Houaiss*¹⁷ nos fornece as seguintes definições para patroa, patrão, empregada e sinônimos de empregado que consideramos importante apresentar para essa análise.

Patroa: substantivo feminino. 1 a mulher do patrão, do proprietário de um negócio, de um serviço; 2 a dona de casa; 3 mulher que dirige certos estabelecimentos ou serviços; 4 infrm. mulher casada, em relação ao marido; esposa. Etimologia: latim, *patrōna*,ae no sentido de 'protetora, *antiga senhora de um liberto*, defensora', fem. de *patrōnus*,i no sentido de 'patrono, protetor de plebeus, defensor'; Patrão: substantivo masculino. (...) 1.4 *o dono da casa, tomado em relação aos criados; senhor, amo* (...). (HOUAISS, 2021)

Empregada: substantivo feminino. 1 mulher que ocupa qualquer emprego 1.1 *B* mulher que se emprega para serviços domésticos; *criada*. Sinônimos: bóí, colomi, colomim, contínuo, *criado*, curumi, curumim, enóforo, familiar, fâmulos, funcionário, *lacaio*, leco, moço, pajem, rapaz, sargente, servente, serviçal, servidor, *servo*, trintanário, volante (HOUAISS, 2021)

Vimos de acordo com as definições que a expressão patroa (e seu masculino, patrão) nos remete à sua origem à *senhora de um liberto*, *senhor, amo* e empregada à *criada, serva*. Essas expressões podem ativar nossa memória discursiva, nos remetendo às relações colonialistas, onde havia de um lado, a patroa, dona da casa grande, senhora branca, e do outro, criadas, libertas da época escravagista, negras ou mestiças, e a primeira dependia das segundas para praticamente tudo dentro da casa senhorial. Notamos que essas expressões presentes na nossa história são recuperadas no discurso jornalístico por meio das expressões

¹⁷ Versão Online.

patroa e empregada. Elas cristalizam reminiscências de uma superioridade racial a partir do ponto em que coloca o outro em inferioridade, levando-nos a identificar, já no título da notícia, o discurso da branquitude.

Recuperando as reminiscências raciais presentes nas expressões patroa e empregada identificadas no parágrafo anterior, obtemos como um efeito de sentido a caracterização do ocorrido a partir da ótica do racismo. Conforme já exposto no capítulo 2, o racismo estrutural normaliza o racismo presente nas estruturas da sociedade por meio das práticas sociais. Partindo das relações coloniais cristalizadas na memória da sociedade de uma sinhá branca com sua criada negra, o racismo estrutural normaliza o fato da patroa, dentro da memória discursiva da sociedade ser imaginada como branca, além de ser dependente, mesmo dentro de uma pandemia, de sua empregada, resgatada pelas relações interdiscursivas como negra. Essa memória discursiva é confirmada pelas fotografias dos sujeitos envolvidos.

Imagem 1 - Sarí Côrte Real



Fonte: Folha de s. Paulo (2020)

Imagem 2 - Mirtes Renata de Souza



Fonte: Folha de S. Paulo (2020)

5.2.1 Subentendido

Durante toda a notícia percebemos a repetição de expressões para designar os sujeitos envolvidos como podemos observar na tabela a seguir.

Tabela 1 - Formas de tratamento dos sujeitos durante a notícia (Continua).

Designação da sra. Sarí Côrte Real	Quantas vezes aparece?	Designação da Sra. Mirtes Renata Souza	Quantas vezes aparece?
Patroa	Três	Mãe	Quatro
Mulher	Três	Mirtes	Quatro

Tabela 1 - Formas de tratamento dos sujeitos durante a notícia (Conclusão).

Sarí Côrte Real	Três	Empregada doméstica	Uma
Moradora	Três	Mãe de Miguel	Uma
Côrte Real	Duas	Mirtes Renata Souza	Uma
Suspeita	Uma	Mãe do garoto	Uma
Proprietária do apartamento	Uma		
Primeira-dama	Uma		
Sarí, se referindo a ela e ao marido ao mesmo tempo para não repetir o sobrenome (Sarí e Sérgio Hacker)	Uma		

Fonte: Da autora (2021)

(...) A Polícia Civil de Pernambuco indiciou por homicídio culposo a moradora do apartamento, *Sari Côrte Real*, que cuidava da criança no momento da queda, ocorrida na terça-feira (2). Após pagar fiança no valor de R\$ 20 mil, *Côrte Real* foi liberada (...) (FOLHA DE S. PAULO, 2020, grifos nossos).

(...) A mãe de Miguel, *Mirtes Renata Souza*, trabalhava na casa da suspeita e levou o filho ao local de trabalho por não ter com quem deixá-lo --escolas e creches estão fechadas devido à pandemia do novo coronavírus. De acordo com as investigações da polícia, *Mirtes* havia descido para levar a cadela da família para passear e deixado o filho sob os cuidados da *patroa*. Depois disso, a criança saiu do apartamento e tomou o elevador desacompanhada (...) (FOLHA DE S. PAULO, 2020, grifos nossos).

Já vimos, dentro dos estudos discursivos, que a linguagem não é um agrupamento de signos escolhidos apenas para expressar um pensamento. Logo as diferentes marcas de tratamento que encontramos durante o texto não servem ao propósito apenas de evitar repetir os termos e manter a coesão textual. No discurso, a linguagem é um modo de produção social, e as escolhas das expressões a serem usadas não advém de escolhas neutras, elas manifestam a ideologia defendida pelo sujeito.

Assim, ao confrontarmos essas maneiras de identificar os sujeitos presentes no texto, é possível observarmos por meio desses termos uma deferência mais proeminente por parte do enunciador em relação à Sarí Côrte Real, inclusive tratando-a como patroa ou apenas pelo seu sobrenome, mas nunca pelo primeiro nome, isoladamente. Ao mesmo tempo não percebemos essa mesma forma de tratamento em relação à Mirtes Renata Souza, que, durante o texto é

tratada pelo primeiro nome, de forma informal, ou como mãe. Assim, a partir do dito destacado anteriormente e da tabela 2, observamos que a maneira pela qual o enunciador escolhe tratar cada um dos sujeitos envolvidos evidencia os lugares que cada sujeito ocupa.

Notamos a atribuição de certo poderio à mulher branca, até mesmo pelo fato de ser primeira-dama, função de poder que ela ocupa, identificada apenas nos últimos parágrafos da notícia, mas já marcado durante todo o texto, pelas expressões que evidenciam poder. Por outro lado, o contrário ocorre com a mulher negra, que logo no primeiro parágrafo é identificada como *mãe e empregada doméstica*, essa última sendo uma função que não é vista como detentora de poder por boa parte da sociedade e, dando um efeito de sentido de que, no olhar do enunciador, não é necessário designar de forma diferenciada o sujeito que ocupa a posição fora da zona de poder. Logo, vemos que de um lado está o lugar de poder da patroa, mulher branca, e do outro o local tido como subalterno ocupado pela empregada, mãe, mulher negra.

Nas fotografias utilizadas nessa análise (p. 71) também é possível observar pela forma que o enunciador escolhe apresentar cada um dos sujeitos envolvidos, a posição de cada um. Em uma das imagens vemos a mulher branca sendo acolhida, protegida da imprensa que a cerca e se protegendo também, olhando para o chão, usando óculos escuros e o fundo da foto azulejado. Contrastando com essa primeira imagem, temos na outra a mulher negra sozinha, sem nenhum tipo de apoio, mesmo com a perda de um filho, o fundo apagado, provavelmente de uma comunidade. Vemos então que o enunciador novamente escolhe evidenciar a mulher branca, enquanto coloca a negra em condição de inferioridade.

Conforme já estudamos na parte teórica, só pelo fato de ser branco, um sujeito obtém vantagens materiais e simbólicas e essas são frutos da desigual distribuição de poder político, econômico e social e de bens materiais e simbólicos. Assim, a partir das designações que o enunciador utiliza para caracterizar os sujeitos envolvidos, evidenciando os lugares ocupados por eles, de superioridade da mulher branca, primeira-dama e patroa, em oposição a subalternidade mulher negra, mãe, empregada notamos uma vantagem simbólica agregada à primeira. Assim, dentro da notícia é possível identificar de forma subentendida o poder da branquitude.

Podemos também identificar os subentendidos no discurso direto destacado no recorte a seguir. A senhora Mirtes não expressa diretamente que o ocorrido tem relação com as relações raciais já cristalizadas no país, no entanto, por meio dele, verificamos um reconhecimento por parte dela a respeito do racismo: pelo fato dela ser negra, caso fosse ela a

responsável pelo ocorrido, parte da sociedade não concordaria que ela pagasse a fiança, mesmo se tivesse condições para tal e a condenaria pelo ato.

Ademais, vimos na parte teórica que no Brasil, raça e classe são conceitos atrelados e que em nosso país, os negros pertencem em sua maioria à classe baixa, enquanto os brancos se encontram nas classes médias e alta. Tendo isso em vista, podemos afirmar que a maioria dos negros não possuem condições financeiras de pagar uma fiança, ainda mais de tão alto valor, quanto foi essa mostrada na notícia. Assim, o enunciado da senhora Mirtes nos fornece um efeito de sentido de que a própria lei tem a sua trajetória marcada pela branquitude, pois dentro da nossa realidade o direito a pagar fiança pertence ao branco, uma vez que é ele quem possui os meios econômicos para isso.

(...) A Polícia Civil de Pernambuco indiciou por homicídio culposo a moradora do apartamento, SariCôrte Real, que cuidava da criança no momento da queda, ocorrida na terça-feira (2). *Após pagar fiança no valor de R\$ 20 mil, Côrte Real foi liberada (...)* (FOLHA DE S. PAULO, 2020, grifos nossos).

Mirtes contou que desceu para passear com o cão por um intervalo curto. *“Se fosse ao contrário, eu não teria direito à fiança. É uma vida que se foi por falta de paciência. Não se deixa uma criança sozinha dentro de um elevador”, disse.* (FOLHA DE S. PAULO, 2020, grifos nossos)

Além desse reconhecimento na fala da mãe do menino, temos presente outro subentendido, que faz relação com outra parte presente na notícia, apresentada abaixo:

De acordo com as investigações da polícia, Mirtes havia descido para levar a cadela da família para passear e deixado o filho sob os cuidados da patroa. *Depois disso, a criança saiu do apartamento e tomou o elevador desacompanhada* (FOLHA DE S. PAULO, 2020, grifos nossos).

Esse excerto possibilita subentender que a criança teria sido responsável pela própria ação, de sair do apartamento, entrar no elevador à procura da mãe, indo em rota contrária aos subentendidos da notícia, que são decorrentes da informação de que a senhora Sari Côrte Real foi indiciada por homicídio culposo. A fala da mãe na qual ela aponta que *“Não se deixa uma criança sozinha dentro de um elevador”*, muda a possibilidade de interpretar o subentendido do trecho acima. Na verdade, a criança não decidiu só, de forma consciente e madura, mas sim, *foi deixada* sozinha no elevador.

Ao mesmo tempo em que verificamos esse reconhecimento no recorte do enunciado que se refere à fala da senhora Mirtes, averiguamos um distanciamento do enunciador para a questão racial que se coloca nesse discurso direto que ele utilizou, pelas próprias características do discurso jornalístico de ser apresentado de forma fechada, livre de contradições e de polêmicas. Ao passar a responsabilidade do discurso para outro sujeito, o

enunciador da notícia se exime de dar uma opinião direta a respeito do ocorrido, embora deixe marcado no uso desse discurso direto, a adesão ao discurso proferido de que realmente se fosse o contrário a situação teria outro desfecho.

5.2.2. Silenciamento

Em relação à segunda categoria de análise, retomamos o silenciamento discursivo em Orlandi (2007) e na visão psicossocial de Bento (2002, 2014). Dentro da notícia, identificamos o silenciamento dos envolvidos, de acordo com o trecho abaixo:

Até a tarde desta quinta, Sari e Sérgio Hacker não tinham se pronunciado sobre o assunto¹⁸. (FOLHA DE SÃO PAULO ONLINE, 2020).

O recorte do enunciado em sua superfície traz que os sujeitos envolvidos não haviam se pronunciado até o momento, tendo como possível efeito de sentido uma forma de proteção por parte deles, uma vez que eles são importantes figuras públicas.

No entanto é possível dar outros efeitos de sentido, recuperando o que foi apresentado na parte teórica. O silenciamento sob o olhar discursivo está presente em diversos fatos da sociedade e pode ser utilizado de forma a não deixar determinados fatos ganharem significação. Já dentro da visão psicossocial, voltada para as relações raciais, indica que o silenciamento do branco evidencia uma ausência de simetria entre a branquitude e a negritude.

Notamos, dentro do enunciado destacado acima, que o silenciamento discursivo discutido por Orlandi (2007) ganha destaque a partir do momento em que o jornal não problematiza o fato desses dois sujeitos manterem o silêncio frente ao ocorrido. Conforme vimos na teoria, o racismo blinda os privilégios do segmento dominante da sociedade, marcadamente branco, ao mesmo tempo que fragiliza o segmento que considera subalterno. Ao mesmo tempo, tem-se a ideia que a luta antirracista coloca em xeque os benefícios obtidos por aquele segmento. Logo, o jornal, ao referendar esse silenciamento, nos dá um efeito de sentido de que mantém o privilégio de um sujeito branco, público, de não pronunciar a respeito da morte de um sujeito negro e normaliza esse fato.

É nesse ponto que verificamos o discurso da branquitude atravessando de maneira atópica o discurso jornalístico nessa notícia. O discurso da branquitude é um discurso latente dentro da notícia, podemos percebê-lo pelas escolhas do enunciador em descrever os sujeitos,

¹⁸ Poucos dias depois Sarí Côrte Real participou de uma entrevista televisionada.

dentro dos discursos, e do sujeito negro ao reconhecer, indiretamente, a branquitude por trás das leis. No entanto, ao não trazer a discussão desses fatos para a notícia, como foi feito na segunda notícia, utilizando de especialistas dentro das causas raciais, faz com que essa discussão caminhe nas sombras, de maneira oculta pela sociedade, colaborando para o silenciamento racial discutido por Bento (2002; 2014).

Aliás, dentro dessa problemática das relações raciais e do silenciamento racial, o silenciamento desses sujeitos leva a um efeito de sentido de que eles optaram por não dar significado ao ocorrido, gerando uma diminuição da importância do caso, agravado pelo fato de se colocar um preço pela perda de uma vida negra. (“Após pagar fiança no valor de R\$ 20 mil, Côrte Real foi liberada”). O não discutir a respeito do ocorrido, ou seja, o silenciar retoma a assimetria entre os sujeitos brancos, patrões e a empregada e seu filho, sujeitos negros, pois ao optar por não comentar, passa a responsabilidade pelo ocorrido à mãe do menino de ter levado o filho para o trabalho e ter deixado aos cuidados de outra pessoa que não a mãe.

O enunciador opta por seguir a política do silenciamento, utilizando-se do silêncio constitutivo, ou seja, dizendo algo de uma certa maneira, deixa de dizer outros sentidos. O jornal procura manter o máximo possível de imparcialidade, evitando a emissão de opiniões de forma direta e enxugando os fatos, para o cumprimento de seu principal objetivo, que é o de venda, para o maior público possível, o qual nem sempre é envolvido nas causas raciais.

Ao manter a imparcialidade, o enunciador escolhe não questionar o silenciamento desses sujeitos brancos, não discutir de forma alguma a respeito da relação racista patente nessa situação, ou se discorrer a respeito das relações raciais, nem buscar apresentar argumentos de estudiosos e/ou de ativistas de causas raciais para referendar o racismo que se encontra dentro do acontecido¹⁹, explicitando o racismo estrutural ainda presente dentro da nossa sociedade.

¹⁹ O jornal Brasil de Fato apresentou uma notícia discorrendo a respeito do aspecto racista: <https://www.brasildefatope.com.br/2020/06/05/luiza-batista-a-supremacia-branca-continua-ditando-as-regras-e-sem-punicao>

5.3 Segunda análise: Estudante diz ter sofrido racismo por usar máscara de proteção contra coronavírus

Estudante diz ter sofrido racismo por usar máscara de proteção contra coronavírus²⁰

Aluno de relações internacionais da UFRJ foi abordado ao fazer compras em São Gonçalo (RJ)

9.abr.2020 às 20h45
RIO DE JANEIRO
Marcos Furtado

Um estudante negro de 21 anos diz ter sido abordado com gritos na tarde desta quarta (8), numa unidade das Lojas Americanas de São Gonçalo, cidade da região metropolitana do Rio, por estar vestindo capuz e máscara de proteção por causa da pandemia de coronavírus.

O Ministério da Saúde passou a recomendar o uso de máscaras de pano contra o novo coronavírus como uma alternativa para garantir proteção e diminuir a corrida por máscaras cirúrgicas, assegurando a oferta a profissionais de saúde.

Aluno do curso de relações internacionais da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Carlos Paulo Falcão chegou a tentar registrar o ocorrido como injúria racial, mas a denúncia foi cancelada pela delegacia de polícia.

O estudante conta que foi até a loja para fazer compras usando moletom com capuz, uma durag (bandana) e uma máscara para se proteger contra o contágio da Covid-19. Um vigilante o abordou, dizendo que era proibido o uso de capuz no estabelecimento. Após perguntar qual lei proibía a utilização da peça, outro segurança entrou no local e, segundo Falcão, gritou para que tirasse o capuz. “Eu acho que essa abordagem seria diferente se eu fosse um cliente branco”, afirma o estudante.

De acordo com a lei estadual nº 6.717, de 2014, a utilização de qualquer tipo de cobertura que oculte a face é proibida em estabelecimentos comerciais. O texto diz que bonés, capuzes e gorros não se enquadram na proibição, desde que não escondam o rosto.

Em nota, porém, a Lojas Americanas afirma que a conduta foi baseada nessa mesma lei. “A gerência da loja informou que o rapaz estava com máscara protetora do coronavírus e um casaco com capuz, ou seja, com o rosto e a cabeça coberta. O segurança da loja solicitou, na entrada da loja, que ele retirasse o capuz com base na lei 6.717/14, ele se recusou e entrou na loja. O segurança do shopping onde está localizada a loja 5228, em Alcântara, RJ, entrou na unidade e pediu, novamente, que ele retirasse o capuz ou saísse da loja. A companhia não pratica e coíbe qualquer tipo de discriminação contra etnias dentro de suas lojas”, diz o comunicado.

Após sair da loja constrangido, o jovem fez um registro de ocorrência, mas um e-mail enviado pelo 72º Departamento de Polícia, algumas horas depois, informou que o registro havia sido cancelado, com a justificativa de que “não é fato policial”. Procurada pela reportagem, a

²⁰ Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/estudante-diz-ter-sofrido-racismo-por-usar-mascara-de-protecao-contr-coronavirus.shtml>> Acesso em 20 mai. 2020

Polícia Civil do Rio disse que aguardava informações da unidade para esclarecer o motivo do cancelamento da ocorrência.

Falcão, que relatou o caso em seu perfil em uma rede social, diz acreditar que a situação se deveu mais à máscara do que ao capuz. “Em tempos de coronavírus, a máscara para preto é um problema sério. Os seguranças querem ver a cara da gente, para onde estamos indo e o que estamos comprando”, afirma.

A questão vem sendo discutida em outros lugares. Nos EUA, o educador Aaron Thomas, de Columbus, no estado de Ohio, fez um post que viralizou, com mais de 120 mil curtidas, contando por que não usaria máscaras de pano, cujo uso passou a ser recomendado também pelos EUA na semana passada em meio ao aumento de mortes e contaminações pelo novo coronavírus.

“Não me sinto seguro usando um lenço ou algo que não seja CLARAMENTE uma máscara de proteção no meu rosto num mercado, porque eu sou um homem negro vivendo neste mundo”, afirma. “Quero ficar vivo, mas também quero ficar vivo.”

Na região central de São Paulo, um voluntário negro do projeto Sobrevivendo ao Coronavírus, que distribui cestas básicas para famílias de região periférica, foi abordado no último sábado (4) de forma agressiva pela polícia, segundo a produtora Andreza Delgado, que participa do projeto. “O policial estava bastante alterado e fez ele tirar a máscara”, conta ela.

A professora Maria de Fátima Peixoto, 48, de Campo Grande (RJ) diz que teme o uso da peça, por poder ser usado para criminalizar pessoas negras. “Os negros não têm o direito de ter as mesmas dores que os brancos. A gente não poderá usar a máscara de proteção sem ser ridicularizado ou colocado como suspeito de crime”, diz ela, que relata que um dos seus dois filhos foi parado durante uma blitz policial quando tinha 16 anos. Viajando em uma van, o jovem foi o único retirado do veículo e revistado pela polícia.

Para Pablo Nunes, coordenador de pesquisa da Rede de Observatórios de Segurança Pública, ter orientações bem definidas e alinhadas por governo e ministério ajudaria na redução de casos de racismo. “A unificação nas orientações para a prevenção contra o coronavírus cria um ponto central. Com isso, você sabe onde recorrer em casos de violação de direitos humanos”, avalia.

A diretora executiva da Anistia Internacional, Jurema Werneck, ressalta a importância da prevenção. “O racismo vai acontecer de diferentes formas, e um jovem negro usando ou não máscara para se proteger da epidemia estará vulnerável. Por isso que digo que temos que lutar sempre. Angela Davis diz que cuidar da saúde é um ato político.”

O ativista e influenciador digital AD Júnior diz que esse momento vai levantar um debate na sociedade sobre o olhar para negros com desconfiança. “Essa será uma discussão que deverá ser aprofundada, pois trata de uma estrutura que sempre enxergou o negro nesse lugar. Depois dessa crise, é preciso discutir a existência de dois Brasis funcionando, com dois pesos e duas medidas.”

A segunda notícia analisada narra a respeito de um episódio ocorrido contra um jovem estudante negro, que alega ter enfrentado racismo ao ser abordado de forma constrangedora por vigilantes de um estabelecimento ao entrar utilizando máscara de pano para proteção contra o coronavírus e moletom com capuz tampando a cabeça.

Destacamos para iniciar a análise o enunciado abaixo.

Um estudante *negro* de 21 anos diz ter sido abordado com gritos na tarde desta quarta (8), numa unidade das Lojas Americanas de São Gonçalo, cidade da região metropolitana do Rio, por estar vestindo capuz e máscara de proteção por causa da pandemia de coronavírus. (FOLHA DE S. PAULO, 2020, grifos nossos)

Nesse recorte de enunciado notamos que o enunciador identifica o sujeito envolvido no acontecimento marcando a sua racialidade. Ao destacar o fato de que o estudante é *negro*, que este tentou entrar em uma loja utilizando máscara e capuz e foi abordado pelos seguranças do local faz que o coenunciador leitor, por meio da memória discursiva, retome o estereótipo cristalizado na sociedade de que uma pessoa negra, com rosto todo coberto poderia ser um criminoso em potencial. Esse fato é retomado pela presença de discursos diretos do próprio envolvido e de algumas pessoas externas ao fato, mas que o enunciador utilizou para reforçar o discurso do estudante, conforme podemos observar nos excertos a seguir:

Falcão, que relatou o caso em seu perfil em uma rede social, diz acreditar que a situação se deveu mais à máscara do que ao capuz. *“Em tempos de coronavírus, a máscara para preto é um problema sério. Os seguranças querem ver a cara da gente, para onde estamos indo e o que estamos comprando”*, afirma (FOLHA DE S. PAULO, 2020, grifos nossos).

“Não me sinto seguro usando um lenço ou algo que não seja CLARAMENTE uma máscara de proteção no meu rosto num mercado, porque eu sou um homem negro vivendo neste mundo”, afirma. *“Quero ficar vivo, mas também quero ficar vivo.”* fala do educador Aaron Thomas, de Columbus, no estado de Ohio em um post na internet (FOLHA DE S. PAULO, 2020, grifos nossos).

Na região central de São Paulo, um voluntário negro do projeto Sobrevivendo ao Coronavírus, que distribui cestas básicas para famílias de região periférica, foi abordado no último sábado (4) de forma agressiva pela polícia, segundo a produtora Andreza Delgado, que participa do projeto. *“O policial estava bastante alterado e fez ele tirar a máscara”*, conta ela (FOLHA DE S. PAULO, 2020).

Esses depoimentos reforçam a intensidade dessas memórias discursivas, alimentadas pelas mídias, como jornais televisivos, filmes e novelas, de que um negro com rosto tampado é considerado suspeito, agravando as ações de racismo e violência. Não é incomum no Brasil, a reprodução do discurso dentro das mídias e pela população no geral, ou a abordagem violenta por parte das forças militares quando a pessoa é negra, como foi o caso do músico negro assassinado com 80 tiros, ou o caso de um guarda-chuva ter sido confundido com um fuzil nas mãos de um jovem garçom negro.

Tomemos agora os enunciados abaixo, que são a manchete, a linha fina e o lide (primeiro parágrafo da notícia), onde o enunciador traz um breve resumo do fato para depois desenvolver a notícia.

Estudante *diz ter sofrido racismo* por usar máscara de proteção contra coronavírus. (FOLHA DE S. PAULO, 2020, grifos nossos)

Aluno de relações internacionais da UFRJ *foi abordado* ao fazer compras em São Gonçalo (RJ). (FOLHA DE S. PAULO, 2020, grifos nossos)

Um estudante *negro* de 21 anos *diz ter sido abordado* com gritos na tarde desta quarta (8), numa unidade das Lojas Americanas de São Gonçalo, cidade da região metropolitana do Rio, por estar vestindo capuz e máscara de proteção por causa da pandemia de coronavírus. (FOLHA DE S. PAULO, 2020, grifos nossos)

Notamos que nesses enunciados não há marcação racial dos sujeitos actantes, não há a identificação de quem o abordou ou quem cometeu a ação, deixando margem para construirmos questionamentos do seguinte tipo: o estudante sofreu racismo de quem? Quem abordou o estudante? Quem gritou com o estudante? O contexto da notícia nos indica que foram sujeitos brancos, mas o enunciador não constrói seu discurso de forma a deixar isso marcado.

Levando em consideração esse fato, podemos retomar os estudos de Bento (2014) acerca da omissão dos sujeitos brancos, em relação ao lugar que eles ocupam nas relações raciais no Brasil. Para a autora, a branquitude nacional possui uma espécie de um pacto de não se reconhecer como parte das desigualdades raciais, colaborando assim para a reiteração da culpa do negro por sua condição.

Nos enunciados acima, observamos que as posições ocupadas pelos sujeitos brancos foram omitidas na notícia, levando a um possível efeito de sentido de que não há um reconhecimento por parte do jornal que esses sujeitos são responsáveis de alguma forma pelo ocorrido ao estudante negro, sendo esse último o único responsável, por conta de seu fenótipo, enfrentar uma ação racista. Logo, uma vez que ao noticiar um caso de racismo, o enunciador opta por narrar o que acontece somente ao sujeito negro e não discutir as ações dos sujeitos brancos, mantendo-as à margem da notícia, torna possível identificarmos aqui o discurso da branquitude atravessando de maneira atópica a notícia.

5.3.1 Subentendido

Na notícia observamos o uso da expressão *diz ter + particípio* ou *diz + infinitivo* como verificamos nas passagens abaixo:

Estudante *diz ter sofrido racismo* por usar máscara de proteção contra coronavírus. (FOLHA DE S. PAULO, 2020, grifos nossos)

Um estudante *negro* de 21 anos *diz ter sido abordado* com gritos na tarde desta quarta (8), numa unidade das Lojas Americanas de São Gonçalo, cidade da região metropolitana do Rio, por estar vestindo capuz e máscara de proteção por causa da pandemia de coronavírus (FOLHA DE S. PAULO, 2020, grifos nossos).

Falcão, que relatou o caso em seu perfil em uma rede social, *diz acreditar que a situação se deveu mais à máscara do que ao capuz*. “Em tempos de coronavírus, a máscara para preto é um problema sério. Os seguranças querem ver a cara da gente, para onde estamos indo e o que estamos comprando”, afirma (FOLHA DE S. PAULO, 2020, grifos nossos).

Ao fazer uso dessas expressões, o enunciador passa a responsabilidade de fala para outro sujeito, retirando a responsabilidade do jornal. Em outras palavras, o jornal tem como projeto de dizer indicar que é o sujeito, que possui como característica fenotípica sua negritude, que está dizendo ter enfrentado racismo, não o jornal ou o jornalista, que apenas está noticiando um fato que lhe foi passado, mantendo-se objetivo aos fatos, seguindo as características do discurso jornalístico.

Além disso, o uso das expressões *diz ter + particípio* nos permite vislumbrar um sentido de dúvida. Ao optar por utilizar o particípio “Estudante *diz ter sofrido racismo (...)*”, no lugar de “estudante enfrentou racismo”, coloca em xeque a veracidade da informação divulgada pelo estudante. Na segunda sentença, observamos uma informação concreta, houve realmente um ato racista e o estudante o enfrentou, ao passo, que na primeira, que foi a utilizada pelo jornal, não percebemos essa mesma concretude. É criado um efeito de que o estudante disse que sofreu racismo, mas que o jornal não tem certeza dessa informação e que iria buscar outras fontes para confirmar ou contestar.

Além disso, no recorte do enunciado acima, observamos a marcação da racialidade do sujeito envolvido, de forma clara, enquanto na notícia anterior não observamos essa identificação para nenhum dos sujeitos envolvidos. Isso nos dá um efeito de sentido de que quando o que está sendo noticiado é um suposto episódio de racismo, somente as pessoas negras se destacam enquanto vítimas ou enquanto denunciantes. Ao mesmo tempo, quando o que está sendo veiculado é um caso envolvendo pessoas negras, mas não é relatado enquanto

racismo, como é o caso da primeira notícia, normalmente não se identifica a racialidade, tornando a raça um dado irrelevante.

Além disso, observamos o uso de aspas para indicar o uso de um discurso direto, destacado no excerto a seguir.

Após sair da loja constrangido, o jovem fez um registro de ocorrência, mas um e-mail enviado pelo 72º Departamento de Polícia, algumas horas depois, informou que o registro havia sido cancelado, com a justificativa de que "*não é fato policial*". Procurada pela reportagem, a Polícia Civil do Rio *disse que* aguardava informações da unidade para esclarecer o motivo do cancelamento da ocorrência (FOLHA DE S. PAULO, 2020, grifos nossos).

A presença dessa tipologia de heterogeneidade discursiva deixa subentendido que o enunciador jornalista, apesar de não poder dar a opinião de maneira aberta, considera que o fato ocorrido na verdade é da alçada da polícia, uma vez que ao utilizar as aspas para marcar o discurso direto, o enunciador atribui ao próprio policial a negação da necessidade do envolvimento deles nessa questão, levando-nos a observar no discurso da polícia, e não do jornalista, um discurso da branquitude, uma vez que o fato não foi considerado racismo pela delegacia. Além disso, a expressão *disse que*, destacada anteriormente, também nos remete a um entendimento de dúvida. Não é o jornal que está dizendo que a Polícia Civil do Rio não forneceu as informações por estar aguardando, e sim a própria instituição.

Nessa notícia notamos novamente a presença de discursos que dentro da categoria dos subentendidos, dão reconhecimento aos privilégios da branquitude:

O estudante conta que foi até a loja para fazer compras usando moletom com capuz, uma durag (bandana) e uma máscara para se proteger contra o contágio da Covid-19. Um vigilante o abordou, dizendo que era proibido o uso de capuz no estabelecimento. Após perguntar qual lei proibia a utilização da peça, outro segurança entrou no local e, segundo Falcão, gritou para que tirasse o capuz. "*Eu acho que essa abordagem seria diferente se eu fosse um cliente branco*", afirma o estudante (FOLHA DE S. PAULO ONLINE, 2020, grifos nossos).

A professora Maria de Fátima Peixoto, 48, de Campo Grande (RJ) diz que teme o uso da peça, por poder ser usado para criminalizar pessoas negras. "*Os negros não têm o direito de ter as mesmas dores que os brancos. A gente não poderá usar a máscara de proteção sem ser ridicularizado ou colocado como suspeito de crime*", diz ela, que relata que um dos seus dois filhos foi parado durante uma blitz policial quando tinha 16 anos. Viajando em uma van, o jovem foi o único retirado do veículo e revistado pela polícia (FOLHA DE S. PAULO ONLINE, 2020, grifos nossos).

Os trechos em destaque reforçam o privilégio que o branco possui por sua cor, de não serem constantemente observados de forma atenta e abordados em diversas situações do cotidiano, de não serem considerados sempre suspeitos por meio da memória social. Ao

indicar que o branco seria atendido de maneira diferente ou que sofre diferente do negro, fica ainda mais evidente a diferença racial existente em nosso país e o racismo intrincado nas estruturas, que faz com que o branco seja mais bem visto do que um negro, dentro dos diversos espaços de circulação.

5.3.2 Silenciamento

Observamos a presença de argumentos de autoridades para tratar a respeito do racismo: do coordenador de pesquisa da Rede de Observatórios de Segurança Pública, Pablo Nunes, da diretora executiva da Anistia Internacional, Jurema Werneck e do ativista e influenciador digital AD Júnior. Ao pesquisarmos os rostos dessas pessoas no Google, notamos que todos eles são sujeitos negros.

Entendemos a importância da escolha do enunciador de utilizar posicionamentos de sujeitos que são considerados fortes na luta antirracista. No entanto, observamos somente nessa notícia, onde é apresentada explicitamente uma questão racial, a presença de sujeitos negros discutindo a questão. Nas outras duas, onde não há essa abordagem direta, não são chamados a discutir acerca do fato relatado. Isso nos permite vislumbrar que um efeito de sentido é o silenciamento dentro da visão psicossocial trabalhada por Bento (2014). A branquitude se oculta em relação a luta antirracista, criando o entendimento de que ela não precisa se envolver nessas causas, sendo responsabilidade apenas dos grupos que são vítimas de racismo lutar para se defenderem e conseguirem espaço na sociedade.

O enunciador permanece em silêncio constitutivo perante as relações raciais no que tange a própria opinião, pelas próprias características do discurso jornalístico, no entanto se vale da opinião de terceiros, inclusive de autoridades para marcar o seu ponto de vista, de que a máscara pode agravar as situações de racismo quando se trata do uso dela por pessoas negras.

5.4 Terceira análise: Estudante ruivo afirma ser pardo e entra por cotas raciais em medicina em universidade da Bahia

Estudante ruivo afirma ser pardo e entra por cotas raciais em medicina em universidade da Bahia²¹

Uesb abriu processo administrativo após denúncia; instituição não faz verificação pessoal durante inscrição

6.fev.2020 às 12h01
Mário Bittencourt

Um homem de 38 anos de pele clara e cabelo ruivo conseguiu uma vaga no curso de medicina da Uesb (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia) após concorrer nas cotas raciais e se autodeclarar pardo no momento da matrícula.

O caso dele está sendo investigado pela universidade, no campus de Vitória da Conquista, por meio de um processo administrativo, após denúncia de um concorrente que se diz pardo —filho de pai negro e mãe branca.

Michelson Medonça da Silva, o estudante investigado, está no primeiro semestre de medicina. Ele ingressou na universidade após fazer o vestibular de 2019 e concorrer a uma vaga pelas cotas raciais, destinadas a negros e pardos.

O edital do vestibular da Uesb exige que, no momento da matrícula, o candidato que concorre a cotas raciais preencha um formulário no qual se autodeclara negro ou pardo, e não faz verificação presencial para confirmar a veracidade da informação.

Essa forma de ingresso de alunos que concorrem a cotas raciais é cercada de polêmicas na Bahia, e já foi alvo de críticas também na UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), onde pessoas brancas entraram em medicina pelas cotas raciais.

Por conta disso, a UFMG passou a adotar a averiguação presencial das autodeclarações no vestibular de 2019 por meio de uma banca. No mesmo ano, a UFBA (Universidade Federal da Bahia), também por conta de tentativas de fraude, implantou o mesmo sistema de verificação.

Segundo a UFBA, “a verificação é pelo caráter fenotípico, não é ascendência, pois entende-se que, no campo das relações sociais no Brasil, a questão do racismo focado no fenótipo é muito mais forte do que o racismo calcado em origem ou outros elementos, como religião e cultura”.

O estudante investigado tem entendimento contrário do da UFBA. Mesmo dizendo ser ruivo, ele se considera pardo porque tem uma avó negra.

“A questão étnico-racial é de identidade cultural, de como a pessoa se vê em sua comunidade”, disse Silva.

“Em minha parte, não há nada ilegal, fiz tudo baseado no edital [do vestibular da Uesb], já esclareci à universidade. Não tenho o que temer disso aí”, ele afirmou, ao se referir ao processo administrativo. “Só eu nasci ruivo na família”.

Silva afirmou ainda que, antes de se matricular, ainda ligou para a Uesb para perguntar se teria alguma averiguação sobre a autodeclaração.

²¹Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/02/estudante-ruivo-afirma-ser-pardo-e-entra-por-cotas-raciais-em-medicina-em-universidade-da-bahia.shtml>> Acesso em 06 out. 2020.

“Disseram que é questão de etnia, que ninguém vai apurar questão fenotípica nenhuma”.

Em nota, a Uesb declarou que “um processo administrativo está em andamento para apurar o caso, no qual os interessados já foram ouvidos e a denúncia está sob análise da Procuradoria jurídica”.

A instituição, porém, não informou sobre prazo final do processo nem deixou claro se há perspectivas de a instituição averiguar presencialmente as declarações, como faz a UFBA.

“Atualmente, a matrícula dos aprovados pelo sistema de reserva de vagas se dá pela autodeclaração. A Uesb vem discutindo e se movimentando no sentido de aprimorar o processo, com a implantação de um comitê de avaliação para assegurar a transparência e a segurança dos candidatos” afirma o comunicado da instituição.

A universidade foi informada do caso de Silva em fevereiro de 2019, logo após o resultado do vestibular. No caso do curso de medicina, são cinco vagas para cotas raciais.

O aluno que fez a denúncia, que não quis revelar o nome, ficou em sexto lugar e procurou os aprovados para saber se haveria desistência da vaga. Foi quando viu Silva e diz que achou injusto que ele tenha entrado na Uesb pelas cotas raciais.

A Uesb possui reserva de vagas desde 2008, por meio da resolução 036 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe), que criou o Programa de Ações Afirmativas, no qual foi incluso o Sistema de Reserva de Vagas Combinadas, com cotas adicionais.

Desde então, das vagas disponibilizadas para o vestibular, nos três campi (Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga), metade é destinada à reserva de vagas para alunos de escolas públicas e que se declaram negros e pardos, para os quais são reservadas 70% dessas vagas.

Os candidatos oriundos de escolas públicas que não se declaram negros no ato da inscrição concorrem a 30% das vagas reservadas restantes. Há ainda as cotas adicionais, que correspondem ao acréscimo de uma vaga por curso para indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência.

Dentre os cotistas, a exigência maior é para os candidatos às cotas adicionais. O índio e o quilombola só ingressam na Uesb com laudo antropológico ou certidão da Fundação Nacional do Índio e Fundação Cultural Palmares — no caso dos quilombolas. Já a pessoa com deficiência precisa ter um laudo médico.

Ainda assim, a universidade já foi alvo de fraudes: em 2017, sete alunos (cinco de medicina, um de direito e outro de odontologia) foram expulsos da instituição por fraudes nas cotas destinadas aos quilombolas — descendentes de negros escravizados.

No final de semana passado, a Uesb realizou as provas do vestibular para mais de 12 mil inscritos, que concorreram a uma das 1.186 vagas da instituição.

Depois que implantou a aferição presencial das autodeclarações, a UFBA impediu, em 2019, que 42 candidatos ingressassem na graduação da universidade porque, segundo a instituição, “não apresenta traços fenotípicos que o identifica como sendo uma pessoa negra na sociedade brasileira.”

A terceira análise é da notícia divulgada na Folha de S. Paulo, na qual o enunciador apresenta um homem ruivo que, na época da notícia, estava sendo investigado por entrar pelo sistema de cotas na Universidade Estadual do Sudeste da Bahia, se autodeclarando pardo, no momento da matrícula no curso de Medicina.

No primeiro parágrafo da notícia o enunciador apresenta o sujeito da seguinte forma:

“Um homem de 38 anos de *pele clara e cabelo ruivo* conseguiu uma vaga no curso de medicina da UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia) após concorrer nas cotas raciais e se autodeclarar pardo no momento da matrícula” (FOLHA DE S. PAULO ONLINE, 2020, grifos nossos).

Imagem 3 - Michelson M. da Silva



Fonte: Folha de S. Paulo

Por uma das fotos da notícia, verificamos de fato que o sujeito possui a pele clara, cobertas de sardas, característica que os ruivos normalmente possuem, se enquadrando assim como branco, dentro da realidade brasileira, uma vez que pela classificação do IBGE, os ruivos não se constituem uma categoria racial a parte. Ao descrever o indivíduo como de *pele clara* e não como *branco*, dentro das relações raciais, o enunciador modaliza o fato de que um sujeito branco foi acusado de fraudar as cotas raciais, ao contrário da notícia anterior, onde não foi modalizado o fato do sujeito que denunciou um caso de racismo ser *negro* (poderia ter sido identificado como moreno, por exemplo).

No segundo parágrafo da notícia, identificamos em que circunstâncias ocorreu a investigação contra o sujeito branco:

O caso dele está sendo investigado pela universidade, no campus de Vitória da Conquista, por meio de um processo administrativo, *após denúncia de um concorrente que se diz pardo* —filho de pai negro e mãe branca.

Em outras palavras, o sujeito branco da notícia somente se tornou alvo de investigação, após seu concorrente questionar a instituição e para identificar esse sujeito o enunciador se utilizou da expressão *se dizer ser*. O enunciador, ao mesmo tempo que modaliza o fato do sujeito investigado ser branco, dentro da realidade brasileira, coloca em dúvida a racialidade do denunciante. Ao afirmar que o sujeito diz ser, o enunciador dá um efeito de sentido de que o denunciante pode ser ou não pardo, é o sujeito que está dizendo ser, não o enunciador ou o jornal.

Além disso, embora do título da notícia emergja um subentendido que nos passa um efeito de sentido de que o enunciador irá trazer debates acerca das relações raciais e irá apresentar um aprofundamento no caso apresentado, na realidade o que vemos é a notícia construída, tendo como base uma denúncia feita à instituição, de um sujeito que pardo, e o enunciador se utiliza desse fato para desviar a notícia para fatos acerca das cotas, e não das relações raciais.

Assim, dentro dos estudos dessa dissertação, notamos que o sujeito branco ainda ocupa um lugar de superioridade e de privilégios simbólicos em relação ao restante da população, mesmo quando faz algo ilegal, ao não ter a sua branquitude evidenciada, ao contrário do negro, que tem sua racialidade exaltada, como na 2ª notícia, ou apagada, como na 1ª notícia.

5.4.1 Subentendidos

Destacamos a seguir três fragmentos da notícia, referente ao recorte que o enunciador faz das falas do estudante.

O estudante investigado tem entendimento contrário do da UFBA. Mesmo dizendo ser ruivo, ele se considera pardo porque tem uma avó negra. (FOLHA DE S. PAULO ONLINE, 2020)

“A questão étnico-racial é de identidade cultural, de como a pessoa se vê em sua comunidade”, disse Silva. (FOLHA DE S. PAULO ONLINE, 2020)

“Em minha parte, não há nada ilegal, fiz tudo baseado no edital [do vestibular da Uesb], já esclareci à universidade. Não tenho o que temer disso aí”, ele afirmou, ao se referir ao processo administrativo. “Só eu nasci ruivo na família”. (FOLHA DE S. PAULO ONLINE, 2020)

Silva afirmou ainda que, antes de se matricular, ainda ligou para a Uesb para perguntar se teria alguma averiguação sobre a autodeclaração. “Disseram que é questão de etnia, que ninguém vai apurar questão fenotípica nenhuma” (FOLHA DE S. PAULO ONLINE, 2020)

No discurso do sujeito estudante observamos que ele se vale da utilização do conceito de identificação com a cultura da sua família, inclusive se considera pardo por possuir uma avó negra. Não nos cabe questionar essa identificação, uma vez que ela ultrapassa a questão corpórea do sujeito. Retomando os estudos da teoria da branquitude, um sujeito branco pode se considerar como pardo ou negro, por identificação com o grupo onde vive. No entanto, as vantagens relacionadas à raça continuarão existindo e ele não deixará de ser visto como branco, por seus pares dentro de sua comunidade ou pela sociedade.

O enunciador não se utiliza do fato acima mencionado para construir a notícia, ou sequer discute acerca disso, na tentativa de trazer para o texto essas reflexões, até pelas próprias características do discurso jornalístico de sempre apresentar um discurso fechado, sem margens para discussões. Observamos assim o discurso da branquitude atravessando de maneira atópica o discurso jornalístico, já que a notícia perpetua o fato do lugar que o branco ocupa nas relações raciais não ser discutido ou questionado.

Além disso, observamos nos enunciados abaixo, o recorte que o enunciador fez do pronunciamento da Instituição de Ensino acerca do processo:

Em nota, a Uesb declarou que “*um processo administrativo está em andamento para apurar o caso, no qual os interessados já foram ouvidos e a denúncia está sob análise da Procuradoria jurídica*”.

A instituição, porém, *não informou sobre prazo final do processo nem deixou claro se há perspectivas de a instituição averiguar presencialmente as declarações, como faz a UFBA.*

(...)

A universidade foi informada do caso de Silva em *fevereiro de 2019*, logo após o resultado do vestibular. No caso do curso de medicina, são cinco vagas para cotas raciais. (FOLHA DE S. PAULO, 2020, grifos nossos)

Diferentemente da segunda notícia, onde a instituição dá detalhamento do ocorrido, se explicando de forma aprofundada, nessa notícia ficou evidenciada a superficialidade das informações acerca do fato noticiado ou de uma previsão de encerrar o processo. Isso nos permite um efeito de sentido, que quando há um branco envolvido no fato noticiado, não há tanta necessidade de explicações ou um aprofundamento no fornecimento das informações, mantendo o privilégio do branco de se manter nas sombras quando é conveniente.

5.4.2 Silenciamento

Ao mesmo tempo, o enunciador também responsabiliza a instituição pelo ocorrido conforme os trechos destacados a seguir.

O edital do vestibular da Uesb exige que, no momento da matrícula, o candidato que concorre a cotas raciais preencha um formulário no qual se autodeclara negro ou pardo, *e não faz verificação presencial para confirmar a veracidade da informação.*

Essa forma de ingresso de alunos que concorrem a cotas raciais é cercada de polêmicas na Bahia, e já foi alvo de críticas também na UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), onde pessoas brancas entraram em medicina pelas cotas raciais.

Por conta disso, a UFMG passou a adotar a averiguação presencial das autodeclarações no vestibular de 2019 por meio de uma banca. No mesmo ano, a UFBA (Universidade Federal da Bahia), também por conta de tentativas de fraude, implantou o mesmo sistema de verificação (FOLHA DE SÃO PAULO ONLINE, 2020).

A partir do dito destacado anteriormente, podemos observar que o enunciador traz para o seu discurso a discussão envolvendo as cotas raciais em outras instituições e o motivo delas terem implantado o sistema de cotas, foi para evitar que casos como esse se repetissem.

Retomando o silêncio constitutivo discutido por Orlandi (2007), onde ao dizer uma coisa, deixar de dizer outras, evitando a discussão de alguns sentidos, é possível observarmos outro efeito de sentido nos excertos acima. O enunciador, fazendo uso do silêncio, escolheu culpabilizar a instituição pelo ocorrido, ao não verificar presencialmente a declaração do estudante em relação ao pertencimento racial, diminuindo o erro do estudante. Ele somente agiu dessa maneira pois a instituição confirmou não verificar a declaração e isso implica em não dizer que o sujeito agiu de forma fraudulenta, expressão silenciada durante toda a notícia, na tentativa de desaparecer com os conflitos, com o polêmico ou com fatos que levam a questionamentos, para que a notícia se transforme em uma prestação de serviços objetiva possível, moldando o fato noticiado de acordo com os parâmetros ideológicos daqueles que o produz.

6 Conclusões

Para tecer as conclusões, retomamos as perguntas suscitadas durante essa pesquisa e os objetivos: como as relações raciais são construídas dentro do discurso jornalístico? Como o discurso da branquitude se apresenta no discurso jornalístico? Com o intuito de responder essas questões traçamos como objetivo geral verificar a construção das relações raciais dentro do discurso jornalístico e como específicos, identificar como as relações raciais se constroem dentro do discurso jornalístico, a partir das categorias de subentendido e silenciamento e verificar como o discurso da branquitude se estrutura e se caracteriza dentro do campo discursivo jornalístico.

Em respostas às perguntas formuladas, a partir do *corpus* analisado, verificamos a presença do discurso da branquitude presente no discurso jornalístico, de forma muito sutil, subentendida, identificável apenas por técnicas da análise do discurso ou por olhares atentos de estudiosos das relações raciais, passando despercebido por coenunciadores leitores que não costumam questionar o que lê.

Os coenunciadores que se inserem no grupo de estudiosos das relações raciais e do discurso são capazes de ler a notícia e identificar, por meio das pistas subentendidas no texto, que as notícias apresentadas partem de relações racistas e que os enunciadores deixam pistas de um discurso da branquitude. Essa identificação é possível devido às escolhas feitas pelo enunciator, a partir de restrições ideológicas, das expressões a serem utilizadas.

Verificamos também que esses mesmos enunciadores deixam silenciado o fato de serem fatos baseados no racismo, optando apenas por expor as notícias, de maneira que deixar uma suposta objetividade em evidência, uma vez que apenas narram os fatos ocorridos, assim cumprindo o objetivo de venda de um jornal, deixando em silêncio as discussões a respeito das relações raciais que se apresentam nos episódios, para evitar algum discurso que provoque confrontos ou discussões e a notícia de torne mais objetiva possível. Desse modo, eles seguem as regras da política do silenciamento discutida por Orlandi (2007), optando por seguir a objetividade e deixando de dar significado ao racismo.

Verificamos também que quando se trata de notícias onde há uma visível questão racial, quando envolve um sujeito branco, o enunciator se utiliza da modalização para amenizar os fatos, como observado na terceira notícia, deixando evidente a invisibilidade do branco, mesmo quando ele é o sujeito principal do ocorrido. Já quando envolve um sujeito negro, há um destaque para a racialidade do envolvido, como o ocorrido na segunda notícia, revelando que o negro é na maioria das vezes posto em evidência para ser observado,

culpabilizado, questionado e estudado ou ainda, os tornam dados irrelevantes, como na primeira notícia, onde o enunciador não identifica que a criança morta era negra.

Além das próprias características do discurso jornalístico, o jornal enquanto instituição mantém e reproduz o racismo e os privilégios da branquitude, dada a sua principal característica já estudada na teoria. O jornal não constrói o seu dizer sozinho, somente nas figuras dos jornalistas e columnistas, que podem ser brancos ou negros. A construção desse dizer se relaciona muito mais ao poder, já que o jornal é composto por um conglomerado político e econômico, composto pelos detentores de poder dentro da sociedade, grupo pertencente em sua grande parte pela branquitude e que não desejam que outras informações lhes retirem o monopólio.

Logo, ao mesmo tempo em que essa minoria branca que se coloca como dominante, procura manter os grupos dominados sob seu controle, apresentando algumas matérias sobre eles, procurando dar uma suposta visibilidade, mas de forma a não arriscar a perder esse monopólio. Para tanto, eles apresentam as notícias de forma fechada, sem discussões acerca de assuntos que podem gerar conflitos com os grupos que questionam esse poder.

Pensando a respeito do lugar do dizer do discurso da branquitude, vemos que dentro das notícias, ele é um discurso latente, uma vez que podemos observar nas escolhas do enunciador, feitas a partir de restrições ideológicas, o evidenciar do sujeito branco, como na primeira e última notícias, fazendo com que o negro se torne um dado irrelevante. Ou ainda, evidencie a negritude de um sujeito, mantendo o branco oculto de suas ações.

O que circula de forma atópica dentro das notícias é o não discutir acerca dos privilégios raciais dos brancos ou até mesmo acerca das relações raciais e do racismo e seu impacto na sociedade. Ao não trazer essas questões para o jornal, mesmo que de forma breve, o enunciador joga essas discussões para a marginalidade. Isso ocorre devido às próprias características do discurso jornalístico, já discutidas anteriormente de se manter imparcial o máximo possível.

Para encerrar, deixamos em aberto para futuras pesquisas dentro das relações raciais, a relação da branquitude nacional com os indígenas. Em nosso levantamento das referências para o desenvolvimento desse trabalho observamos que os estudos da branquitude ainda se localizam dentro da dualidade branco *versus* negro e não levam em consideração que o indígena também é parte importante das relações raciais nacionais.

7 Referências bibliográficas

- ABRAMO, Perseu. Significado Político da Manipulação na Grande Imprensa. In: ABRAMO, P. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016. 87p.
- ALMEIDA, Sílvio L. de. **O que é Racismo estrutural**. 1ª ed. Belo Horizonte: Letramento, 2018. 203p.
- ARBEX JR, José. O Legado Ético de Perseu Abramo e de Aloysio Biondi. In: ABRAMO, P. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016. 87p.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. 257p.
- BENTO, Maria. A. Silva. **Pactos Narcísicos no Racismo**: Branquitude e Poder nas Organizações Empresariais e no Poder Público. 169 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BENTO, Maria. A. Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. **Psicologia Social do Racismo**: Estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 25-57.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 2ª ed. rev. - Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. 122p.
- CANO, Márcio. R. de Oliveira. **A Manifestação dos Estados de Violência no Discurso Jornalístico**. 185 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
- CARDOSO, Lourenço. **O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 - 2007)**. 2008. 290 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais Programa de Mestrado e Doutoramento “Pós-Colonialismos e Cidadania Global”, 2008. Disponível em: <<https://dlc.library.columbia.edu/catalog/ldpd:504811/bytestreams/content/content?filename=LOUREN%C3%87O+DA+CONCEI%C3%87%C3%83O+CARDOSO.pdf>>. Acesso em 14 jun. 2019
- CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v. 8, n. 1, p.607-630, jan. 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cinde-umz/20131216065611/art.LourencoCardoso.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2019.
- CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo**: um estudo sobre a branquitude no Brasil. 2014. 290 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115710>>. Acesso em 14 jun. 2019
- CARDOSO, Lourenço. A branquitude acrítica revisitada e as críticas. In: MÜLLER, T. M. P.; CARDOSO, L. **Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017. Adobe Digital Edition.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. 2a ed. São Paulo: Contexto, 2013. Tradução de Angela H.S. Corrêa. 285p.

CORNILS, Patrícia. Apresentação à Segunda Edição. In: ABRAMO, P. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016. 87p.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do Discurso Político: O Discurso Comunista Endereçado aos Cristãos**. São Paulo: EDUFScar, 2014

CUNHA JR., Henrique. Africanidade, Afrodescendência e Educação. **Educação em Debate**. Ano 23, v.2, nº 42. Fortaleza, 2001. Disponível em <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/14604>> Acesso em 28 de jan. 2021.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte da memória? *in* ACHARD, Pierre. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o Dito**. Campinas: Pontes, 1987.

FERNANDES, Claudemar. Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. 2 ed. São Carlos: Claraluz, 2008. 110p.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. Vol. 1. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2008.

FRANKENBERG, Ruth. **White Women, Race Matters: The Social Construction of Whiteness**. Estados Unidos: Taylor & Francis e-Library, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal**. 51 ed. São Paulo: Global, 2006

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. Pedagogia da Crueldade: Racismo e Extermínio da Juventude Negra. **Educação em Revista**. V. 34. Belo Horizonte, 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100657&lng=pt&tlng=pt> Acesso em 11 de fev. 2021.

HOUAISS, Antônio. **Grande Dicionário Houaiss**. Rio de Janeiro: 2021. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-4/html/index.php#0>. Acesso em: 11 jun. 2021.

GUIMARÃES, Antônio S. Alfredo. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed 34. 2002. 232 p.

GUIMARÃES, Antônio S. Alfredo. Cor e raça: Raça, Cor e Outros Conceitos analíticos. *in* SANSONE, Lívio; PINHO, Osmundo Araujo. **Raças: Novas Perspectivas Antropológicas**. 2ª ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

LABORNE, Ana Amélia. de P. Branquitude, colonialismo e poder: a produção do conhecimento acadêmico no Contexto brasileiro. In: MÜLLER, T. M. P.; CARDOSO, L. **Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017. Adobe Digital Edition.

LOPES, Nei. **Dicionário Escolar Afro-Brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Selo Negro, 2014. Recurso Digital.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da Análise de Discurso**. UFMG. Belo Horizonte, 2000.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2010a.

MAINGUENEAU, Dominique. **O discurso pornográfico**. São Paulo: Parábola, 2010b.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Délcio Rocha.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Capital da Notícia: Jornalismo como Produção Social de Segunda Natureza**. São Paulo: Ática, 1989.

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. 320 p.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. 3º Seminário Nacional: Relações Raciais e Educação - PENESB - RJ, 2003. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>> Acesso em 28 jan. 2021.

NASCIMENTO, Abdias. do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 1. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016. Kindle Edition.

OLIVEIRA, Hélio de, **O racismo que (não) se vê : a fórmula Consciência Negra e a atopia do discurso racista brasileiro**. 2018. 221 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/331836> >. Acesso em 24 mar. 2021

ORLANDI, Eni. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni. P. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 10 ed. Campinas: Pontes, 2012. 100 p.

PIZA, Edith. **Porta de vidro: entrada para a branquitude**. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. **Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 59-90.

SILVA, Priscila. Elisabete. da. **O conceito de branquitude: Reflexões para o campo de estudo**. In: MÜLLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço. **Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017. Adobe Digital Edition.

VAN DIJK, Teun A.. **Racismo e Discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008. 388 p.